

Diário do Legislativo de 08/06/2002

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Antônio Júlio - PMDB

1º-Vice-Presidente: Alberto Pinto Coelho - PPB

2º-Vice-Presidente: Ivo José - PT

3º-Vice-Presidente: Olinto Godinho - PTB

1º-Secretário: Mauri Torres - PSDB

2º-Secretário: Wanderley Ávila - PPS

3º-Secretário: Álvaro Antônio - PDT

SUMÁRIO

1 - DELIBERAÇÕES DA MESA

2 - ATAS

2.1 - 365ª Reunião Ordinária

2.2 - 247ª Reunião Extraordinária

2.3 - 16ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembléia

2.4 - 17ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembléia

2.5 - 18ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembléia

2.6 - 19ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembléia

2.7 - 20ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembléia

2.8 - 20ª Reunião Extraordinária da Mesa da Assembléia

2.9 - 21ª Reunião Extraordinária da Mesa da Assembléia

2.10 - 22ª Reunião Extraordinária da Mesa da Assembléia

2.11 - 23ª Reunião Extraordinária da Mesa da Assembléia

2.12 - 24ª Reunião Extraordinária da Mesa da Assembléia

2.13 - 25ª Reunião Extraordinária da Mesa da Assembléia

2.14 - 26ª Reunião Extraordinária da Mesa da Assembléia

2.15 - 27ª Reunião Extraordinária da Mesa da Assembléia

3 - ORDENS DO DIA

3.1 - Comissões

4 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

4.1 - Plenário

4.2 - Comissão

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

7 - ERRATA

DELIBERAÇÕES DA MESA

DELIBERAÇÃO DA MESA Nº 2.305/2002

A Mesa da Assembléia Legislativa, no uso de suas atribuições e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/03/2002, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, 1.576, de 15/12/98, delibera:

fica aprovada a nova estrutura do gabinete do Deputado Miguel Martini, a vigorar a partir de 10/6/2002, ficando mantidos, conforme a Deliberação da Mesa nº 2.292, de 7/5/2002, os provimentos anteriores dos cargos que não sofreram alterações:

Cargo	Padrão
Técnico Executivo de Gabinete - 8 horas	AL-39
Assistente Técnico de Gabinete - 4 horas	AL-29
Assistente Técnico de Gabinete - 8 horas	AL-29
Assistente Técnico de Gabinete - 8 horas	AL-29
Supervisor de Gabinete I - 8 horas	AL-26
Assistente de Gabinete - 8 horas	AL-23
Secretário de Gabinete II - 8 horas	AL-20
Secretário de Gabinete II - 8 horas	AL-20
Auxiliar de Gabinete - 8 horas	AL-13
Auxiliar de Serviços de Gabinete II - 4 horas	AL-12
Auxiliar de Serviços de Gabinete II - 4 horas	AL-12
Auxiliar de Serviços de Gabinete I - 8 horas	AL-11
Auxiliar de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-10
Motorista - 8 horas	AL-10
Atendente de Gabinete - 4 horas	AL-05
Agente de Serviços de Gabinete II - 8 horas	AL-03
Agente de Serviços de Gabinete II - 8 horas	AL-03
Agente de Serviços de Gabinete II - 8 horas	AL-03
Agente de Serviços de Gabinete	AL-01

- 8 horas	
-----------	--

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 22 de maio de 2002.

Antônio Júlio, Presidente - Alberto Pinto Coelho - Ivo José - Olinto Godinho - Mauri Torres - Wanderley Ávila - Álvaro Antônio.

DELIBERAÇÃO DA MESA Nº 2.306/2002

A Mesa da Assembléia Legislativa, no uso de suas atribuições e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/03/2002, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, 1.576, de 15/12/98, delibera:

fica aprovada a nova estrutura do gabinete do Deputado Bené Guedes, a vigorar a partir de 10/6/2002, ficando mantidos, conforme a Deliberação da Mesa nº 2.156, de 28/12/2001, os provimentos anteriores dos cargos que não sofreram alterações:

Cargo	Padrão
Técnico Executivo Gabinete II - 8 horas	AL-41
Auxiliar Técnico Executivo I - 8 horas	AL-35
Secretário de Gabinete II - 8 horas	AL-20
Secretário de Gabinete - 8 horas	AL-18
Secretário de Gabinete - 8 horas	AL-18
Auxiliar de Gabinete - 8 horas	AL-13
Auxiliar de Serviços de Gabinete II - 8 horas	AL-12
Auxiliar de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-10
Motorista - 8 horas	AL-10
Motorista - 8 horas	AL-10
Atendente de Gabinete II - 8 horas	AL-07
Atendente de Gabinete II - 8 horas	AL-07
Atendente de Gabinete II - 8 horas	AL-07
Atendente de Gabinete II - 8 horas	AL-07
Agente de Serviços de Gabinete II - 8 horas	AL-03
Agente de Serviços de Gabinete II - 8 horas	AL-03
Agente de Serviços de Gabinete II - 8 horas	AL-03
Agente de Serviços de Gabinete	AL-02

I - 4 horas	
Agente de Serviços de Gabinete I - 8 horas	AL-02
Agente de Serviços de Gabinete I - 8 horas	AL-02
Agente de Serviços de Gabinete - 4 horas	AL-01
Agente de Serviços de Gabinete - 4 horas	AL-01
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 22 de maio de 2002.

Antônio Júlio, Presidente - Alberto Pinto Coelho - Ivo José - Olinto Godinho - Mauri Torres - Wanderley Ávila - Álvaro Antônio.

ATAS

ATA DA 365ª REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 6/6/2002

Presidência dos Deputados Antônio Júlio e Wanderley Ávila

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata - Correspondência: Mensagens nºs 297 e 298/2002 (encaminham indicação de membros do Conselho Estadual de Educação e o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 15.157, respectivamente), do Governador do Estado - Ofícios - 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 2.208 a 2.212/2002 - Requerimentos nºs 3.399 a 3.405/2002 - Proposições não recebidas: requerimentos do Deputado Ambrósio Pinto (2) - Interrupção e reabertura dos trabalhos ordinários - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Antônio Júlio - Alberto Pinto Coelho - Olinto Godinho - Wanderley Ávila - Álvaro Antônio - Adelmo Carneiro Leão - Aílton Vilela - Alberto Bejani - Alencar da Silveira Júnior - Ambrósio Pinto - Anderson Aduato - Antônio Andrade - Arlen Santiago - Bilac Pinto - Carlos Pimenta - Chico Rafael - Cristiano Canêdo - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Dimas Rodrigues - Djalma Diniz - Doutor Viana - Durval Ângelo - Edson Rezende - Eduardo Brandão - Elbe Brandão - Ermano Batista - Fábio Avelar - Glycon Terra Pinto - Hely Tarquínio - Ivair Nogueira - João Batista de Oliveira - João Leite - João Paulo - João Pinto Ribeiro - Jorge Eduardo de Oliveira - José Braga - José Henrique - Kemil Kumaira - Luiz Fernando Faria - Luiz Menezes - Luiz Tadeu Leite - Márcio Cunha - Márcio Kangussu - Marco Régis - Maria Olívia - Miguel Martini - Paulo Pettersen - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Rogério Correia - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Navarro Vieira.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Wanderley Ávila) - Às 14h2min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

- O Deputado Márcio Kangussu, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

- O Deputado Sargento Rodrigues, 1º-Secretário "ad hoc", lê a seguinte correspondência:

"MENSAGEM Nº 297/2002*

Belo Horizonte, 3 de abril de 2002.

Senhor Presidente,

Com os meus cumprimentos venho submeter, observado o disposto no artigo 62, inciso XXIII, alínea "b" da Constituição do Estado, os nomes

dos professores, Antônio Valadão Cardoso, Diva Chaves Sarmento, Gilson Soares, Irene de Melo Pinheiro e Magda Mara Assis, para a função de Conselheiros do Conselho Estadual de Educação, com mandato de 1º de janeiro de 2002 a 31 de dezembro de 2005.

Atenciosamente,

Itamar Franco, Governador do Estado."

- À Comissão Especial.

* - Publicado de acordo com o texto original.

"MENSAGEM Nº 298/2002*

Belo Horizonte, 5 de junho de 2002.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, no uso de atribuição que me confere o artigo 90, inciso VIII, combinado com o artigo 70, inciso II, da Constituição do Estado, opus veto parcial à Proposição de Lei nº 15.157, que dispõe sobre a negociação de créditos de que trata a Lei nº 13.439, de 30 de dezembro de 1999, e dá outras providências.

Para apreciação dessa egrégia Assembléia Legislativa, encaminho-lhe, em anexo, as razões do veto.

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência as expressões de meu elevado apreço e distinta consideração.

Itamar Augusto Cautiero Franco, Governador do Estado de Minas Gerais.

Razões do Veto

Ao examinar a Proposição de Lei nº 15.157, que dispõe sobre a negociação de créditos de que trata a Lei nº 13.439, de 30 de dezembro de 1999, sinto o dever de opor veto ao seu artigo 4º, por considerá-lo inconstitucional.

O dispositivo ora vetado autoriza os devedores de empréstimos, que identifica, a compensar dívidas por meio de precatórios de sua titularidade, assim antecipando o momento de quitação desses títulos, transferindo para órgãos e entidades da própria Administração Estadual a obrigação de resgatá-los, instituindo procedimento que se contrapõe ao disposto no artigo 100 da Constituição Federal, que condiciona o pagamento de precatórios à ordem cronológica de sua apresentação.

Por essa razão, deixo de acolher o artigo 4º da Proposição de Lei nº 15.157, que devolvo à egrégia Assembléia Legislativa, para reexame.

Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte, aos 5 de junho de 2002.

Itamar Augusto Cautiero Franco, Governador do Estado de Minas Gerais."

- À Comissão Especial.

* - Publicado de acordo com o texto original.

OFÍCIOS

Do Sr. Saulo Moreira, Secretário Particular do Governador do Estado, prestando informações relativas aos Requerimentos nºs 3.145/2002, do Deputado Bené Guedes; 3.237/2002, do Deputado Geraldo Rezende, e 3.283/2002, da Comissões de Direitos Humanos.

Do Sr. Marco Antônio Marques de Oliveira, Secretário de Transportes e Obras Públicas, prestando informações relativas ao Requerimento nº 2.849/2001, da Comissão de Transporte.

Do Sr. Mauro Santos Ferreira, Secretário de Administração, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 2.018/2002, em atenção a pedido da Comissão de Justiça. (- Anexe-se ao Projeto de Lei nº 2.018/2002.)

Do Sr. Henrique Hargreaves, Secretário de Governo e Assuntos Municipais, prestando informações relativas aos Projetos de Lei nºs 1.966, 1.968 e 2.130/2002, em atenção a pedido da Comissão de Constituição e Justiça. (- Anexem-se as informações aos respectivos projetos.)

Dos Srs. Aloísio Carlos de Lima, Alcides Rodrigues e Roberto Rodrigues Júnior, Presidentes, respectivamente, das Câmaras Municipais de Barroso, Arinos e Ouro Branco, encaminhando moções de apoio ao Projeto de Lei nº 2.093/2002, do Deputado Edson Rezende. (- Anexem-se ao Projeto de Lei nº 2.093/2002.)

Do Vereador Plínio Periles dos Santos, Presidente da Câmara Municipal de Paraisópolis, apresentando moção de apoio aos professores da rede estadual, que se encontram em greve. (- À Comissão de Educação.)

Do Vereador Cláudio César da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Matozinhos, solicitando sejam retificados, no "site" desta Casa, dados relativos ao Deputado Adelino de Carvalho.

Do Sr. Rubens Coelho de Mello, Presidente da COPASA-MG, informando, em resposta ao Requerimento nº 3.233/2002, do Deputado Kemil Kumaira, que a empresa não detém a concessão do abastecimento de água do povoado de Santa Luzia, no Município de Crisólita. (- Anexe-se

ao Requerimento nº 3.233/2002.)

Do Sr. Antônio Demétrio Bassili, Diretor-Geral do DER-MG, (2), informando que não possuem denominação oficial o trecho da MG-173 que liga Paraisópolis à BR-459 (- anexe-se ao Projeto de Lei nº 2.062/2002.) e o trecho da rodovia que liga Montes Claros ao Distrito de São Pedro da Garça. (- Anexe-se ao Projeto de Lei nº 1.657/2001.)

Do Vereador Ronaldo Gontijo, Secretário-Geral da Câmara Municipal de Belo Horizonte, encaminhando moção de apoio à aprovação do Projeto de Lei nº 2.093/2002. (- Anexe-se ao Projeto de Lei nº 2.093/2002.)

De Vereadores à Câmara Municipal de Acaiaca, solicitando a aprovação do Projeto de Lei nº 2.093/2002, do Deputado Edson Rezende.

Do Sr. Jerson Kelman, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas - ANA -, informando que foi firmado um convênio entre essa Agência e a EMATER. (- À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Do Sr. Ildeu José Gabriel de Andrade, Gerente-Geral da Agência Gutierrez da CEF (2), informando a liberação de recursos financeiros destinados ao Estado, com recursos do Orçamento Geral da União de 1998, e à COPASA-MG, com recursos do FGTS, referentes as parcelas dos contratos que menciona. (- À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Do Sr. Israel Ferreira Nunes Neto, Procurador-Chefe da Procuradoria Legislativa da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte, apresentando o Ordenamento Compilatório da Constituição, das Leis Complementares e Ordinárias, e dos Decretos Legislativos do Rio Grande do Norte, no período que menciona.

Do Sr. Hilton Secundino Alves, Supervisor do Núcleo Executivo do Grupo Gestor da ex-MinasCaixa, informando sua impossibilidade de comparecer a reunião da Comissão de Defesa do Consumidor. (- À Comissão de Defesa do Consumidor.)

Do Sr. João Aurélio Tabosa, professor da rede estadual, solicitando a intercessão desta Casa junto ao Governador do Estado a fim de que se encontre uma solução para a greve dos servidores do Quadro do Magistério. (- À Comissão de Educação.)

Da Sra. Tereza Cristina Santos, Assessora Jurídica da Associação Mineira de Defesa do Ambiente - AMDA -, solicitando seja anulada a votação do Projeto de Lei nº 921/2000 em 2º turno, em face de irregularidade que teria ocorrido na apresentação da Emenda nº 1.

Do Comitê de Minas Gerais do Fórum Social Mundial, colocando-se à disposição desta Casa para colaborar na organização do evento "II Minas por um Outro Mundo".

Do Sr. Tonico Ramos, solicitando apoio a campanha contra o ABN-AMRO Bank e o Banco Santander, que rebaixaram o valor dos títulos brasileiros. (- À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Do Sr. José Alves e outros, solicitando empenho em favor da melhoria da escola pública no Estado. (- À Comissão de Educação.)

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O Sr. Presidente - A Mesa passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à Mesa as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI 2.208/2002

Declara de Utilidade Pública a Associação Grupo de Assistência e Alfabetização - GRAAL -, do Município de Alfenas.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Grupo de Assistência e Alfabetização - GRAAL.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 5 de Junho de 2002.

Amilcar Martins

Justificação: A Associação Grupo de Assistência e Alfabetização - GRAAL -, com sede no Município de Alfenas, entidade sem fins lucrativos, tem como finalidade, dentre outras:

- a) proporcionar a educação regular a jovens e adultos que não tiveram oportunidade de frequentar a escola na idade própria;
- b) assistir as pessoas carentes em suas necessidades básicas de moradia, vestuário, alimentação e saúde;
- c) propiciar a organização de projetos educacionais, culturais e recreativos com finalidades beneficentes.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art.

103, inciso I, do Regimento Interno.

Projeto de Lei nº 2.209/2002

Declara de utilidade pública a Associação dos Pequenos Produtores da Comunidade de Caldeirão, com sede no Município de São Gotardo.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Pequenos Produtores da Comunidade de Caldeirão, com sede no Município de São Gotardo.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 21 de maio de 2002.

Eduardo Brandão

Justificação: A Associação dos Pequenos Produtores da Comunidade de Caldeirão, fundada em 20/11/97, é uma sociedade civil, filantrópica, eminentemente assistencialista e não tem fins lucrativos.

Os membros de sua diretoria são reconhecidamente pessoas idôneas e não são remunerados pelo exercício de suas funções. Desde a sua fundação, a entidade vem cumprindo fielmente as suas finalidades estatutárias, prestando relevantes serviços sociais, tais como: proporcionar a seus associados condições dignas de trabalho no campo; proteção da saúde da família; oferta de cursos profissionalizantes; habilidade e reabilitação de pessoas portadoras de deficiência; proteção do meio ambiente; prática de esportes.

Isso posto, a entidade espera, com o título declaratório de utilidade pública, firmar parcerias com órgãos do Estado, para atingir seus objetivos. Pelas razões aduzidas, conto com o apoio dos nobres pares à aprovação deste projeto.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Política Agropecuária, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 2.210/2002

Declara de utilidade pública o Esporte Clube Ginástico, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Esporte Clube Ginástico, com sede no Município de Belo Horizonte.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 5 de junho de 2002.

João Leite

Justificação: O Esporte Clube Ginástico, com sede no Município de Belo Horizonte, é uma sociedade civil, desportiva, sem fins lucrativos, fundada em 1º/5/46, a qual, desde então, vem fomentando a prática esportiva de competição, recreação e lazer em Minas Gerais, estimulando a implantação de novas atividades esportivas, promovendo a educação física, moral, cívica, cultural e social e colaborando, ainda, em campanhas filantrópicas e assistenciais de interesse público.

Com 56 anos de existência, o Esporte Clube Ginástico conquistou diversas glórias para o desporto mineiro e nacional, especialmente no basquetebol, no handebol e no voleibol. Celeiro de inúmeros craques que engrandeceram o esporte nacional, inclusive em olimpíadas, nunca deixou de apoiar as campanhas filantrópicas, promovendo assistência sociocomunitária em Belo Horizonte.

Acreditamos que o reconhecimento do Esporte Clube Ginástico como sendo de utilidade pública estadual fortalecerá o trabalho que vem sendo realizado, trazendo melhorias para a população mineira, pelo que conto com o apoio dos nobres colegas para a aprovação do presente projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Educação, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

Projeto de Lei Nº 2.211/2002

Declara de utilidade pública a Juventude Unida São Vicente de Paula - JUSP -, com sede no Município de Resplendor.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Juventude Unida São Vicente de Paula - JUSP -, com sede no Município de Resplendor.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 5 de junho de 2002.

Miguel Martini

Justificação: A Juventude Unida São Vicente de Paula é uma entidade civil, sem fins lucrativos, com duração por tempo indeterminado. Constituída em 6/2/97, possui por objetivos proteger a saúde da família, das gestantes, de crianças e idosos; prestar assistência às pessoas carentes da comunidade; partilhar as diretrizes da Pastoral da Juventude; incentivar os jovens a se inserirem no mundo da política; investir na formação de lideranças e assessorias jovens; praticar as exigências evangélicas de natureza social.

A fim de cumprir suas finalidades, a entidade se organizará em tantas unidades de prestação de serviços quantas se fizerem necessárias, não fazendo distinção de nenhuma natureza ao prestar auxílio às pessoas que a procuram.

Com esta iniciativa, pretendemos salientar a relevância dos serviços sociais prestados pela instituição, motivo pelo qual contamos com o apoio dos nobres Deputados para a aprovação deste projeto.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

Projeto de Lei Nº 2.212/2002

Declara de utilidade pública a Sociedade Santana de Resplendor - SSR -, com sede no Município de Resplendor.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Sociedade Santana de Resplendor - SSR -, com sede no Município de Resplendor.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 5 de junho de 2002.

Miguel Martini

Justificação: A Sociedade Santana de Resplendor - SSR - é entidade de caráter filantrópico, sem fins lucrativos, constituída em 14/3/98, com sede e foro no Município de Resplendor. Constituem seus principais objetivos: dar assistência a menores, adolescentes, adultos e idosos carentes da comunidade; proteger a saúde da família e de gestantes.

A fim de cumprir suas finalidades, a entidade se organiza em tantas unidades de prestação de serviços quantas se fizerem necessárias e auxiliará todos os necessitados, sem distinção de nenhuma natureza.

Em razão disso, contamos com o apoio de nossos ilustres pares para a aprovação do projeto em causa.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 3.399/2002, do Deputado Adelmo Carneiro Leão, solicitando seja formulado apelo ao Presidente do Tribunal de Contas do Estado com vistas a que preste a esta Casa as informações que menciona, relativas ao incêndio ocorrido no Tribunal de Contas, em 12/4/2002. (- À Mesa da Assembléia.)

Nº 3.400/2002, do Deputado Ambrósio Pinto, solicitando seja formulado voto de congratulações com a comunidade do Município de Lagoa Dourada pelo transcurso do aniversário de sua emancipação.

Nº 3.401/2002, do Deputado Ambrósio Pinto, solicitando seja formulado voto de congratulações com a comunidade do Município de Perdões pelo transcurso do aniversário de sua emancipação.

Nº 3.402/2002, do Deputado Ambrósio Pinto, solicitando seja formulado voto de congratulações com a comunidade do Município de Resende Costa pelo transcurso do aniversário de sua emancipação. (- Distribuídos à Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 3.403/2002, da Deputada Maria Olívia, solicitando seja formulado voto de congratulações com a Rede Globo Minas pelo prêmio obtido no Festival Internacional de Publicidade de Nova York. (- À Comissão de Transporte.)

Nº 3.404/2002, do Deputado Ermano Batista, pleiteando sejam solicitadas ao Governador do Estado e aos Secretários da Fazenda e da Educação informações sobre os recursos orçamentários recebidos pela UEMG e pela UNIMONTES, bem como sobre o destino que o Governo pretende dar a essas instituições.

Nº 3.405/2002, da Comissão de Direitos Humanos, pleiteando seja solicitado ao Comandante-Geral da PMMG que informe quais foram as conclusões do inquérito policial instaurado para apurar denúncias formuladas pelo Sr. Juarez Gerônimo Franklin. (- Distribuídos à Mesa da

Assembléia.)

Proposições Não Recebidas

- A Mesa, nos termos do inciso III do art. 173 do Regimento Interno, deixa de receber as seguintes proposições:

REQUERIMENTOS

Do Deputado Ambrósio Pinto, solicitando seja formulado voto de congratulações com a comunidade do Município de Maria da Fé pelo transcurso do aniversário de sua emancipação. (- Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo Deputado Ambrósio Pinto.)

Do Deputado Ambrósio Pinto, solicitando seja formulado voto de congratulações com a comunidade do Município de Santo Antônio do Amparo pelo transcurso do aniversário de sua emancipação. (- Idêntica proposição foi apresentada anteriormente pelo Deputado Arlen Santiago.)

Interrupção dos Trabalhos Ordinários

O Sr. Presidente - A Presidência, a partir deste momento, interrompe os trabalhos ordinários, nos termos do § 1º do art. 22 do Regimento Interno, para destinar esta parte da reunião à realização de homenagem à Polícia Militar do Estado de Minas Gerais.

- A ata deste evento será publicada em outra edição.

Reabertura dos Trabalhos Ordinários

O Sr. Presidente (Deputado Antônio Júlio) - Estão reabertos os nossos trabalhos.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião especial de amanhã, dia 7, às 15 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 247ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, EM 5/6/2002

Presidência do Deputado Antônio Júlio

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): Votação de Proposições: Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.853/2001; votação do projeto, salvo emenda; aprovação; verificação de votação; inexistência de quórum para votação; anulação da votação; chamada para recomposição de quórum; existência de quórum para votação; renovação da votação do projeto, salvo emenda; aprovação; votação da Emenda nº 1; aprovação - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.897/2001; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 - Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.707/2001; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 - Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.743/2001; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.926/2001; aprovação na forma do vencido em 1º turno com as Emendas nºs 1 e 2; declarações de voto - Questões de ordem - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Antônio Júlio - Alberto Pinto Coelho - Olinto Godinho - Mauri Torres - Wanderley Ávila - Álvaro Antônio - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrús - Agostinho Silveira - Aílton Vilela - Alberto Bejani - Alencar da Silveira Júnior - Ambrósio Pinto - Amilcar Martins - Antônio Andrade - Antônio Carlos Andrada - Antônio Genaro - Arlen Santiago - Bené Guedes - Bilac Pinto - Cabo Morais - Carlos Pimenta - Cristiano Canêdo - Dalmo Ribeiro Silva - Dilon Melo - Dimas Rodrigues - Doutor Viana - Durval Ângelo - Eduardo Brandão - Elaine Matozinhos - Ermano Batista - Fábio Avelar - Gil Pereira - Glycon Terra Pinto - Hely Tarquínio - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - João Batista de Oliveira - João Leite - João Paulo - João Pinto Ribeiro - Jorge Eduardo de Oliveira - José Henrique - Kemil Kumaira - Luiz Fernando Faria - Luiz Menezes - Luiz Tadeu Leite - Marcelo Gonçalves - Márcio Cunha - Márcio Kangussu - Marco Régis - Maria Olívia - Mauro Lobo - Miguel Martini - Pastor George - Paulo Piau - Pindaça Ferreira - Rêmoló Aloise - Rogério Correia - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Navarro Vieira.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Antônio Júlio) - Às 9h14min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Wanderley Ávila, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, com a votação da matéria constante na pauta.

Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.853/2001, do Deputado Geraldo Rezende, que autoriza o Poder Executivo a fazer doação de imóvel ao Município de Limeira do Oeste. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Justiça. Em votação, o projeto, salvo emenda. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

O Deputado João Leite - Verificação de votação, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência solicita aos Deputados que ocupem seus lugares.

- Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O Sr. Presidente - Votaram apenas 18 Deputados. Não há quórum para votação. A Presidência a torna sem efeito e, nos termos do § 6º do art. 249 do Regimento Interno, solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para a recomposição de quórum.

O Sr. Secretário (Deputado Wanderley Ávila) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 39 Deputados. Há quórum para a votação. A Presidência vai renovar a votação do projeto, salvo emenda. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, a Emenda nº 1. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Fica, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 1.853/2001 com a Emenda nº 1. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.897/2001, do Deputado Ivair Nogueira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Matutina o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Justiça. Em votação, o Substitutivo nº 1. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Fica, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 1.897/2001 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.707/2001, do Deputado Luiz Fernando Faria, que altera o prazo para que os municípios a que se refere a Lei nº 12.995, de 30/7/98, possam manifestar-se sobre a doação ou a reversão dos imóveis que menciona. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. No decorrer da discussão, foi apresentado ao projeto o Substitutivo nº 1. Em votação, o Substitutivo nº 1. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Fica, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 1.707/2001 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Redação.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.743/2001, do Deputado João Leite, que dispõe sobre a sinalização de locais de interesse ecológico. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em votação, o projeto. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Fica, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 1.743/2001 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.926/2001, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a contratar empréstimo com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD -, destinado ao Projeto de Combate à Pobreza Rural da Região Mineira do Nordeste e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno com a Emenda nº 1, que apresenta. No decorrer da discussão, foi apresentada ao projeto a Emenda nº 2. Em votação, o projeto, salvo emendas. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, a Emenda nº 1. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Em votação, a Emenda nº 2. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Fica, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 1.926/2001 na forma do vencido em 1º turno com as Emendas nºs 1 e 2. À Comissão de Redação.

Declarações de Voto

O Deputado Rogério Correia - A Bancada do PT votou, em 2º turno, favoravelmente a esse projeto de autoria do Governador de Estado, que procura empréstimo junto ao BIRD, destinado ao combate à pobreza na região rural mineira do Nordeste. É um projeto de extensão importante, que esperamos, de fato, possa ocorrer, com destinação dessa verba a uma das regiões mais pobres do Estado.

Gostaria de colocar também a posição da Bancada do PT pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 50, que trata da Defensoria Pública e estará na pauta de hoje à tarde. Gostaríamos de deixar nossa posição favorável à aprovação desse projeto, solicitando aos Deputados que, na parte da tarde, o aprovemos na forma do substitutivo, que já foi negociado nesta Casa. Aproveito para deixar o apoio da Bancada do PT a esse projeto. Muito obrigado.

O Deputado João Leite - Gostaria também de, em nome do PSB, declarar nosso voto favorável ao Projeto de Lei nº 1.926/2001, por entender sua importância para essa região de Minas. Esse empréstimo poderá revitalizar uma região importante de Minas.

Quero também, em nome do PSB, declarar nosso apoio ao Projeto de Lei Complementar nº 50, que entrará na pauta hoje à tarde. A Assembléia já se manifestou algumas vezes sobre a Defensoria Pública, pois a maioria da população de Minas é carente, necessitada do trabalho dos Defensores.

Lembro-me de uma legislação aprovada na Assembléia, originada da CPI Carcerária, que tive a honra de presidir, a qual levou o Defensor Público a todas as comarcas de Minas.

Quero lembrar também o reconhecimento, especialmente a partir do Estado do Rio de Janeiro, no Governo Anthony Garotinho, da equiparação do salário do Defensor Público com o do Ministério Público.

Entende o ex-Governador Anthony Garotinho que aquele que defende tem de receber o mesmo que aquele que acusa.

Concluindo, não poderia deixar de agradecer a presença do advogado Vicente de Paula, Defensor Público, que teve um papel importantíssimo na história dos jogadores de futebol brasileiros e no reconhecimento de sua profissão.

Em geral, só se tem notícia dos salários milionários de jogadores e desconhece-se que mais de 80% deles recebem menos de dois salários mínimos. Muitas vezes não têm fundo de garantia recolhido, e a família passa por grandes dificuldades. O Dr. Vicente de Paula levantou essa

bandeira e transformou-se em grande lutador em defesa dos jogadores de futebol. Reconheço todo o seu esforço e, como ex-atleta, rendo minhas homenagens ao Dr. Vicente de Paula.

O PSB está presente no Plenário nesta manhã e estará também à tarde, votando favoravelmente aos interesses da Defensoria Pública e do povo mineiro.

O Deputado Carlos Pimenta - Demonstramos nossa satisfação com a aprovação, nesta manhã, do projeto do Governador do Estado que solicita autorização legislativa para contrair empréstimo de US\$70.000.000,00 junto ao BIRD, com a finalidade de reeditar o programa de apoio ao produtor rural.

É uma vitória principalmente do Norte de Minas e do Jequitinhonha; uma vitória maiúscula, que vai ajudar nada mais nada menos que 380 mil famílias residentes na zona rural, que esperam a oportunidade de ter acesso a recursos do Governo do Estado para executar projetos ligados às áreas de produção e geração de emprego e renda no campo. Certamente, esse projeto vem resgatar uma dívida histórica e social com o Norte de Minas, o Jequitinhonha e o vale do Mucuri e dará uma resposta a essa região, que não é pobre, mas desassistida, e que, a partir deste ano, terá acesso a quase R\$200.000.000,00. A Assembléia Legislativa dá, agora, uma demonstração de coerência, de responsabilidade e de reconhecimento a essas regiões.

Parabéns ao Governador Itamar Franco pela insistência e pela competência para conseguir os recursos, mercê da má vontade do Governo Federal e do Senado, que engavetou o projeto por mais de um ano e meio.

Em nome do PDT, cumprimento também os Defensores Públicos que aqui estão e, de maneira corajosa e democrática, não arredaram o pé em nenhuma etapa da discussão do Projeto de Lei Complementar nº 50.

Com muita satisfação, vejo aqui os Defensores Públicos do Norte de Minas, que exercem a difícil missão de defender o pequeno, aquele que não pode pagar a um advogado.

Os Deputados sentem-se felizes por terem votado o projeto nesta manhã. Estarão também presentes hoje à tarde, para dar resposta a essa categoria, que é brava e honrada e desempenha um dos papéis mais importantes no Estado. Parabéns a vocês. Contem com o PDT na parte da tarde. Hoje será um dia histórico para Minas Gerais e para a categoria.

O Deputado Luiz Tadeu Leite - Sr. Presidente, Srs. Deputados, agradeço a votação do Projeto de Lei Complementar nº 1.926/2001, que resgata para o Norte de Minas a possibilidade do - Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural - PAP II -, que deu certo nos Governos anteriores. Agora, com a verba do Banco Mundial, poderá também ser viabilizado.

Há também uma emenda de nossa autoria que estende ao IDENE a possibilidade de redistribuir os recursos diretamente às entidades, o que o fortalece, uma vez que acaba de ser criado nesta Casa. É uma autarquia que veio para ficar e para beneficiar a região do Jequitinhonha e do Norte de Minas.

Aproveito o ensejo para conclamar os Defensores, que já estão lutando há cerca de quatro anos com o objetivo de viabilizar seu plano de carreira. Desde quando era Secretário de Estado da Justiça e Direitos Humanos, venho acompanhando essa penosa peregrinação. Com muita satisfação, vejo que agora deságua nesta Casa um projeto que atende à categoria, que faz justiça aos Defensores. Espero que haja quórum esta tarde. É necessário fazer um trabalho junto aos Deputados para que compareçam à reunião, a fim de votarmos. Estamos convencidos de que o elo da estrutura judiciária do Estado, que engloba o Ministério Público, o Poder Judiciário e a Defensoria Pública, setor que cuida dos mais pobres, garantindo assistência jurídica gratuita, não está fechado enquanto não se valorizar a função do Defensor Público. Faço um apelo aos Deputados para que hoje à tarde resolvamos de uma vez por todas essa questão.

A Deputada Elaine Matozinhos - Sr. Presidente, Srs. Deputados, público nas galerias, também quero registrar meu apoio à Proposição de Lei Complementar nº 1.926/2001. Não tenho dúvida de que os Deputados estarão presentes, até porque, desde o primeiro dia em que aqui chegamos, esta Casa está ansiosa por votar a Lei Orgânica da Defensoria Pública, para que possamos fazer justiça a esses grandes profissionais que, ao longo da história, têm buscado fazer justiça aos carentes e aos pobres.

Sei que nas galerias não há apenas Defensores Públicos, mas também lideranças comunitárias e representantes da sociedade civil que clamam pela aprovação desse projeto. Conclamo-os para que continuem nesta Casa, nesse grande movimento de cidadania, a fim de que acompanhem de perto a votação desse projeto de lei complementar, que acreditamos poder votar em 2º turno ainda no primeiro semestre deste ano. Obrigada.

O Deputado Arlen Santiago - Sr. Presidente, Srs. Deputados, pessoas presentes nas galerias, como Líder do PTB, quero declarar que existem projetos importantes a serem votados. O Programa de Apoio ao Pequeno Produtor, que atenderá à região da SUDENE, é extremamente importante. Quando Prefeito de uma pequena cidade chamada Coração de Jesus e Presidente da AMAMS, conseguimos, com o Dr. Hélio Garcia e o Vice-Governador Arlindo Porto, e desencavamos um projeto que há 11 anos estava nas gavetas dos governos. Lá foram aplicados US\$50.000.000,00 na área mineira da SUDENE, trazendo muitos benefícios para o pequeno produtor, como luz elétrica, tratores, obras, estradas, pontes.

Nesta manhã, todos os membros do PTB, Deputados Dilzon Melo, Olinto Godinho, Fábio Avelar, João Pinto Ribeiro, Aílton Vilela, Cristiano Canêdo e Ambrósio Pinto, encontram-se presentes. Aliás, estamos concentrados para a reunião da tarde, quando apoiaremos a aprovação da Lei Orgânica da Defensoria Pública.

Queremos dizer aos Defensores Públicos presentes e aos que estão em outras cidades, como Montes Claros, Divinópolis, São João Evangelista, Muriaé, Itajubá, Varginha, que nós, os nove Deputados do PTB, estamos e estaremos aqui à tarde para votar essa lei.

O Deputado Márcio Cunha - Sr. Presidente, na qualidade de Vice-Líder do PMDB, representando aqui o nosso Líder, Deputado Ivair Nogueira, e a Bancada do PMDB, quero pontuar a nossa satisfação em votar esse projeto de autoria do Governador do Estado, em 2º turno.

É importante lembrar que Minas viveu recentemente uma discriminação por parte do Governo Federal, que pura e simplesmente não considerou as regiões pobres das nossas Minas, que são muitas, como já dizia Guimarães Rosa; regiões como o Norte de Minas, o vale do Suaçuí, do Nordeste mineiro, que agora está sendo resgatado com esse projeto. O Governo, por meio do IDH, não colocou Minas como ponto de referência das áreas pobres deste País. Portanto, esse projeto resgata, em parte, essa questão deixada pelo Governo Federal. Sem dúvida alguma, esse é um trabalho, uma iniciativa do nosso Governador Itamar Franco, do nosso partido, o PMDB.

Sr. Presidente, quero fazer coro com os Deputados que me antecederam, ressaltando a importância de votarmos o projeto que contém a Lei

Orgânica da Defensoria Pública.

Tenho inúmeros amigos nessa área, mas recebi do meu ex-companheiro de Rotary, o Ciríaco, um apelo veemente para que esse projeto fosse levado a Plenário e votado.

Em meu nome e no dos Deputados Olinto Godinho e Alberto Pinto Coelho quero que todos vocês recebam o carinho, a compreensão e, mais do que isso, o apoio total da Bancada do PMDB nesta Casa. Estou vendo aqui Defensores Públicos de Divinópolis, São João Evangelista, Peçanha, Sabinópolis, região onde eu e os Deputados Alberto Pinto Coelho e Olinto Godinho estamos trabalhando. Muito obrigado a todos. Contem conosco.

O Deputado Sebastião Costa - Sr. Presidente, Srs. Deputados, com relação à matéria já aprovada, naturalmente todos perceberam que quase todos os Deputados do PFL estavam presentes e que votamos favoravelmente. Somos favoráveis a uma integração, uma aproximação das regiões do Estado. Qualquer financiamento que vise melhorar as condições de vida de um povo e de uma região sempre contou e contará com o apoio do PFL.

Com relação ao projeto de interesse dos Defensores Públicos, até me inscrevi para falar sobre ele na reunião da tarde, porque conheço muito bem o trabalho dos Defensores Públicos do interior.

Sou advogado inscrito na OAB desde 1982; conheço o trabalho, as dificuldades e as limitações que os Defensores Públicos enfrentam no interior. Há Defensorias Públicas onde falta até material de trabalho para a atuação do Defensor, além de ser seu vencimento aquém da expectativa.

Portanto, estou inscrito para, à tarde, manifestar-me favoravelmente, em um prazo maior, a essa causa justa e necessária, que trará equilíbrio à sociedade e à justiça. Quero externar, ainda, que esta é a posição do PFL, por todos os seus Deputados.

O Deputado Alberto Bejani - Em relação à integração das regiões de Minas Gerais, acho excelente, porque precisamos fazer com que este Estado comece a andar.

Quero dizer rapidamente que também conheço bem o trabalho da Defensoria Pública. Fui Prefeito de Juiz de Fora e dei todo o apoio para a Defensoria Pública de minha cidade, por entender que os Defensores são os pais das pessoas necessitadas; são eles que atendem aquele coitado que não tem como buscar um advogado para defendê-lo. E muitas dessas pessoas, para vergonha do Estado de Minas Gerais, são hoje obrigadas a despachar sentadas nos bancos das praças, porque não têm nem lugar para ficar. Para um Estado capaz de decidir uma eleição para Presidente da República, é uma vergonha que essas pessoas estejam aqui, hoje, pedindo, pelo amor de Deus, que os parlamentares de Minas Gerais olhem por seu caso.

Podem ter certeza de que, independentemente de partido, os 77 Deputados desta Casa estarão ao lado de vocês, porque não vamos admitir que continue essa bagunça no Estado. Obrigado, Presidente.

O Deputado João Paulo - Quero dizer que votei favoravelmente ao projeto de iniciativa do Governador, para combater a pobreza na área rural, contratando recursos junto ao Banco Mundial, para atender a situação de extrema aflição de comunidades muito carentes no Norte do Estado. Esse projeto de fato pode significar a solução para o problema de muitas famílias que vivem em situação de extrema penúria nessa região. Portanto, o Governador está de parabéns por sua sensibilidade.

Sabemos que o Banco Mundial tem feito parcerias e liberado recursos para finalidades menos nobres em outros países. Seguramente, não hesitará em oferecer os recursos necessários para que o Governo cumpra esse dever social com a comunidade considerada excluída no Estado de Minas Gerais.

Estamos recebendo a visita de muitos Defensores Públicos, que trazem a esta Casa um pleito muito justo, para ser analisado e votado. Trata-se de situação que conheço relativamente bem. Sou advogado, formado no início da década de 70. Militando na Grande BH, em outros municípios e Estados da Federação, pude perceber a deficiência do Estado na estruturação e no cumprimento do seu dever de tornar disponíveis pessoas para fazer justiça àqueles que não podem pagar um advogado.

Por inúmeras vezes, fui nomeado advogado dativo exatamente porque a Defensoria Pública não existia. Tive de fornecer a minha força de trabalho para que o Estado pudesse cumprir o seu compromisso com a população.

Tenho conhecimento razoável a respeito da penúria por que passa a Defensoria Pública. Vejo nas galerias alguns amigos e ex-colegas. Não tenho mais condições de advogar por razões evidentes; este mandato honroso que recebemos da população nos retira as condições de exercer outra profissão, mas advoguei por longos anos. A minha inscrição na OAB é nº 23.617, uma das mais antigas desta Casa.

A sociedade deve merecer do Estado a estrutura necessária para que as pessoas que não podem pagar tenham acesso à justiça. Esta não é uma causa apenas dos Defensores. Sempre foi defendida por eles, mas não é somente deles, é da sociedade. Ninguém melhor que nós para defender essa causa social.

A justiça é feita a partir do Poder Judiciário, cuja remuneração é adequada. É feita a partir da Promotoria de Justiça e do Ministério Público, cuja estrutura e cuja remuneração são adequadas. O Defensor Público fica sem condições satisfatórias para cumprir a sua missão.

Caro Presidente, trata-se de um preço justo. Percebo que nenhum parlamentar deixará de cumprir a sua obrigação perante a sociedade, votando favoravelmente a esse projeto.

Questões de Ordem

O Deputado Alencar da Silveira Júnior - Não poderia fazer declaração de voto porque não votei o último projeto, uma vez que me encontrava na Sala das Comissões.

Mas, como já foi colocado pelo Deputado Carlos Pimenta, gostaria de deixar bem claro o ponto de vista do PDT, composto também pelos Deputados Bené Guedes, Marcelo Gonçalves, Sargento Rodrigues, João Batista de Oliveira. Ontem, em nossa reunião de bancada, decidimos por votar favoravelmente aos Defensores Públicos, já que foram feitos vários trabalhos. E acho que a vitória de hoje é a do trabalho - na reunião de ontem, foi dito que o trabalho dos Defensores e sua união foram perfeitos: todos os Deputados do PDT recebemos vários telefonemas, no celular e em casa, e visita no gabinete. E, sem dúvida, um trabalho necessário, quando é feito com seriedade e firmeza, dá

resultado. Os senhores estão de parabéns, mas acho que, de agora até à tarde, muita coisa ainda tem de ser feita; o trabalho e a vigília devem continuar intensos, e podem ter certeza de que o PDT, com seus seis Deputados, estará em Plenário, para votar favoravelmente aos senhores, fazendo justiça e defendendo os Defensores de Minas Gerais.

O Deputado Paulo Piau - Sr. Presidente; na verdade, não votei, mas gostaria, em primeiro lugar, de dizer da importância desse projeto, que tenta obter um empréstimo do BIRD para amenizar a pobreza rural na área mineira da SUDENE. Isso é de grande importância porque sabemos que a renda no meio rural está extremamente diminuída. Para se ter uma noção, participamos recentemente da CPI do Preço do Leite, e, naquele momento, o custo de produção do leite, que é o produto de referência de qualquer produtor rural, ficava em torno de R\$0,37, e os produtores recebiam R\$0,25, R\$0,20 e até R\$0,15 por litro de leite. Portanto, qualquer apoio que o Governo puder dar aos produtores, sobretudo aos pequenos, é bem-vindo, e esta Casa está cumprindo seu papel ao autorizar o Governador a contrair esse empréstimo.

Com relação ao Projeto de Lei Complementar nº 50/2002, também não poderia deixar de fazer uma observação. Tenho um relacionamento estreito com os Defensores Públicos em todas as cidades onde temos base. Queremos relacionar a importância do trabalho dos senhores, que nem sempre têm o mínimo para cumprir a sua missão.

Fala-se muito no País em distribuição de renda, e, na verdade, a nossa é muito precária. Mas, além da distribuição de renda, a de justiça também está muito precária. Quem pode pagar um bom advogado tem meio caminho andado para sair vitorioso em qualquer processo judicial. Mas, para aqueles menos favorecidos, que dependem fundamentalmente do Defensor Público, que faz seu trabalho com competência, é uma forma de se distribuir justiça.

Como acompanhamos a tramitação desse projeto, quero parabenizar os Deputados das comissões pelas quais passou o Projeto de Lei Complementar nº 50/2002. Com certeza, esta Casa, por meio de todos os seus parlamentares, vai referendar esse projeto, porque é uma questão de justiça. Muito obrigado.

Encerramento

O Sr. Presidente - Cumprido o objetivo da convocação, a Presidência encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a reunião especial de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Às dez horas do dia dezoito de dezembro de dois mil e um, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia os Deputados Antônio Júlio, Presidente; Alberto Pinto Coelho, 1º-Vice-Presidente; Ivo José, 2º-Vice-Presidente; Olinto Godinho, 3º-Vice-Presidente; Mauri Torres, 1º-Secretário; Wanderley Ávila, 2º-Secretário e Álvaro Antônio, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Em seguida, a Mesa aprova as novas estruturas dos Gabinetes dos Deputados Sebastião Costa, Sebastião Navarro Vieira, Anderson Aduato, Dimas Rodrigues, Luiz Fernando Faria, Adelson Carneiro Leão, Olinto Godinho, Luiz Menezes, Agostinho Silveira, Alberto Pinto Coelho, Eduardo Hermeto, através das Deliberações nºs: 2.214, 2.215, 2.216, 2.217, 2.218, 2.219, 2.220, 2.224, 2.225, 2.226, 2.227, de 2001. Continuando os trabalhos, a Mesa, através da Deliberação nº 2.221/2001, dispõe sobre a organização administrativa de que trata o §2º do art. 1º da Resolução nº 5.198, de 21.5.2001; através da Deliberação nº 2.222/2001, regulamenta o disposto nos arts. 6º e 8º da Resolução nº 5.198, de 21.5.2001 e através da Deliberação nº 2.223/2001, dispõe sobre o curso de formação introdutória à carreira do servidor da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais-CFAL, a que se refere a Resolução nº 5.195, de 4/7/2000. Isto posto, a Mesa toma as seguintes decisões: 1ª) aprova o laudo técnico atuarial apresentado pelo IPLEMG e autoriza os Senhores Presidente e 1º Secretário a adoção dos procedimentos necessários nos termos da legislação vigente; 2ª) autoriza a inclusão dos servidores no quantitativo a que se refere o §1º do art. 1º da Deliberação da Mesa nº 2.222/2001, sem prejuízo dos demais requisitos para fins de desenvolvimento na carreira; 3ª) decide que, para fins de aquisição do direito à promoção na carreira, os períodos de que trata o §4º da Deliberação nº 1.758/99 ficam definidos em dois e três anos, respectivamente; 4ª) decide computar o tempo de exercício do serviço em caráter especial para fins de desenvolvimento do servidor na carreira. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Mauri Torres, as seguintes matérias: processo contendo o Termo de Aditamento ADT-89/2001 para prorrogação por 24 meses, com reajuste e alteração de cláusulas contratuais do CTO-201/1999, celebrado entre esta Assembléia e a empresa RPS – Rios, Projetos e Sistemas Ltda., tendo como objeto a cessão de uso, implantação e manutenção do SAFCI – Sistema Informatizado de Administração Financeira e Controle Interno, compreendendo a execução orçamentária, financeira e contábil da Assembléia e de seus Fundos – parecer favorável, autorizando a respectiva despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Finanças e Contabilidade e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo o Termo de Contrato CTO-277/2001, a ser celebrado entre esta Assembléia e a empresa PHD Imagens S/C Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de assistência médica, nas especialidades de radiologia, mamografia e ultra-sonografia, incluindo a realização de exames complementares, aos integrantes do plano de assistência da Casa – parecer favorável, inclusive ratificando a inexigibilidade de licitação, por inviabilidade de competição, com base no art. 25, "caput", da Lei Federal 8.666/93, autorizando a respectiva despesa, considerando manifestações da Coordenação de Saúde e Assistência e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo o Termo de Contrato CTO-272/2001, a ser celebrado entre esta Assembléia e a empresa Oftalmoclínica Rui M. Marinho Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de assistência médico-hospitalar, incluindo a realização de exames complementares, em regime ambulatorial e de semi-internação (hospital dia) aos integrantes do plano de assistência da Casa – parecer favorável, inclusive ratificando a inexigibilidade de licitação, por inviabilidade de competição, com base no art. 25, "caput", da Lei Federal 8.666/93, autorizando a respectiva despesa, considerando manifestações da Coordenação de Saúde e Assistência e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo o Termo de Contrato de Doação CTO-271/2001, a ser celebrado entre esta Assembléia e a Prefeitura Municipal de Matarlândia/MG, tendo como objeto a doação de bens móveis inservíveis, avaliados em R\$ 370,00 – parecer favorável, considerando as manifestações da Gerência-Geral de Material e Patrimônio e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo o Termo de Contrato de Doação CTO-275/2001, a ser celebrado entre esta Assembléia e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Carbonita, tendo como objeto a doação de bens móveis inservíveis, avaliados em R\$ 565,00 – parecer favorável, considerando as manifestações da Gerência-Geral de Material e Patrimônio e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo o Termo de Aditamento ADT74/2001 para segunda prorrogação do CTO-185/1999, celebrado entre esta Assembléia e a empresa KA Engenharia Ltda., cujo objeto é o fornecimento de paredes divisórias, armários/balcões, bancadas e acessórios, incluindo os serviços de montagem/instalação e desmontagem – parecer favorável, autorizando a respectiva despesa, considerando as manifestações da Gerência-Geral de Manutenção e Serviços e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo o Termo de Aditamento ao Convênio celebrado entre esta Assembléia e os entes integrantes do Sistema FIEMG, tendo como objeto o licenciamento de exibição do "Telecurso 2000" em Teleposto implantado nas dependências da Casa – parecer favorável, autorizando a respectiva despesa, considerando as manifestações da Gerência-Geral da Escola do Legislativo e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo o Termo de Aditamento ADT/72/2001 para ampliação do objeto do CTO-0002/1998, celebrado entre esta Assembléia e a empresa Padrão IX Informática Sistemas Abertos Ltda., cujo objeto é o licenciamento de programas, serviços de atualizações de suas versões e de suporte aos mesmos – parecer favorável, autorizando a respectiva despesa, considerando as manifestações da Gerência-Geral de Sistemas de Informações e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo o Termo de Aditamento ADT82/2001 para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CTO-211/2000, celebrado entre esta Assembléia e o Posto Antônio Massud Ltda., cujo objeto é a prestação de serviço de abastecimento de combustível para veículos automotores – parecer favorável, autorizando a respectiva despesa, considerando as manifestações da Gerência-Geral de Reprografia e Transportes e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo o Termo de Aditamento ADT-99/2001 para ampliação do objeto do CTO-57/2001, celebrado entre esta Assembléia e a empresa Car Rental Systems de Minas Gerais Ltda., cujo objeto é a locação de veículos automotores – parecer favorável, autorizando a respectiva despesa, considerando as manifestações da Gerência-Geral de Manutenção e Serviços e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo o Termo de Aditamento ADT-95/2001 para primeira prorrogação, reajuste de preço e alteração do índice de reajuste do CTO-283/2000, celebrado entre

esta Assembléa e Júnio César Fernandes Arruda – ME, cujo objeto é a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva das portas de acesso ao Plenário desta Casa – parecer favorável, autorizando a respectiva despesa, considerando as manifestações da Gerência-Geral de Apoio ao Plenário e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo o Termo de Contrato CT0-278/2001, a ser celebrado entre esta Assembléa e a empresa Odontomax do Brasil Ltda., oriundo do Convite 038/2001, tendo como objeto a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos odontológicos da Casa – parecer favorável, autorizando a respectiva despesa, considerando as manifestações da Coordenação de Saúde e Assistência e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo solicitação do Senhor Deputado Sebastião Costa da Silva, de tratamento odontológico – parecer favorável, aprovado; processo contendo solicitação do Senhor Deputado José Henrique, de aquisição de uma prótese ortopédica para o servidor Cesarino Pereira da Silva – parecer favorável, aprovado; processo contendo o Termo de Contrato CT0-147/2001, oriundo do Convite nº 027/2001, a ser celebrado entre esta Assembléa e a empresa Enteltec Empresa de Telecomunicações e Eletrônica Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de assistência técnica e manutenção corretiva em aparelhos de fac símile – parecer favorável, autorizando a respectiva despesa, considerando as manifestações da Gerência-Geral de Manutenção e Serviços Administrativos e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo o Termo de Contrato CT0-280/2001, a ser celebrado entre esta Assembléa e Fábio Valença, tendo como objeto a prestação de serviços de consultoria especializada à Presidência, à Mesa, à Diretoria-Geral e à Diretoria de Comunicação Institucional, na concepção de projetos de marketing para alavancar a divulgação dos trabalhos legislativos e da série de eventos institucionais programados – parecer favorável, inclusive ratificando a inexigibilidade de licitação, com base no art. 25, II, da Lei Federal nº 8.666/93, e autorizando a respectiva despesa, considerando as manifestações da Diretoria de Comunicação Institucional e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo o Termo de Contrato a ser celebrado entre esta Assembléa e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, tendo como objeto a prestação de serviços de recebimento, tratamento e distribuição, em domicílio, de objetos denominados Mala Direta Postal – MDP, postadas com endereço, e de Mala Direta Postal Domiciliária – MDPD, postadas sem a indicação de endereço, em âmbito nacional – parecer favorável, inclusive ratificando a inexigibilidade de licitação, com base no art. 25, "caput" da Lei Federal nº 8.666/93, autorizando a respectiva despesa, considerando as manifestações da Gerência-Geral de Manutenção e Serviços e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo o Termo de Aditamento ADT-94/2001 para segunda prorrogação e manutenção do preço do CT0-218/1999, celebrado entre esta Assembléa e a empresa Procedata Informática Ltda., cujo objeto é a prestação de serviços técnicos de manutenção e de identificação de defeitos em equipamentos de informática com fornecimento de peças e de componentes defeituosos e substituição de componentes e/ou equipamentos – parecer favorável, autorizando a respectiva despesa, considerando as manifestações da Gerência-Geral de Sistemas de Informações e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo o Termo de Aditamento ADT-83/2001 para rescisão amigável do credenciamento celebrado entre esta Assembléa e Mozar de Castro Neto, cujo objeto é a assistência médica na especialidade de infectologia aos integrantes do Plano de Assistência da Casa – parecer favorável, considerando as manifestações da Coordenação de Saúde e Assistência e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no "Diário do Legislativo", de conformidade com a estrutura estabelecida nas Deliberações da Mesa nºs: 1.832, de 1999, 2.045, 2.089, 2.122, 2.129, 2.142, 2.149, 2.154, 2.157, 2.163, 2.165, 2.166, 2.181, 2.184, 2.191, 2.194, 2.201, 2.208, 2.214, 2.215, 2.216, 2.217, 2.218, 2.219, 2.220, 2.224, 2.225, 2.226, 2.227, de 2001. Para finalizar, o Presidente assina os seguintes atos: aposentando, a pedido, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, a partir de 12/11/2001, conforme a sua situação funcional em 16/12/98, o servidor José Estevão Araújo, ocupante do cargo de Agente de Execução às Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal desta Secretaria; aposentando, a pedido, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, a partir de 3/9/2001, Vera Dulce Vilela, ocupante do cargo em comissão de recrutamento amplo de Secretário de Gabinete II, do Grupo Específico de Apoio às Atividades de Representação Política-Parlamentar do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com proventos taxados no cargo em comissão de Auxiliar de Gabinete, e conforme a situação funcional em 16/12/98; autorizando a concessão do benefício da progressão na carreira, a partir de 1º/1/2001, ao servidor Antônio Roberto Ferreira; autorizando a concessão do benefício da promoção na carreira, a partir de 1º/1/2001, aos servidores Isabel Miranda Boson e Márcio da Silva Lima; retificando a progressão concedida ao servidor Pedro Ivo de Melo, a partir de 1º/1/2000; retificando progressão concedida ao servidor Ramiro Batista de Abreu; exonerando Gediane Cristina de Oliveira do cargo de Assistente Administrativo, com exercício no gabinete da Liderança do PPB; nomeando Arluzo Pereira de Souza para o cargo de Assistente Administrativo, com exercício no gabinete da Liderança do PPB; nomeando Raimundo Vitor de Melo para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, 8 horas. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléa, 2 de janeiro de 2002.

Antônio Júlio, Presidente - Alberto Pinto Coelho - Ivo José - Olinto Godinho - Mauri Torres - Wanderley Ávila - Álvaro Antônio.

ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLÉA

Às dez horas do dia cinco do mês de fevereiro de dois mil e dois, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembléa os Deputados Antônio Júlio, Presidente; Alberto Pinto Coelho, 1º-Vice-Presidente; Ivo José, 2º-Vice-Presidente; Olinto Godinho, 3º-Vice-Presidente; Mauri Torres, 1º-Secretário; Wanderley Ávila, 2º-Secretário e Álvaro Antônio, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa aprova as novas estruturas dos Gabinetes dos Deputados Anderson Aduato, Alberto Bejani, Alberto Pinto Coelho e Dilzon Melo, através das Deliberações nºs: 2.240, 2.241, 2.242, 2.243 de 2002. Em seguida, a Mesa decide determinar que a Procuradoria-Geral da Casa regularize o contrato de locação celebrado com a Associação dos Servidores do Legislativo do Estado de Minas Gerais – ASLEMG, vencido em 01/12/2001. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Mauri Torres, 1º-Secretário, as seguintes matérias: processo oriundo da Tomada de Preços nº 015/2001, contendo termos de contratos a serem celebrados entre esta Assembléa e as empresas Lopes & Rubinger Informática Ltda., e Itautec Philco S/A – Grupo Itautec Philco, tendo como objeto o fornecimento de equipamentos de informática, considerando a manifestação da GSI e da PGA – aprovado; processo contendo termo de aditamento nº 116/2001, para alteração de vigência do contrato CTO/160/2001, celebrado entre esta Assembléa e Padrão IX – Informática e Sistemas Abertos Ltda., tendo como objeto o serviço de atualizações de versões e de suporte a programas já licenciados – parecer favorável, considerando a manifestação da PGA – aprovado; processo contendo termo de aditamento nº 004/2002, para recomposição do equilíbrio financeiro do contrato celebrado entre esta Assembléa e o Posto Antônio Massud Ltda., tendo como objeto a prestação de serviço de abastecimento de combustível para veículos automotores – parecer favorável, considerando manifestação da GRT e da PGA – aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléa e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC, tendo como objeto a realização de cursos de informática – parecer favorável, ratificando a dispensa de licitação, com base no art. 24, da Lei Federal 8.666/93, considerando a manifestação da GSI e da PGA – aprovado; processo contendo termo de aditamento nº 001/2002, para prorrogação do contrato celebrado entre esta Assembléa e a empresa RM Máquinas e Sistemas Ltda., tendo como objeto a prestação de serviço de assistência técnica em máquina de franquear correspondência – parecer favorável, considerando manifestação da GMS e da PGA – aprovado; processo contendo termo de aditamento nº 115/2001, para prorrogação do contrato celebrado entre esta Assembléa e Telemar Norte Leste S.A, tendo como objeto fornecimento de serviços de Rede Virtual Integrada, RVI – parecer favorável, considerando manifestação da GMS e PGA – aprovado; processo contendo termo de aditamento nº 79/2001, para inclusão das especialidades de radiodiagnóstico, tomografia computadorizada e ressonância magnética ao contrato celebrado entre esta Assembléa e o Instituto de Patologia Clínica Hermes Pardini Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de assistência médica aos integrantes do plano de assistência da Casa – parecer favorável, considerando a manifestação da CSA e da PGA – aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléa e a empresa Xerox Comércio e Indústria Ltda., tendo como objeto a prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva de máquina envelopadora turbo – parecer favorável, considerando a manifestação da GMS e da PGA – aprovado; processo contendo termo de aditamento nº 5/2002, para prorrogação do contrato celebrado entre esta Assembléa e a Lavanderia Lav Sec Rápido Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de lavanderia destinados à lavagem e esterilização de roupas – parecer favorável, considerando manifestação da GMS, da CSA e da PGA – aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléa e a empresa Oficina de Informática Ltda., tendo como objeto a aquisição de impressora jato de tinta – parecer favorável, considerando manifestação da GSI e da PGA – aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléa e Hélio Mariano da Silva, tendo como objeto o fornecimento dos serviços de coleta e remoção de entulho através de caçambas estacionárias – parecer favorável, considerando a manifestação da GMS e da PGA – aprovado; processo contendo termo de aditamento nº 002/2002, para prorrogação do contrato celebrado entre esta Assembléa e a empresa Monte Indústria de Montagem e Elevadores Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços técnicos especializados em reparos,

manutenção e conservação em dois elevadores da marca Montele instalados no Palácio da Inconfidência – parecer favorável, considerando a manifestação da GMS e da PGA – aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléia e Advocacia Gandra Martins S/C., tendo como objeto a elaboração e entrega de parecer jurídico – parecer favorável, ratificando a inexigibilidade de licitação, com base no art. 25, II, da Lei Federal nº 8.666/93, considerando manifestação da PGA – aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléia e Oliveira Baracho Advocacia e Consultoria, tendo como objeto a elaboração e entrega de parecer jurídico – parecer favorável, ratificando a inexigibilidade de licitação, com base no art. 25, II, da Lei Federal nº 8.666/93, e considerando manifestação da PGA – aprovado; processo contendo termo de resilição do contrato de fornecimento de energia firmado com a CEMIG, e o termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléia e a CEMIG, tendo como objeto o fornecimento de energia elétrica, segundo estrutura tarifária Horo-Sazonal Verde – parecer favorável, ratificando a inexigibilidade de licitação, com base no art. 25, "caput", da Lei Federal 8.666/93, e considerando a manifestação da GMS e da PGA – aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembléia e Telemig Celular, tendo como objeto a prestação de serviço móvel celular, em 100 acesso, pelo Plano Pleno 300 – parecer favorável à contratação, com dispensa de licitação, nos termos do art. 25, da Lei 8.666/93, e considerando a manifestação da GMS e da PGA – aprovado; processo contendo a prestação de contas da execução orçamentária, financeira e contábil, os demonstrativos da arrecadação e movimentação bancária desta Secretaria, relativos ao mês de dezembro de 2001, bem como a prestação de contas do exercício financeiro de 2001 – parecer favorável, nos termos da Resolução nº 5.119, de 13.7.92, aprovado; processo contendo o Termo de Contrato CT0-288/2001 a ser celebrado entre esta Assembléia e a empresa Cateb, Castro, Carvalho, Pacheco de Medeiros e Advogados Associados, tendo como objeto a elaboração e entrega de parecer jurídico – parecer favorável, inclusive ratificando a inexigibilidade de licitação, com base no art. 25, II, da Lei Federal nº 8666/93, autorizando a respectiva despesa, considerando manifestação da PGA, aprovado; processo contendo o Termo de Aditamento nº 008/2002 para ampliação do objeto, acréscimo e recomposição do preço, alteração do critério de seu reajustamento anual e segunda prorrogação do prazo de duração do contrato celebrado entre esta Assembléia e a empresa Cetest Minas Engenharia e Serviços S/A, cujo objeto é a prestação de serviços de operação de sistema de ar condicionado central, exaustores, bombas de incêndio, bombas de água potável e de dois grupos de moto geradores e diesel, bem como serviços de manutenção preventiva e corretiva dos mesmos sistemas e equipamentos – parecer favorável, autorizando a respectiva despesa, considerando as manifestações da Gerência-Geral de Manutenção e Serviços e da PGA, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no "Diário do Legislativo", de conformidade com a estrutura estabelecida nas Deliberações da Mesa nºs: 2.165, 2.169, 2.170, 2.171, 2.174, 2.176, 2.177, 2.191, 2.205, 2.215, 2.216, 2.218, 2.226, de 2001, 2.235, 2.239, 2.240, 2.241, 2.242, 2.243, de 2002. Para finalizar, o Presidente assina os seguintes atos: nomeando Júlio Nunes dos Santos para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, 8 horas. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 20 de fevereiro de 2002.

Antônio Júlio, Presidente - Alberto Pinto Coelho - Ivo José - Olinto Godinho - Mauri Torres - Wanderley Ávila - Álvaro Antônio.

ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Às dez horas do dia doze de março de dois mil e dois, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia os Deputados Antônio Júlio, Presidente; Alberto Pinto Coelho, 1º-Vice-Presidente; Ivo José, 2º-Vice-Presidente; Olinto Godinho, 3º-Vice-Presidente; Mauri Torres, 1º-Secretário; Wanderley Ávila, 2º-Secretário e Álvaro Antônio, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa apresenta o Projeto de Resolução que cria a Comissão Permanente de Segurança Pública. Dando prosseguimento à reunião, a Mesa, através da Deliberação nº 2.257/2002, regulamenta o disposto no art. 9º da Resolução nº 5.198, de 21.5.01; através da Deliberação nº 2.258/2002, altera a redação do §1º do art. 30 da Deliberação da Mesa nº 1.864, de 31.3.2000; através da Deliberação nº 2.259/2002, altera o prazo para requerimento do auxílio-formação-profissional e do auxílio-educação de que tratam as Deliberações da Mesa nºs 2.109, de 02.10.2001 e 1.910, de 30.6.2000; e, através da Deliberação nº 2.260/2002, dispõe sobre a verba em forma de Fundo Fixo de Caixa. Em seguida, a Mesa aprova a prestação de contas relativa ao exercício de 2001, em cumprimento ao item 3 da Decisão de Mesa de 04.7.2001 que apenas revogou o item 1 da Decisão da Mesa de 17.4.2001, e, aprova, também, o recurso apresentado pela servidora Rosana Marques Ribeiro, matrícula 2743-0, referente a não concessão de sua progressão relativa ao biênio aquisitivo 1999/2000. Isto posto, a Mesa toma as seguintes decisões: 1ª) regulamenta a Deliberação da Mesa nº 2.260/2002, de 12.3.2002; 2ª) declara as empresas Pro-Life Comércio e Representações Ltda. e Oásis Distribuidora Ltda., responsáveis pela inadimplência contratual por terem entregue como verdadeira mercadoria falsificada e aplica a multa de 20% (vinte por cento) do valor das Ordens de Compra nºs: 235/01 e 237/01, considerando as conclusões do Parecer nº 4.212/2001 da Procuradoria-Geral da Casa, que aprova. Continuando os trabalhos, o Presidente registra o recebimento dos seguintes requerimentos: Requerimento s/nº, de autoria do Deputado Ivo José e outros, mediante o qual solicita a realização de um ciclo de debates sobre o tema Auditoria Cidadã da Dívida – determina o encaminhamento à Gerência-Geral de Projetos Institucionais para as providências cabíveis; Requerimento s/nº, de autoria do Deputado Doutor Viana, mediante o qual solicita sejam tomadas providências necessárias à criação da Frente Parlamentar da Saúde – determina a realização de estudos; Requerimento s/nº, de autoria da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, mediante o qual solicita seja acionado o Procon/Assembléia a fim de proceder à apuração de abuso na comercialização de vacinas contra a febre aftosa – determina o encaminhamento ao Procon/Assembléia para analisar a possibilidade do atendimento; Requerimento s/nº, de autoria do Deputado Eduardo Brandão, mediante o qual solicita a averiguação e apuração de fatos narrados pelo Deputado Irani Barbosa em entrevista transmitida ao jornalista Eduardo Costa, da Rádio Itatiaia, em 21/2/2002 – determina o encaminhamento à Corregedoria; Requerimento s/nº, de autoria do Deputado Marco Régis, mediante o qual solicita a realização de seminário sobre o tema Conselho de Comunicação Social – determina a realização de estudos; Requerimento s/nº, de autoria do Deputado João Pinto Ribeiro, mediante o qual solicita a inclusão no art. 101 do Regimento Interno desta Casa da Comissão de Segurança Pública – solicitação atendida; Requerimento s/nº, de autoria do Deputado Adelmo Carneiro Leão, mediante o qual solicita informações acerca dos procedimentos adotados por esta Assembléia em relação à guarda de documentos – determina o encaminhamento à Diretoria-Geral para as providências cabíveis. Passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Alberto Pinto Coelho, os seguintes requerimentos: nº 3.028/2001, de autoria da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas – parecer pela aprovação, aprovado; nº 3.030/2001, de autoria da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas – parecer pela aprovação, aprovado; ao Deputado Olinto Godinho, os seguintes requerimentos: nº 3.027/2001, de autoria do Deputado Antônio Carlos Andrada – parecer pela aprovação, aprovado; nº 3.078/2002, de autoria da Deputada Elbe Brandão – parecer pela aprovação, aprovado; nº 3.103/2002, de autoria do Deputado Antônio Carlos Andrada – parecer pela aprovação, aprovado; ao Deputado Mauri Torres, as seguintes matérias: Requerimento nº 3.070/2002, de autoria da Deputada Elbe Brandão – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 3.071/2002, de autoria da Deputada Elbe Brandão – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 3.072/2002, de autoria da Deputada Elbe Brandão – parecer pela rejeição, aprovado; Requerimento nº 3.073/2002, de autoria da Deputada Elbe Brandão – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 3.075/2002, de autoria da Deputada Elbe Brandão – parecer pela rejeição, aprovado; Requerimento nº 3.076/2002, de autoria da Deputada Elbe Brandão – parecer pela rejeição, aprovado; processo contendo a prestação de contas da execução orçamentária, financeira e contábil, os demonstrativos da arrecadação e movimentação bancária desta Secretaria, relativos ao mês de dezembro de 2001 – parecer favorável, nos termos da Resolução nº 5.119, de 13.7.92, aprovado; processo contendo a prestação de contas da execução orçamentária, financeira e contábil, os demonstrativos da arrecadação e movimentação bancária do FUNDHAB, relativos ao exercício de 2001 – parecer favorável, nos termos da Resolução nº 5.119, de 13.7.92, aprovado; processo contendo a prestação de contas da execução orçamentária, financeira e contábil, os demonstrativos da arrecadação e movimentação bancária, relativos ao mês de fevereiro de 2002 – parecer favorável, nos termos da Resolução nº 5.119, de 13.7.92, aprovado; processo contendo a prestação de contas da execução orçamentária, financeira e contábil, os demonstrativos da arrecadação e movimentação bancária do FUNDHAB, relativos ao mês de fevereiro de 2002 – parecer favorável, nos termos da Resolução nº 5.119, de 13.7.92, aprovado; processo contendo o Termo de Aditamento para exclusão da alínea "a" do item 1.1 da cláusula primeira do contrato celebrado entre esta Assembléia e a Associação dos Servidores do Legislativo do Estado de Minas Gerais – ASLEMG, tendo como objeto a concessão do uso do restaurante da Assembléia, da cantina dos funcionários e dependências da Casa e a prestação de serviços de administração – parecer favorável, aprovado; processo contendo o Termo de Contrato CT0-15/2002 a ser celebrado entre esta Assembléia e o Hospital Semper, tendo como objeto a prestação de serviços de assistência médico-hospitalar, incluindo a realização de exames complementares, em regime de internação e ambulatorial aos integrantes do plano de saúde da Casa – parecer favorável, inclusive ratificando a inexigibilidade de licitação por inviabilidade de competição, com base no art. 25, "caput", da Lei Federal nº 8666/93, autorizando a respectiva

despesa, considerando as manifestações da Coordenação de Saúde e Assistência e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo solicitação de Gerência-Geral de Rádio e Televisão, para abertura de licitação, na modalidade concorrência, para a aquisição e instalação de sistemas de recepção e de sistemas de retransmissão de sinais de radiodifusão em sinal aberto da TV Assembléia, com vistas a ampliar o seu alcance no interior do Estado de Minas Gerais – parecer favorável, aprovado; processo contendo o Termo de Aditamento ADT/3/2002 para inclusão de especialidade médica de medicina nuclear ao CT0-66/1999 celebrado entre esta Assembléia e a Serviços Médicos Especializados S/C Ltda., cujo objeto é a prestação de serviços de assistência médica aos integrantes do plano de assistência da Casa – parecer favorável, autorizando a respectiva despesa, considerando manifestações da Coordenação de Saúde e Assistência e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo o Termo de Aditamento ADT/90/2001 para prorrogação do CT0-050/1997 celebrado entre esta Assembléia e a Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte, cujo objeto é a prestação de serviços funerários – parecer favorável, a partir de 07/1/2002, autorizando a respectiva despesa, considerando as manifestações da Coordenação de Saúde e Assistência e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo o Termo de Contrato CT0-11/2002 a ser celebrado entre esta Assembléia e Minas Ortopédica Ltda., cujo objeto é a prestação de serviços de assistência médica nas especialidades de fisioterapia, reumatologia e fisioterapia aos integrantes do plano de assistência da Casa – parecer favorável, com inexigibilidade de licitação, por inviabilidade de competição, com base no art. 25, "caput", da Lei Federal nº 8.666/93 e nos Pareceres nº 2.943/93 e 3.008/93 da Procuradoria-Geral da Casa, autorizando a respectiva despesa, considerando as manifestações da Coordenação de Saúde e Assistência e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo o Termo de Aditamento ADT/113/2001 para ampliação do objeto, alteração na forma de execução do contrato e outras providências ao CT0-36/2001 celebrado entre esta Assembléia e a empresa Nectar Flores Ltda., cujo objeto é o fornecimento de arranjos florais – parecer favorável, autorizando a respectiva despesa, considerando as manifestações da Coordenação de Cerimonial e Relações Públicas e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo o Termo de Aditamento ADT/16/2002 para alteração dos módulos de acabamento ao CT0-108/2001 celebrado entre esta Assembléia e a empresa Xerox Comércio Indústria Ltda., cujo objeto é a locação de duas publicadoras digitais 5136, e manutenção preventiva e corretiva – parecer favorável, considerando manifestações da Gerência-Geral de Manutenção e Serviços e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo o Termo de Aditamento ADT/75/2001 para alteração da razão social da seguradora ao CT0-102/2000 celebrado entre esta Assembléia e a empresa Sul América Aetna Seguros de Vida e Previdência S/A, cujo objeto é o seguro de acidentes pessoais – parecer favorável, considerando as manifestações da Gerência-Geral de Manutenção e Serviços e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo o Termo de Contrato CT0-3/2002 a ser celebrado entre esta Assembléia e a empresa Café Minas Rio Ltda., oriundo da Coleta de Preços nº 205/01, tendo como objeto o fornecimento de café em pó – parecer favorável, autorizando a respectiva despesa, considerando as manifestações da Gerência-Geral de Manutenção e Serviços e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo o Termo de Aditamento ADT-15/2002 para a quarta prorrogação do CT0-66/1997 celebrado entre esta Assembléia e a Associação dos Servidores do Legislativo do Estado de Minas Gerais - ASLEMG, cujo objeto é a locação de uma loja e dez vagas de garagem no Edifício Montesquieu, localizado na Av. Olegário Maciel nº 2161 – parecer favorável, autorizando a respectiva despesa, considerando as manifestações da Diretoria-Geral Adjunta e da Procuradoria-Geral da Casa, e nos termos da Decisão da Mesa de 05/2/2002, aprovado; processo contendo o Termo de Aditamento ADT/11/2002 para ampliação do objeto do CT0-160/2001 celebrado entre esta Assembléia e a empresa Padrão IX Informática Sistemas Abertos Ltda., cujo objeto é a prestação de serviços de atualizações de suas versões e de suporte a programas já licenciados (BRS Search; Net Answer; e VB Toolkit) – parecer favorável, autorizando a respectiva despesa, considerando as manifestações da Gerência-Geral de Sistema de Informações e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo o Termo de Aditamento ADT/18/2002 para ampliação do objeto do CT0-109/2001 celebrado entre esta Assembléia e a empresa Rouxinol Viagens e Turismo Ltda., cujo objeto é a prestação de serviços de transporte rodoviário, incluindo o serviço de motorista, em ônibus a ser utilizado no deslocamento de equipes técnicas da contratante em localidades dentro do território nacional – parecer favorável, autorizando a respectiva despesa, considerando as manifestações da Gerência de Manutenção e Serviços e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no "Diário do Legislativo", de conformidade com a estrutura estabelecida nas Deliberações da Mesa nºs: 2.173, 2.178, 2.179, 2.198, 2.203, 2.206, 2.218, de 2001, 2.228, 2.236, 2.239, 2.241, 2.245, de 2002. Para finalizar, o Presidente assina os seguintes atos: exonerando: a partir de 18/3/2002, Aldimar Rodrigues Filho do cargo de Assistente Administrativo, com exercício na Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização; exonerando, a partir de 18/3/2002, Maria Regina de Mata Machado Coelho do cargo de Assistente Administrativo, com exercício na Comissão de Direitos Humanos; exonerando Neuza de Assis Brito do cargo de Assistente Administrativo, com exercício na Comissão de Redação; nomeando Adriana Guedes de Sousa Oliveira para o cargo de Assistente Administrativo, com exercício na Comissão de Direitos Humanos; nomeando Aldimar Rodrigues Filho para o cargo de Assistente Administrativo, com exercício na Comissão de Redação; nomeando Ramon Eduardo Borges para o cargo de Assistente Administrativo, com exercício na Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização; nomeando Deusdedit Inácio Pereira para o cargo de Assistente Administrativo, com exercício no gabinete da Liderança da Minoria; autorizando a concessão do benefício da progressão na carreira, a partir de 1/1/2001, à servidora Maria José Canêdo Teixeira Moreira; autorizando a concessão do benefício da progressão na carreira, a partir de 1/1/2001, à servidora Suely Nogueira da Silva; aposentando, a pedido, com proventos integrais, a partir de 23/2/2000, Osvaldo Domingues de Paiva, ocupante do cargo em comissão de recrutamento amplo de Agente de Serviços de Gabinete II, do Grupo Específico de Apoio às Atividades de Representação Político-Parlamentar do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com proventos taxados no cargo em comissão de recrutamento amplo de Atendente de Gabinete, e conforme a sua situação funcional em 16/12/98; aposentando, a pedido, com proventos integrais, a partir de 6/2/2000, conforme a sua situação funcional em 16/12/98, a servidora Uissam Jraige, ocupante do cargo de Agente de Execução às Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal desta Secretaria; aposentando, a pedido, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, a partir de 6/2/2000, conforme a sua situação funcional em 16/12/98, o servidor Antero Silveira Jordão, ocupante do cargo de Agente de Execução às Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal desta Secretaria; aposentando, a pedido, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, a partir de 5/2/2002, conforme a sua situação funcional em 16/12/98, o servidor Rogério César Luiz, ocupante do cargo de Agente de Execução às Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal desta Secretaria; aposentando, a pedido, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, a partir de 7/2/2002, conforme a sua situação funcional em 16/12/98, o servidor Antônio de Freitas Baiense, ocupante do cargo de Agente de Execução às Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal desta Secretaria; aposentando, a pedido, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, a partir de 8/2/2002, conforme a sua situação funcional em 16/12/98, a servidora Elizabeth Corrêa Reis, ocupante do cargo de Agente de Execução às Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal desta Secretaria; aposentando, a pedido, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, a partir de 9/2/2002, conforme a sua situação funcional em 16/12/98, o servidor Kênio Sebastião Boato, ocupante do cargo de Agente de Execução às Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal desta Secretaria; aposentando, a pedido, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, a partir de 8/2/2002, conforme a sua situação funcional em 16/12/98, a servidora Regina de Paula Ramos, ocupante do cargo de Agente de Execução às Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal desta Secretaria; aposentando, a pedido, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, a partir de 9/2/2002, conforme a sua situação funcional em 16/12/98, o servidor Renato Sérgio Rossi, ocupante do cargo de Agente de Execução às Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal desta Secretaria; aposentando, a pedido, com proventos integrais, a partir de 14/2/2002, conforme a sua situação funcional em 16/12/98, a servidora Janeth Rocha, ocupante do cargo de Agente de Execução às Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal desta Secretaria; aposentando, a pedido, com proventos integrais, a partir de 20/2/2002, conforme a sua situação funcional em 16/12/98, o servidor Laécio Soares da Costa, ocupante do cargo de Agente de Execução às Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal desta Secretaria; aposentando, a pedido, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, a partir de 18/2/2002, conforme a sua situação funcional em 16/12/98, o servidor Jurandir Guimarães Damacena, ocupante do cargo de Agente de Execução às Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal desta Secretaria; aposentando, a pedido, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, a partir de 9/2/2002, conforme a sua situação funcional em 16/12/98, a servidora Sônia Deiara dos Santos Paula Pinto, ocupante do cargo de Agente de Execução às Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal desta Secretaria; aposentando, a pedido, com proventos integrais, a partir de 26/1/2002, Antônio de Pádua Lima Sampaio, ocupante do cargo em comissão de recrutamento amplo de Técnico Executivo de Gabinete, do Grupo Específico de Apoio às Atividades de Representação Político-Parlamentar do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com proventos taxados no cargo que exerce, e conforme a sua situação funcional em 16/12/98. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 27 de março de 2002.

Antônio Júlio, Presidente - Alberto Pinto Coelho - Ivo José - Olinto Godinho - Mauri Torres - Wanderley Ávila - Álvaro Antônio.

Às dez horas do dia nove de abril de dois mil e dois, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia os Deputados Antônio Júlio, Presidente; Alberto Pinto Coelho, 1º-Vice-Presidente; Ivo José, 2º-Vice-Presidente; Olinto Godinho, 3º-Vice-Presidente; Mauri Torres, 1º-Secretário; Wanderley Ávila, 2º-Secretário e Álvaro Antônio, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa aprova as novas estruturas dos Gabinetes dos Deputados Durval Ângelo, Alberto Bejani, Ivo José, Marcelo Gonçalves e Edson Rezende, através das Deliberações nºs: 2.274, 2.275, 2.276, 2.277 e 2.278, de 2002. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Mauri Torres, as seguintes matérias: processo contendo o Termo de Contrato CT0-16/2002, oriundo da Tomada de Preços nº 19/2001, a ser celebrado entre esta Assembléia e a empresa Cetest Minas Engenharia e Serviços S/A, tendo como objeto o fornecimento e instalação de sistemas de ar condicionado e recondicionamento de compressor de refrigeração do tipo semi-hermético – parecer favorável, autorizando a respectiva despesa, considerando as manifestações da Gerência-Geral de Manutenção e Serviços e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo o Termo de Aditamento ADT-33/2002 para fixação de etapa inicial de instalação de terminais ao CT0-281/2001, celebrado entre esta Assembléia e a empresa Vesper S/A, cujo objeto é a prestação de serviços de ativação de cem linhas telefônicas pelo sistema WLL, com codificação na tecnologia CDMA ou similar, incluindo a disponibilidade de cem aparelhos telefônicos (com as respectivas baterias) totalmente digitais e que dispensam a necessidade de cabos – parecer favorável, considerando as manifestações da Gerência-Geral de Manutenção e Serviços e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo o Termo de Aditamento ADT-32/2002 de adesão ao 2º Termo Aditivo ao Termo de Compromisso firmado em 02/12/1998 entre esta Assembléia e a União Federal por intermédio da Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça e a ANEEL-Agência Nacional de Energia Elétrica, cujo objeto é a cooperação na proteção e defesa do consumidor de energia elétrica – parecer favorável, considerando as manifestações do PROCÓN-Assembléia e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo o Termo de Aditamento ADT-29/2002 para prorrogação parcial do CT0-118/2001, celebrado entre esta Assembléia e a empresa Generali do Brasil Companhia Nacional de Seguros, cujo objeto é o seguro de imóveis, móveis, equipamentos, materiais de consumo, elevador, etc., e seguro coletivo de acidentes pessoais para estagiários – parecer favorável, autorizando a respectiva despesa, considerando as manifestações da Gerência-Geral de Administração de Pessoal e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo a prestação de contas da execução orçamentária, financeira e contábil, os demonstrativos da arrecadação e movimentação bancária da Secretaria da Assembléia, relativos ao mês de março de 2002 – parecer favorável nos termos da Resolução nº 5.119, de 13 de julho de 1992, aprovado; processo contendo o Termo de Aditamento ADT-31/2002 para prorrogação do CT0-107/2000, celebrado entre esta Assembléia e a Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte, cujo objeto é a doação de papel inservível – parecer favorável, considerando as manifestações da Gerência-Geral de Manutenção e Serviços e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo o Termo de Aditamento ADT-30/2002 para prorrogação do CT0-30/2002, celebrado entre esta Assembléia e a Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável, cujo objeto é a doação de papel inservível – parecer favorável, considerando as manifestações da Gerência-Geral de Manutenção e Serviços e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo o Termo de Aditamento ADT-34/2002 para rescisão amigável do credenciamento celebrado entre esta Assembléia e o profissional médico João Paulo de Oliveira Guimarães, cujo objeto é o serviço de assistência médica na especialidade de hematologia – parecer favorável, considerando as manifestações da Coordenação de Saúde e Assistência e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo o Termo de Aditamento ADT-35/2002 para rescisão amigável do credenciamento celebrado entre esta Assembléia e a profissional médica Cristina Costa Duarte Lanna, cujo objeto é o serviço de assistência médica na especialidade de reumatologia – parecer favorável, considerando as manifestações da Coordenação de Saúde e Assistência e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo o Termo de Aditamento ADT-36/2002 para rescisão amigável do credenciamento celebrado entre esta Assembléia e Eletroneuromiografia Manoel Villarroel Ltda., cujo objeto é a prestação de serviços médicos na especialidade de eletroneuromiografia – parecer favorável, considerando as manifestações da Coordenação de Saúde e Assistência e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo solicitação do Deputado Anderson Aduato de tratamento odontológico – parecer favorável, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no "Diário do Legislativo", de conformidade com a estrutura estabelecida nas Deliberações da Mesa nºs: 2.148, 2.155, 2.171, 2.173, 2.183, 2.184, 2.194, 2.198, 2.220, de 2001, 2.228, 2.235, 2.241, 2.270, 2.274, 2.275, 2.276, 2.277, 2.278, de 2002. Para finalizar, o Presidente assina os seguintes atos: aposentando, a pedido, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, a partir de 14/3/2002, conforme a sua situação funcional em 16/12/98, o servidor Eli Eustáquio Martins, ocupante do cargo de Agente de Execução às Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal desta Secretaria; aposentando, a pedido, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, a partir de 3/5/2001, conforme a sua situação funcional em 16/12/98, o servidor José Feliciano da Silva, ocupante do cargo de Agente de Execução às Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal desta Secretaria; aposentando, a pedido, com proventos integrais, a partir de 25/2/2002, conforme a sua situação funcional em 16/12/98, o servidor Dario Moreira Ferreira, ocupante do cargo de Agente de Execução às Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal desta Secretaria; aposentando, a pedido, com proventos integrais, a partir de 13/3/2002, Neuza Vieira de Oliveira, ocupante do cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Técnico de Gabinete II, do Grupo Específico de Apoio às Atividades de Representação Político-Parlamentar do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com proventos taxados no cargo de Assistente de Gabinete, e conforme a sua situação funcional em 16/12/98; aposentando, a pedido, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, a partir de 18/3/2002, Tânia Maria Antunes Braga, ocupante do cargo em comissão de recrutamento amplo de Técnico Executivo de Gabinete, do Grupo Específico de Apoio às Atividades de Representação Político-Parlamentar do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com proventos taxados no cargo que exerce, e conforme a sua situação funcional em 16/12/98; exonerando Célio da Assunção Frois do cargo de Chefe de Gabinete, com exercício no gabinete da Liderança do Partido dos Trabalhadores; nomeando Marilda do Perpétuo Socorro para o cargo de Chefe de Gabinete, com exercício no gabinete da Liderança do Partido dos Trabalhadores; exonerando, a partir de 15/4/2002, Geraldo Caetano de Matos do cargo de Chefe de Gabinete, com exercício no gabinete da 2ª-Vice-Presidência; nomeando Maria Teresa Vilas Boas de Paula para o cargo de Chefe de Gabinete, com exercício no gabinete da 2ª-Vice-Presidência; nomeando Edmara Fonseca Chaves para o cargo de Atendente de Gabinete, 8 horas; nomeando Jair Olímpio Júnior para o cargo de Atendente de Gabinete, 8 horas; nomeando Luciana de Oliveira Araújo e Siqueira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, 8 horas. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 16 de abril de 2002.

Antônio Júlio, Presidente - Alberto Pinto Coelho - Ivo José - Olinto Godinho - Mauri Torres - Wanderley Ávila - Álvaro Antônio.

ATA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Às dez horas do dia dezesseis de abril de dois mil e dois, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia os Deputados Antônio Júlio, Presidente; Alberto Pinto Coelho, 1º-Vice-Presidente; Ivo José, 2º-Vice-Presidente; Olinto Godinho, 3º-Vice-Presidente; Mauri Torres, 1º-Secretário; Wanderley Ávila, 2º-Secretário e Álvaro Antônio, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa, considerando o incêndio ocorrido nas dependências do Tribunal de Contas e considerando que este é órgão auxiliar desta Assembléia Legislativa no controle externo dos atos das unidades administrativas dos Poderes do Estado e de entidade da administração direta, de acordo com o art. 73 da Constituição do Estado, decide designar os Deputados Agostinho Patrus, Ivo José e José Henrique, para, sob a coordenação do primeiro, acompanharem os trabalhos de investigação do fato ocorrido. Em seguida, a Mesa aprova as novas estruturas dos Gabinetes dos Deputados Mauro Lobo e Mauri Torres, através das Deliberações nºs: 2.279 e 2.280, de 2002. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Mauri Torres, as seguintes matérias: processo contendo o Termo de Aditamento para a prorrogação do Contrato celebrado entre esta Assembléia e a PRODASEN-Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal, cujo objeto é o acesso aos bancos de dados do sistema de informação do Congresso Nacional-SICON – parecer favorável, autorizando a respectiva despesa, considerando as manifestações da Gerência-Geral de Sistemas de Informações e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo o Termo de Aditamento ADT-26/2002 para alteração qualitativa do objeto e redução do preço do CT0-117/2001, celebrado entre esta Assembléia e a empresa Heliotec Minas Comércio e Representações Ltda., cujo objeto é a prestação de serviços de cópias reprográficas, incluindo a locação dos equipamentos necessários, a instalação dos mesmos, reposição de peças, assistência técnica, manutenção preventiva, corretiva, treinamento de operadores e fornecimento de todos os suprimentos necessários ao funcionamento dos equipamentos – parecer favorável, considerando as manifestações da Gerência-Geral de Manutenção e Serviços e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; Projeto de Resolução nº 2.024/2002, de autoria da Mesa, que altera a redação dos arts. 102 e 102 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, instituindo a Comissão de

Segurança Pública – parecer para o 1º turno pela aprovação, com as Emendas nºs 1 e 2, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no "Diário do Legislativo", de conformidade com a estrutura estabelecida nas Deliberações da Mesa nºs: 2.147, 2.170, 2.194, 2.229, 2.239, 2.245, 2.252, 2.253, 2.279 e 2.280, de 2002. Para finalizar, o Presidente assina os seguintes atos: nomeando Renato Luis Marques Pessoa para o cargo de Procurador, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, em virtude de sua classificação em 1º lugar em concurso público; nomeando Roberto Sorbilli Filho para o cargo de Técnico de Apoio às Atividades da Secretaria – Consultor – Área I, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, em virtude de sua classificação em 1º lugar em concurso público; nomeando Wladimir Rodrigues Dias para o cargo de Técnico de Apoio às Atividades da Secretaria – Consultor Área I, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, em virtude de sua classificação em 2º lugar em concurso público; nomeando Fernando Moutinho Ramalho Bittencourt para o cargo de Técnico de Apoio às Atividades da Secretaria – Consultor – Área II, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, em virtude de sua classificação em 1º lugar em concurso público; nomeando Maurício Boratto Viana para o cargo de Técnico de Apoio às Atividades da Secretaria – Consultor – Área III, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, em virtude de sua classificação em 1º lugar em concurso público; nomeando Ana Carolina Caldeira de Mendonça para o cargo de Técnico de Apoio às Atividades da Secretaria – Consultor – Área IV, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, em virtude de sua classificação em 1º lugar em concurso público; nomeando Maria Regina Alvares Magalhães para o cargo de Técnico de Apoio às Atividades da Secretaria – Consultor – Área VI, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, em virtude de sua classificação em 1º lugar em concurso público; nomeando Adriana Cecy Renan para o cargo de Técnico de Apoio às Atividades da Secretaria – Comunicador Social – Área I, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, em virtude de sua classificação em 1º lugar em concurso público; nomeando Patrícia Helena Salazar Porto para o cargo de Técnico de Apoio às Atividades da Secretaria – Comunicador Social – Área I, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, em virtude de sua classificação em 2º lugar em concurso público; nomeando Gleidson Batista dos Santos para o cargo de Técnico de Apoio às Atividades da Secretaria – Comunicador Social – Área I, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, em virtude de sua classificação em 3º lugar em concurso público; nomeando Fernando César de Affonseca para o cargo de Técnico de Apoio às Atividades da Secretaria – Comunicador Social – Área I, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, em virtude de sua classificação em 4º lugar em concurso público; nomeando Rivadávia Souza e Pinho para o cargo de Técnico de Apoio às Atividades da Secretaria – Comunicador Social – Área I, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, em virtude de sua classificação em 5º lugar em concurso público; nomeando Aline de Figueiredo Xavier para o cargo de Técnico de Apoio às Atividades da Secretaria – Comunicador Social – Área I, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, em virtude de sua classificação em 6º lugar em concurso público; nomeando Paulo César Gomes de Oliveira para o cargo de Técnico de Apoio às Atividades da Secretaria – Engenheiro, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, em virtude de sua classificação em 1º lugar em concurso público; nomeando Denise Gontijo Machado para o cargo de Técnico de Apoio às Atividades da Secretaria – Redator/Revisor, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, em virtude de sua classificação em 1º lugar em concurso público; nomeando Ana Márcia Passarini de Resende para o cargo de Técnico de Apoio às Atividades da Secretaria – Redator/Revisor, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, em virtude de sua classificação em 2º lugar em concurso público; nomeando Ana Martins Marques para o cargo de Técnico de Apoio às Atividades da Secretaria – Redator/Revisor, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, em virtude de sua classificação em 3º lugar em concurso público; nomeando Isalino Silva de Albergaria para o cargo de Técnico de Apoio às Atividades da Secretaria – Redator/Revisor, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, em virtude de sua classificação em 4º lugar em concurso público; nomeando César Plotz Frois para o cargo de Técnico de Apoio às Atividades da Secretaria – Redator/Revisor, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, em virtude de sua classificação em 5º lugar em concurso público; nomeando Ângela Leite de Castilho Souza para o cargo de Técnico de Apoio às Atividades da Secretaria – Redator/Revisor, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, em virtude de sua classificação em 6º lugar em concurso público; nomeando Marina Carneiro Prates para o cargo de Técnico de Apoio às Atividades da Secretaria – Taquígrafo, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, em virtude de sua classificação em 1º lugar em concurso público; nomeando Helma Clark Hattler para o cargo de Técnico de Apoio às Atividades da Secretaria – Taquígrafo, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, em virtude de sua classificação em 2º lugar em concurso público; nomeando Daniela de Paiva Ferreira para o cargo de Técnico de Apoio às Atividades da Secretaria – Taquígrafo, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, em virtude de sua classificação em 3º lugar em concurso público; nomeando Adriana Valente Federico para o cargo de Técnico de Apoio às Atividades da Secretaria – Taquígrafo, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, em virtude de sua classificação em 4º lugar em concurso público; nomeando Francisca de Alencar Andrade para o cargo de Técnico de Apoio às Atividades da Secretaria – Taquígrafo, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, em virtude de sua classificação em 5º lugar em concurso público; nomeando Leila Gandra Gomes para o cargo de Técnico de Apoio às Atividades da Secretaria – Taquígrafo, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, em virtude de sua classificação em 6º lugar em concurso público; nomeando Renata Maciel da Silva Braga para o cargo de Atendente de Gabinete, 8 horas; nomeando Alberto Tadeu da Costa para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete, 8 horas; exonerando, a pedido, a partir de 19/4/02, Leila Gandra Gomes do cargo de Agente de Execução às Atividades da Secretaria, do quadro de pessoal desta Secretaria; nomeando Fernando Antônio Peregrino para o cargo de Secretário de Gabinete, 8 horas; tornando sem efeito a progressão concedida à servidora Adriana Botelho Cançado Cunha, a partir de 1º/1/2001, e concedendo a mesma promoção a partir de 1º/1/2000; tornando sem efeito a progressão concedida a partir de 1º/1/2001 à servidora Rita de Cássia de Moura Junqueira e concedendo a mesma promoção a partir de 1º/1/2000; concedendo à servidora Mônica Sá Fortes Rezende promoção a partir de 1º/1/2000; tornando sem efeito a progressão concedida a partir de 1º/1/2001 à servidora Alexandra Martins Corrêa e concedendo a mesma progressão a partir de 1º/1/2000. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 24 de abril de 2002.

Antônio Júlio, Presidente - Ivo José - Olinto Godinho - Mauri Torres - Wanderley Ávila - Álvaro Antônio.

ATA DA 20ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Às dez horas do dia vinte e oito de novembro de dois mil e um, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia os Deputados Antônio Júlio, Presidente; Alberto Pinto Coelho, 1º-Vice-Presidente; Ivo José, 2º-Vice-Presidente; Olinto Godinho, 3º-Vice-Presidente; Mauri Torres, 1º-Secretário; Wanderley Ávila, 2º-Secretário e Álvaro Antônio, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Isto posto, a Mesa toma as seguintes decisões: 1ª) autoriza o processamento das alterações das estruturas dos gabinetes parlamentares, a partir do mês de dezembro do corrente ano, respeitando os limites da lotação e da pontuação estabelecidos; 2ª) aprova o calendário de funcionamento da Assembléia no exercício de 2002; 3ª) estabelece critérios para a contratação de estagiários no âmbito da Assembléia. Em seguida, a Mesa aprova as novas estruturas dos Gabinetes dos Deputados João Paulo, Miguel Martini, Cristiano Canêdo, Cabo Morais, Carlos Pimenta, João Pinto Ribeiro, Jorge Eduardo de Oliveira, Eduardo Hermeto, Kemil Kumaira, Aílton Vilela, Paulo Pettersen, Djalma Diniz, Anderson Aduino, Ambrósio Pinto, Bené Guedes, Olinto Godinho, Durval Ângelo, Eduardo Brandão, Gil Pereira, Sávio Souza Cruz, Chico Rafael, Adeldo Carneiro Leão, Arlen Santiago, Alberto Bejani, Fábio Avelar, Antônio Carlos Andrada, Ivo José, Dilton Melo, José Braga, Adelino de Carvalho, Geraldo Rezende, Marcelo Gonçalves, Pastor George, Alencar da Silveira Júnior, Eduardo Brandão, João Batista de Oliveira, Paulo Pettersen, Wanderley Ávila, Edson Rezende, Ivair Nogueira, Irani Barbosa, Agostinho Patrús, Ivo José, Hely Tarquínio, Elaine Matozinhos, Rogério Correia, José Milton, Antônio Júlio, Márcio Kangussú, Antônio Carlos Andrada, José Henrique, Sávio Souza Cruz, Penacu Ferreira, Maria Olívia, Maria José Haueisen, Bilac Pinto, Ermano Batista, Amilcar Martins, Elbe Brandão, Sargento Rodrigues, Antônio Godina, Dinis Pinheiro e Kemil Kumaira, através das Deliberações nºs: 2.142, 2.143, 2.144, 2.145, 2.146, 2.147, 2.148, 2.149, 2.150, 2.151, 2.152, 2.153, 2.154, 2.155, 2.156, 2.157, 2.158, 2.159, 2.160, 2.161, 2.162, 2.163, 2.164, 2.165, 2.166, 2.167, 2.168, 2.169, 2.170, 2.171, 2.172, 2.173, 2.174, 2.175, 2.176, 2.177, 2.178, 2.179, 2.180, 2.181, 2.182, 2.183, 2.184, 2.185, 2.186, 2.187, 2.188, 2.189, 2.190, 2.191, 2.192, 2.193, 2.194, 2.195, 2.196, 2.197, 2.198, 2.199, 2.200, 2.201, 2.202, 2.203 e 2.204, de 2001. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Alberto Pinto Coelho, os seguintes requerimentos: Requerimento nº 2.704/2001, de autoria da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social – parecer pela rejeição, aprovado; Requerimento nº 2.738/2001, de autoria da Comissão Especial do BDMG – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 2.787/2001, de autoria da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas – parecer pela rejeição, aprovado; ao Deputado Ivo José, os seguintes requerimentos: Requerimento nº 2.736/2001, de autoria da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 2.739/2001, de autoria da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social – parecer pela aprovação, com a Emenda nº 1, aprovado; Requerimento nº 2.741/2001, de autoria dos Deputados Antônio Carlos Andrada e Ermano Batista – parecer pela aprovação, na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; ao Deputado Olinto Godinho, os seguintes requerimentos: Requerimento nº 2.676/2001, de autoria da Comissão de Direitos Humanos – parecer pela rejeição, aprovado; Requerimento nº 2.708/2001, de autoria da Comissão de Saúde – parecer

pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 2.749, de autoria da Comissão de Direitos Humanos – parecer pela aprovação, aprovado; cabendo ao Deputado Mauri Torres as seguintes matérias: Projeto de Resolução nº 1.803/2001, de autoria da Mesa da Assembléia, que dispõe sobre a criação e implementação do Sistema Integrado de Administração Financeira da Assembléia-SIAFI-Assembléia – parecer para o 1º turno pela aprovação do projeto e pela rejeição da Emenda nº 1 apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça, aprovado; Requerimento nº 2.719/2001, de autoria do Deputado Bilac Pinto – parecer pela rejeição, aprovado; Requerimento nº 2.780/2001, de autoria do Deputado Bilac Pinto – parecer pela rejeição, aprovado; processo contendo o Termo de Contrato CTO-150/2001 a ser celebrado entre esta Assembléia e a empresa Microcirurgia Ocular Henrique Vizibelli S/C Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de assistência médica na especialidade de oftalmologia, aos integrantes do plano de assistência da Casa – parecer favorável, com inexigibilidade de licitação nos termos do art. 25, "capu" da Lei Federal nº 8666/93, considerando manifestações da Coordenação de Saúde e Assistência e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo o Termo de Contrato CTO-145/2001 a ser celebrado entre esta Assembléia e a empresa Integris Ltda., cujo objeto é a prestação de serviços de assistência e suporte à infra-estrutura tecnológica dos computadores centrais – parecer favorável, autorizando a despesa, inclusive ratificando a inexigibilidade de licitação, com base no art. 25, I, da Lei Federal 8666/93, considerando manifestações da Gerência-Geral de Sistemas de Informações e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo o Termo de Aditamento ADT-18/2001 de prorrogação do CTO-245/1999, que tem por objeto a prestação de serviços de suporte e manutenção técnica de sistema computadorizado para controle e apuração de registro de frequência – parecer favorável, autorizando a respectiva despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Sistemas de Informações e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo o Termo de Contrato CTO-152/2001 a ser celebrado entre esta Assembléia e a PHD-Oftalmológica S/C Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de assistência médica na especialidade de oftalmologia, aos integrantes do plano de assistência da Casa – parecer favorável, com inexigibilidade por inviabilidade de competição nos termos do art. 25, "caput", da Lei Federal nº 8666/93, autorizando a respectiva despesa, considerando manifestações da Coordenação de Saúde e Assistência e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo o Termo de Aditamento ADT/59/2001 para inclusão de atendimento aéreo ao CTO-46/2000 celebrado entre esta Assembléia e a UNIMED Belo Horizonte Cooperativa de Trabalho Médico Ltda., cujo objeto é a prestação de serviços médicos, hospitalares, de diagnóstico e terapia aos associados regularmente inscritos pela Assembléia – parecer favorável, considerando manifestações da Coordenação de Saúde e Assistência e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; ao Deputado Álvaro Antônio, os seguintes requerimentos: Requerimento nº 2.673/2001, de autoria do Deputado Adelmo Carneiro Leão – parecer pela aprovação, aprovado; e o Requerimento nº 2.711/2001, de autoria da Comissão Especial do Esporte – parecer pela aprovação, aprovado. Continuando os trabalhos, a Mesa relata os seguintes requerimentos: Requerimento s/nº, de autoria da Comissão Especial do BDMG, mediante o qual solicita ao Presidente do BDMG a indicação de um representante daquele órgão para acompanhar os trabalhos e participar das reuniões da Comissão – determina o encaminhamento de ofício ao Presidente do BDMG, contendo a solicitação pleiteada; Requerimento s/nº, de autoria da Comissão Especial do BDMG, mediante o qual solicita ao Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais a cessão de um técnico daquele órgão para assessorar os trabalhos da Comissão – determina o encaminhamento de ofício ao Presidente do TC, contendo a solicitação pleiteada; Requerimento s/nº, de autoria do Deputado João Leite, mediante o qual solicita sejam tomadas providências no sentido de realização de obras no Auditório desta Casa para que sejam dadas condições de acesso à mesa coordenadora dos trabalhos aos portadores de atendimento especial – encaminhado à Diretoria-Geral; Requerimento s/nº, de autoria do Deputado Márcio Kangussú, mediante o qual solicita seja realizado nesta Casa um ciclo de debates sobre os cenários econômico-financeiro do Brasil, para os anos de 2002 e 2003 – encaminhado à Gerência-Geral de Projetos Institucionais; Requerimento s/nº, de autoria do Deputado Alencar da Silveira Jr., mediante o qual solicita sejam tomadas providências judiciais relativas à publicação de matéria do Jornal "O Liberal", de Ouro Preto, na edição de 29/10 a 04/11 – encaminhado à Procuradoria-Geral; Requerimento s/nº, de autoria do Deputado Miguel Martini, mediante o qual solicita a realização do Primeiro Forum Nacional sobre Preservação e Desenvolvimento Sustentável do Grande Lago, no Município de Tupaciguara – encaminha à Gerência-Geral de Projetos Institucionais, para as devidas providências. Registra, também, o recebimentos dos seguintes ofícios: do Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, mediante o qual requer seja encaminhado ao Congresso Nacional mensagem de apoio às ações de combate aos atos de corrupção e de falta de decoro parlamentar de alguns parlamentares e de preocupação de que se retornem à pauta do dia as grandes questões nacionais – encaminhado ofício ao Deputado Federal Aécio Neves; do Presidente da Câmara Municipal de Matozinhos, mediante o qual encaminha cópia do relatório de auditoria expedido pela Delegacia Regional de Saúde/SL – encaminhado à Comissão de Saúde; e do Deputado Federal Wellington Dias, mediante o qual encaminha cópia de Proposta de Emenda à Constituição nº 251/2000, que trata da possibilidade de garantir à mulher parlamentar o direito à licença maternidade e a convocação do respectivo suplente – deverá ser incluído na pauta da próxima reunião da Mesa. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no "Diário do Legislativo", de conformidade com a estrutura estabelecida nas Deliberações da Mesa nºs: 1.600, 1.629, 1.723, 1.763, de 1999, 1.883, 1.902, 1.949, de 2000, 1.963, 1.970, 1.983, 1.991, 1.992, 2.001, 2.002, 2.018, 2.026, 2.027, 2.036, 2.050, 2.069, 2.072, 2.073, 2.074, 2.079, 2.081, 2.090, 2.094, 2.095, 2.098, 2.099, 2.100, 2.103, 2.104, 2.105, 2.106, 2.107, 2.110, 2.111, 2.112, 2.115, 2.117, 2.119, 2.120, 2.121, 2.123, 2.124, 2.126, 2.127, 2.128, 2.130, 2.135, 2.139, 2.142, 2.143, 2.144, 2.145, 2.146, 2.147, 2.148, 2.149, 2.150, 2.151, 2.152, 2.153, 2.154, 2.155, 2.156, 2.157, 2.158, 2.159, 2.160, 2.161, 2.162, 2.163, 2.164, 2.165, 2.166, 2.167, 2.168, 2.169, 2.170, 2.171, 2.172, 2.173, 2.174, 2.175, 2.176, 2.177, 2.178, 2.179, 2.180, 2.181, 2.182, 2.183, 2.184, 2.185, 2.186, 2.187, 2.188, 2.189, 2.190, 2.191, 2.192, 2.193, 2.194, 2.195, 2.196, 2.197, 2.198, 2.199, 2.200, 2.201, 2.202, 2.203, 2.204, de 2001. Para finalizar, o Presidente assina os seguintes atos: aposentando, a pedido, com proventos integrais, a partir de 31/10/2001, conforme a sua situação funcional em 16/12/98, a servidora Celmira Generoso Porto Campos, ocupante do cargo de Oficial de Execução às Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal desta Secretaria; aposentando, a pedido, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, a partir de 31/10/2001, conforme a sua situação funcional em 16/12/98, a servidora Idalina Célia Junqueira Pitt, ocupante do cargo de Agente de Execução às Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal desta Secretaria; aposentando, a pedido, com proventos integrais, a partir de 31/10/2001, conforme a sua situação funcional em 16/12/98, o servidor João Neves Ferreira, ocupante do cargo de Agente de Execução às Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal desta Secretaria; aposentando, a pedido, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, a partir de 1º/11/2001, conforme a sua situação funcional em 16/12/98, o servidor José Rosa de Paula Filho, ocupante do cargo de Agente de Execução às Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal desta Secretaria; dispensando o servidor Sérgio José Barcelos da Comissão Especial de Licitação instituída pelo Ato da Mesa de 12/10/2001, e designando o servidor Eduardo de Mattos Fiúza para a presidência da referida Comissão; designando Gilberto Oliveira de Souza para substituir Sérgio José Barcelos, na Presidência da Comissão Permanente de Licitação, e Frederico Marcelo Caldas de Oliveira para substituir Denise Palmer Baeta da Costa, na referida Comissão, respectivamente, a partir de 12/12/2001 e de 21/12/2001, enquanto durarem seus afastamentos legais; exonerando, a partir de 3/12/2001, Cláudio de Faria Maciel do cargo de Assistente Administrativo, com exercício no gabinete da Liderança do PSB; exonerando, a partir de 30/11/2001, Renato Alves Pereira do cargo de Assistente Administrativo, com exercício no gabinete da Deputada Maria José Hauelsen, Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor; nomeando Waldeyr Dantas de Tolentino para o cargo de Assistente Administrativo, com exercício no gabinete da Liderança do PSB; exonerando Maria Lúcia de Azevedo do cargo de Chefe de Gabinete, com exercício no gabinete da 2ª Vice-Presidência; nomeando Geraldo Caetano de Matos para o cargo de Chefe de Gabinete, com exercício no gabinete da 2ª Vice-Presidência; nomeando Eli Pinto do cargo de Assistente de Gabinete II, 8 horas; nomeando Nair Maria de Faria Silva para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, 8 horas; exonerando Álvaro Antônio da Silva do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, 8 horas; exonerando Ana Raquel Moreira Maia do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, 4 horas; exonerando Fernando Antônio Nonato da Silva do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, 8 horas; exonerando José Primo Duarte do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, 8 horas; exonerando Júlio Anunciação Lacerda do cargo de Auxiliar de Gabinete II, 8 horas; exonerando Julvan Rezende Araújo Lacerda do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, 8 horas; exonerando Luiz Alexandre Baracho Pires do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, 8 horas; exonerando Marcial Magno Theófilo Ramos do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, 8 horas; exonerando Marisa de Melo e Silva do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, 8 horas; exonerando Ney da Fonseca Lopes do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, 8 horas; exonerando Raimundo de Melo Alves do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, 8 horas; exonerando Sílvia Carla Pereira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, 8 horas; nomeando Ailton Alexssandro Alves para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, 8 horas; nomeando Ilton Pereira Lima para o cargo de Secretário de Gabinete II, 8 horas; nomeando Isabel Valadares Ribeiro para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, 8 horas; nomeando Júlia de Melo Duarte Ribeiro para o cargo de Atendente de Gabinete, 8 horas; nomeando Juvenal Heráclito Barbosa para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, 8 horas; nomeando Paulo César do Nascimento para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, 8 horas; nomeando Rodrigo Coelho Moreira Ferreira para o cargo de Secretário de Gabinete II, 8 horas; nomeando Sandra Antônia Ferreira Blouin para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, 8 horas; nomeando Tardié Melo Lima para o cargo de Secretário de Gabinete II, 8 horas; exonerando Elizeth Nardi do cargo de Assistente Administrativo, com exercício no gabinete da Liderança do Partido Socialista Brasileiro; nomeando Elizeth Nardi para o cargo de Assistente Administrativo, com exercício no gabinete da Deputada Elaine Matozinhos, Vice-Líder do PSB; nomeando Rafael Ernando Correia para o cargo

de Atendente de Gabinete, 8 horas; nomeando Cristina Araújo Silva para o cargo de Assistente Administrativo, com exercício no gabinete da Deputada Maria José Hauelsen, Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 12 de dezembro de 2001.

Antônio Júlio, Presidente - Alberto Pinto Coelho - Ivo José - Olinto Godinho - Mauri Torres - Wanderley Ávila - Álvaro Antônio.

ATA DA 21ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Às dez horas do dia doze de dezembro de dois mil e um, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia os Deputados Antônio Júlio, Presidente; Alberto Pinto Coelho, 1º-Vice-Presidente; Ivo José, 2º-Vice-Presidente; Olinto Godinho, 3º-Vice-Presidente; Mauri Torres, 1º-Secretário; Wanderley Ávila, 2º-Secretário e Álvaro Antônio, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Em seguida, a Mesa aprova as novas estruturas dos Gabinetes dos Deputados Mauri Torres, Álvaro Antônio, Doutor Viana, Dalmo Ribeiro Silva, Luiz Tadeu Leite, Antônio Andrade, Marco Régis, Rêmoló Aloise, Paulo Piau, através das Deliberações nºs: 2.205, 2.206, 2.207, 2.208, 2.209, 2.210, 2.211, 2.212, 2.213, de 2001. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Mauri Torres, as seguintes matérias: processo contendo o Termo de Contrato CT0-160/2001, a ser celebrado entre esta Assembléia e a empresa Padrão IX - Informática e Sistemas Abertos Ltda., tendo como objeto a contratação de serviço de atualização de versões e de suporte a programas já licenciados (BRS Search; Net Answer 1.0 e VB Toolkit) - parecer favorável, inclusive ratificando a inexigibilidade de licitação, com base no art. 25, "caput" e inciso I, da Lei Federal 8.666/93, autorizando a respectiva despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Sistemas e Informações e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo o Termo de Aditamento ADT/84/2001 para alterar objeto contratual e prorrogar sua vigência do Contrato CT0-280/2000 celebrado entre esta Assembléia e a empresa Digitécnica Equipamentos e Serviços Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de manutenção preventiva e assistência técnica em equipamentos eletrônicos, com reposição de componentes defeituosos - parecer favorável, autorizando a respectiva despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Apoio ao Plenário e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo o Termo de Contrato CT0-273/2001 a ser celebrado entre esta Assembléia e a empresa Elo Consultoria de Telecomunicações Ltda., tendo como objeto a contratação de empresa para prestação de serviços de operação de sistemas eletrônicos e de áudio e vídeo, da Diretoria de Comunicação Institucional da Assembléia e para a realização de reportagem, locução, produção, edição, direção e disseminação de produtos de comunicação, na TV Assembléia - parecer favorável, inclusive ratificando a dispensa de licitação, com base no art. 24, IV, da Lei Federal 8.666/93, autorizando a respectiva despesa, considerando manifestações da Diretoria de Comunicação Institucional e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo o Termo de Contrato CT0-153/2001 a ser celebrado entre esta Assembléia e a empresa Generali do Brasil Companhia Nacional de Seguros, oriundo do Convite nº 36/2001, tendo como objeto o seguro total para quatro veículos, incluída assistência 24 horas - parecer favorável, autorizando a respectiva despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Manutenção e Serviços Administrativos e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo o Termo de Aditamento ADT/93/2001, para inclusão de títulos na cláusula primeira, que define o objeto de cessão de direitos, ao CT0-98/2001 celebrado entre esta Assembléia e o Instituto Itau Cultural, tendo como objeto a cessão de direitos de títulos para veiculação em televisão - parecer favorável, considerando manifestações da Gerência-Geral de Rádio e Televisão e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo o Termo de Aditamento ADT-92/2001, para segunda prorrogação, manutenção do preço previsto no item 5.1,a e redução do preço previsto no item 5.1,b, do contrato CT0-231/1999 celebrado entre esta Assembléia e a empresa BMW Sistemas de Vídeo Ltda., cujo objeto é a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos de televisão e do circuito interno de televisão - parecer favorável, autorizando a respectiva despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Rádio e Televisão e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo o Termo de Contrato CT0-274/2001 a ser celebrado entre esta Assembléia e a empresa Next Sistemas Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de consultoria em telecomunicações - parecer favorável, inclusive ratificando a inexigibilidade de licitação, com base no art. 25, II, da Lei Federal 8.666/93, autorizando a despesa, considerando manifestações da Diretoria de Comunicação Institucional e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo solicitação do Deputado Olinto Godinho de tratamento odontológico - parecer favorável, aprovado; processo contendo solicitação do Deputado Alencar da Silveira de tratamento médico - parecer favorável, aprovado; processo contendo solicitação do Deputado Marcelo Gonçalves de tratamento médico - parecer favorável, aprovado; processo contendo solicitação do Deputado Olinto Godinho de tratamento médico - parecer favorável, aprovado; processo contendo solicitação do Senhor Deputado Hely Tarquínio de tratamento médico/hospitalar - parecer favorável, aprovado; processo contendo solicitação do Deputado João Batista de Oliveira de tratamento médico - parecer favorável, aprovado; processo contendo o balançete e os demonstrativos financeiros/contábeis do FUNDHAB, relativo ao mês de novembro/2001 - parecer favorável nos termos da Resolução nº 5.119, de 13 de julho de 1992, aprovado; processo contendo a prestação de contas da execução orçamentária, financeira e contábil, bem como os demonstrativos da arrecadação e movimentação bancária da Secretaria da Assembléia Legislativa, relativos ao mês de novembro de 2001 - parecer favorável nos termos da Resolução nº 5.119, de 13 de julho de 1992, aprovado; processo contendo o Termo de Contrato CT0-139/2001, a ser celebrado entre esta Assembléia e Myriam Costa de Oliveira, tendo como objeto a prestação de serviços de assessoria e consultoria para a implantação de projetos institucionais - parecer favorável, inclusive ratificando a inexigibilidade de licitação, com base no art. 25, II, da Lei Federal 8666/93, autorizando a respectiva despesa, considerando as manifestações da Gerência-Geral de Projetos Institucionais e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no "Diário da Legislativo", de conformidade com a estrutura estabelecida nas Deliberações da Mesa nºs: 2.029, 2.052, 2.062, 2.073, 2.088, 2.097, 2.177, 2.205, 2.206, 2.207, 2.208, 2.209, 2.210, 2.211, 2.212, 2.213, de 2001. Para finalizar, o Presidente assina os seguintes atos: tornando sem efeito o ato publicado no Minas Gerais - Diário do Legislativo, edição de 28/11/2001, que nomeou Hiram dos Reis Corrêa para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, 8 horas; nomeando Hiram dos Reis Corrêa para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete I, 8 horas; nomeando Vilma Lucas de Sousa para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, 8 horas. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 17 de dezembro de 2001.

Antônio Júlio, Presidente - Alberto Pinto Coelho - Ivo José - Olinto Godinho - Mauri Torres - Wanderley Ávila - Álvaro Antônio.

ATA DA 22ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Às dez horas do dia dezessete de dezembro dois mil e um, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia os Deputados Antônio Júlio, Presidente; Alberto Pinto Coelho, 1º-Vice-Presidente; Ivo José, 2º-Vice-Presidente; Olinto Godinho, 3º-Vice-Presidente; Mauri Torres, 1º-Secretário; Wanderley Ávila, 2º-Secretário e Álvaro Antônio, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa, decide autorizar a celebração dos termos de contratos com os diversos municípios, tendo como objeto a cessão de uso dos equipamentos de retransmissão da TV Assembléia. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Mauri Torres as seguintes matérias: Projeto de Resolução nº 1.803/2001, de autoria da Mesa da Assembléia - parecer sobre a Emenda nº 2 apresentada em Plenário pela rejeição, aprovado; Projeto de Resolução nº 1.804/2001, de autoria da Mesa da Assembléia - parecer para o 1º turno pela aprovação, na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; ao Deputado Wanderley Ávila, o Requerimento nº 2.821/2001, de autoria da Comissão de Administração Pública - parecer pela aprovação, aprovado. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 18 de dezembro de 2001.

ATA DA 23ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Às dez horas do dia dois de janeiro de dois mil e dois, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia os Deputados Antônio Júlio, Presidente; Alberto Pinto Coelho, 1º-Vice-Presidente; Ivo José, 2º-Vice-Presidente; Olinto Godinho, 3º-Vice-Presidente; Mauri Torres, 1º-Secretário; Wanderley Ávila, 2º-Secretário e Álvaro Antônio, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa aprova as novas estruturas dos Gabinetes dos Deputados Edson Rezende, Mauro Lobo, João Leite, Marco Régis, Kemil Kumaira, Alencar da Silveira Júnior, Arlen Santiago, Durval Ângelo, Sávio Souza Cruz, Paulo Piau, Djalma Diniz e João Paulo, através das Deliberações nºs: 2.228, 2.229, 2.230, 2.231, 2.232, 2.233, 2.234, 2.235, 2.236, 2.237, 2.238 e 2.239, de 2002. Em seguida, a Mesa decide autorizar a concessão de diárias de viagem nos termos da Deliberação nº 2.113, de 17.10.01 e nos termos do convênio firmado com o Poder Executivo em 04.7.01. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Mauri Torres, as seguintes matérias: processo contendo o Termo de Contrato CTO-283/2001 a ser celebrado entre esta Assembléia e João Paulo Pires Vasconcelos, tendo como objeto a prestação de serviços de consultoria e assessoria – parecer favorável, inclusive ratificando a inexigibilidade de licitação, com base no art. 24, II, da Lei 9.444/87, c/c art. 25, II, da Lei Federal 8.666/93, autorizando a respectiva despesa, considerando a manifestação da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo o Termo de Contrato CTO-282/2001, oriundo do Convite 037/01, a ser celebrado entre esta Assembléia e a empresa Digitécnica Equipamentos e Serviços Ltda., tendo como objeto a aquisição e instalação de um "no break" – parecer favorável, autorizando a respectiva despesa, considerando a manifestação da Gerência-Geral de Sistemas e Informações e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo o Termo de Aditamento ADT-107/2001 para rescisão amigável do contrato celebrado entre esta Assembléia e a Ultramed – Ultrassonografia Médica Sociedade Civil, cujo objeto é a prestação de serviços de assistência médica aos integrantes do plano de assistência da Casa – parecer favorável, considerando as manifestações da Coordenação de Saúde e Assistência e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo o Termo de Aditamento ADT-98/2001 para prorrogação do CTO-15/2001, celebrado entre esta Assembléia e a empresa Companhia do Micro Ltda., cujo objeto é a locação de três impressoras a laser – parecer favorável, autorizando a respectiva despesa, considerando as manifestações da Gerência-Geral de Manutenção e Serviços e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo o Termo de Aditamento ADT-91/2001 para reajuste e alteração de cláusulas do CTO-1/1998 celebrado entre esta Assembléia e a empresa Adservis – Administradora de Serviços Internos Ltda., cujo objeto é a prestação de serviços de limpeza, higienização e conservação do prédio sede, seus anexos e outras dependências – parecer favorável, autorizando a respectiva despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Manutenção e Serviços e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo o Termo de Aditamento ADT-103/2001 para segunda prorrogação do CTO-247/1999 celebrado entre esta Assembléia e a empresa Visual Sistemas Eletrônicos Ltda., cujo objeto é a prestação de serviços de manutenção no sistema eletrônico para votação SEV-2000, instalado no Plenário – parecer favorável, autorizando a respectiva despesa, considerando as manifestações da Gerência-Geral de Apoio ao Plenário e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo o Termo de Aditamento ADT-104/2001 para ampliação de especialidades médicas do contrato celebrado entre esta Assembléia e Rádio Imagem Serviços Médicos S/C Ltda., cujo objeto é a prestação de serviços de assistência médica aos integrantes do plano de assistência da Casa – parecer favorável, considerando as manifestações da Coordenação de Saúde e Assistência e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo o Termo de Aditamento ADT-108/2001 para ampliação do objeto e prorrogação da Ordem de Serviço nº 310/2001, celebrado entre esta Assembléia e a empresa Cetest Minas Engenharia e Serviços S/A, cujo objeto é a prestação de serviços de limpeza no sistema de ar condicionado – parecer favorável, autorizando a respectiva despesa, considerando as manifestações da Gerência-Geral de Manutenção e Serviços e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo o Termo de Aditamento ADT-102/2001 para ampliação parcial da frota, do CTO-057/2001 celebrado entre esta Assembléia e a Casa das Peças e Serviços Automotivos Ltda., cujo objeto é a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos veículos a diesel e a gasolina – parecer favorável, autorizando a respectiva despesa, considerando as manifestações da Gerência-Geral de Manutenção e Serviços e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo o Termo de Contrato CTO-281/2001, oriundo do Convite nº 30/2001, a ser celebrado entre esta Assembléia e a empresa Vésper Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de ativação de cem linhas telefônicas pelo Sistema WLL com codificação na tecnologia CDMA ou similar, incluindo a disponibilização de cem aparelhos telefônicos (com as respectivas baterias) totalmente digitais e que dispensam a necessidade de cabos – parecer favorável, autorizando a respectiva despesa, considerando as manifestações da Gerência-Geral de Manutenção e Serviços e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo o Termo de Contrato CTO-284/2001, a ser celebrado entre esta Assembléia e a empresa Linear Equipamentos Eletrônicos S/A, tendo como objeto a prestação de serviços especializados de manutenção e assistência técnica para 59 (cinquenta e nove) retransmissores das estações repetidoras do sinal da TV Assembléia, e de manutenção corretiva inicial nos equipamentos que menciona – parecer favorável, inclusive ratificando a inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 25, "caput" e inciso I, da Lei 8666/93, autorizando a respectiva despesa, considerando as manifestações da Diretoria de Comunicação Institucional e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo o Termo de Aditamento ADT-101/2001 para prorrogação do CTO-216/1999 celebrado entre esta Assembléia e a empresa Sudoeste Serviços Gerais Ltda., cujo objeto é a prestação de serviços de adaptação de instalações, consertos, reparação e manutenção predial das dependências do Palácio da Inconfidência e seus anexos – parecer favorável, autorizando a respectiva despesa, considerando as manifestações da Gerência-Geral de Manutenção e Serviços e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo os Termos de Aditamentos ADT-105/2001, para primeira prorrogação do CTO-14/2001, cujo é a prestação de serviços de monitoramento de turbinas da aeronave tipo Xingu, e ADT-106/2001, para primeira prorrogação e alteração do indexador de reajuste de preço do CTO-23/2001, cujo objeto é a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva na aeronave Xingu, ambos celebrados entre esta Assembléia e a empresa ABC – Táxi Aéreo S/A – pareceres favoráveis, autorizando as respectivas despesas, considerando as manifestações da Diretoria-Geral e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovados; processo contendo solicitação do Deputado Francisco Rafael Gonçalves de tratamento de fisioterapia – parecer favorável, aprovado; processo contendo solicitação do Deputado Sebastião Navarro Vieira de tratamento odontológico – parecer favorável, aprovado; processo contendo o Termo de Aditamento ADT-97/2001 para prorrogação do contrato celebrado entre esta Assembléia e a empresa Alerta Informações Ltda., cujo objeto é a prestação de serviços de acompanhamento e remessa à Procuradoria-Geral da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais de todas as publicações no Diário de Judiciário do "Minas Gerais", no Diário da Justiça e no Diário Oficial da União em nome da Assembléia – parecer favorável, autorizando a respectiva despesa, considerando a manifestação da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo o Termo de Aditamento ADT-112/2001 para prorrogação do contrato celebrado entre esta Assembléia e a empresa Aeromotos Veículos Ltda., cujo objeto é o transporte urbano de pequenas cargas e encomendas, por meio de três motocicletas equipadas com baú – parecer favorável, autorizando a respectiva despesa, considerando as manifestações da Gerência-Geral de Manutenção e Serviços e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo o Termo de Convênio a ser celebrado entre esta Assembléia e o Estado de Minas Gerais, por intermédio do Corpo de Bombeiros Militar, tendo como objeto o estabelecimento de cooperação mútua entre os convenientes, a fim de aperfeiçoar a relação entre as instituições na área de segurança pública, com alocação de pessoal militar – parecer favorável, autorizando a respectiva despesa, aprovado; processo contendo o Termo de Convênio a ser celebrado entre esta Assembléia e o Estado de Minas Gerais, por intermédio da Polícia Militar, tendo como objeto o estabelecimento de condições de cooperação institucional entre os participantes, visando a maximizar as ações da polícia preventiva necessárias ao exercício do mandato eletivo, bem como instituir canal de relacionamento que propicie maior integração entre o Poder Legislativo e a PMMG – parecer favorável, autorizando a respectiva despesa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no "Diário do Legislativo", de conformidade com a estrutura estabelecida nas Deliberações da Mesa nºs: 1.699, de 1999, 2.138, 2.142, 2.143, 2.145, 2.146, 2.153, 2.158, 2.162, 2.164, 2.171, 2.175, 2.176, 2.180, 2.181, 2.182, 2.183, 2.185, 2.186, 2.191, 2.193, 2.198, 2.204, 2.211, de 2.001, 2.216, 2.219, 2.225, 2.226, 2.227, de 2.001, 2.228, 2.230, 2.231, 2.232, 2.233, 2.234, 2.235, 2.236, 2.237, 2.238, 2.239, de 2002. Para finalizar, o Presidente assina os seguintes atos: exonerando Cristiana Maria Arreguy Corrêa Pertence do cargo de Assistente Administrativo, com exercício no gabinete da Liderança do Partido dos Trabalhadores; nomeando Regina Coeli de Oliveira Fazzi para o cargo de Assistente Administrativo, com exercício no gabinete da Liderança do Partido dos Trabalhadores; nomeando Arluza Pereira de Sousa para o cargo de Assistente Administrativo, com exercício no gabinete da Liderança do Partido Progressista Brasileiro; nomeando Elizeth Nardi para o cargo de Assistente Administrativo, com exercício no gabinete da Deputada Elaine Matozinhos; exonerando, a partir de 21/1/2002, Rômulo Diniz Almeida Miziara do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas; nomeando Rômulo Diniz Almeida Miziara para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas; aposentando, a pedido, com proventos integrais, Nelson Antônio Prata, ocupante do cargo em comissão e de recrutamento amplo de Técnico Executivo de Gabinete, do Quadro de Pessoal desta Secretaria; exonerando Carlos Henrique de Melo Mafra do cargo de Assistente Administrativo, com exercício no Gabinete da Liderança da Minoria; exonerando Penélope Dias Simões Tarquínio do cargo de Chefe de Gabinete, com exercício no Gabinete do Corregedor; nomeando Núbia Iris Vaz para o cargo de Chefe de Gabinete, com exercício no Gabinete

do Corregedor; nomeando José Eduardo Lewer de Amorim para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 5 de fevereiro de 2002.

Antônio Júlio, Presidente - Alberto Pinto Coelho - Ivo José - Olinto Godinho - Mauri Torres - Wanderley Ávila - Álvaro Antônio.

ATA DA 24ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Às dez horas do dia vinte de fevereiro de dois mil e dois, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia os Deputados Antônio Júlio, Presidente; Alberto Pinto Coelho, 1º-Vice-Presidente; Ivo José, 2º-Vice-Presidente; Olinto Godinho, 3º-Vice-Presidente; Mauri Torres, 1º-Secretário; Wanderley Ávila, 2º-Secretário e Álvaro Antônio, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa, através da Deliberação nº 2.244, regulamenta o disposto nos arts. 2º e 4º da Resolução nº 5.202/2001, que dispõe sobre o Sistema Integrado de Administração Financeira da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais - SIAFI. Isto posto, a Mesa, toma as seguintes decisões: 1ª) considerando as conclusões dos Pareceres nºs 4.151/2001 e 4.207/2001 da Procuradoria-Geral da Casa, que aprova, decide declarar a empresa Visual Sistema Eletrônico Ltda., responsável pela inadimplência contratual por deixar de cumprir o prazo de execução do objeto referente ao CTO-163/2000 e aplicar a multa de 10% (dez por cento) do valor global do contrato, a ser descontada quando do pagamento de fatura apresentada pela contratada nos termos da subcláusula 9.1 do CTO-163/2000; 2ª) com relação a recurso interposto pela candidata ao cargo de Comunicador Social - Jornalista Ana Patrícia Moura Villa, inscrição nº 1.699, ratifica a decisão proferida pela Comissão de Coordenação e Supervisão do Concurso Público para os cargos de Técnico de Apoio e de Procurador, em reunião realizada no dia 27 de dezembro de 2001. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo: ao Deputado Mauri Torres, 1º-Secretário, as seguintes matérias: processo contendo o Termo de Aditamento ADT/12/2002 para prorrogação do prazo de duração do contrato, reajustamento do preço e alteração do indexador do CTO-242/99, celebrado entre esta Assembléia e a empresa Telecon Ltda., cujo objeto é a prestação de serviços de assistência técnica e manutenção corretiva em centrais privadas de comutação telefônica (CPCT) do tipo "Key System (KS)" e serviços de instalação, desativação ou mudança de pontos da rede de telefonia e da rede corporativa - parecer favorável, a contar de 15/02/2002, autorizando a respectiva despesa, considerando as manifestações da Gerência-Geral de Informações, da Gerência-Geral de Manutenção e Serviços e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo o Termo de Aditamento ADT/110/2001 para segunda prorrogação do CTO-7/2000 celebrado entre esta Assembléia e a empresa Cooperativa de Comunicação e Apoio Social dos Condutores Autônomos da Grande BH, cujo objeto é a prestação de serviços de transporte de táxi - parecer favorável, autorizando a respectiva despesa, considerando as manifestações da Área de Comunicação Social e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento nº 007/2002, para acréscimo de 25% ao contrato celebrado entre esta Assembléia e a Itautec Philco S/A - Grupo Itautec Philco, tendo como objeto o fornecimento de equipamentos de informática - parecer favorável, considerando manifestação da GSI e da PGA - aprovado; processo contendo os resultados finais do Concurso Público para os cargos de Procurador e Técnico de Apoio às Atividades da Secretaria, realizado nos termos dos Editais nºs 1 a 8/2000 - parecer favorável à homologação dos resultados finais, tendo em vista a regularidade e legalidade do processo, conforme parecer do Conselho de Administração de Pessoal, aprovado em sua reunião de 20/12/2001, ratificado pelo Conselho de Diretores, em sua reunião de 6/2/2002 - aprovado; processo contendo a prestação de contas da execução orçamentária, financeira e contábil, os demonstrativos da arrecadação e movimentação bancária desta Secretaria, relativos ao mês de janeiro de 2002 - parecer favorável, nos termos da Resolução nº 5.119, de 13.7.92, aprovado; processo contendo a prestação de contas da execução orçamentária, financeira e contábil, os demonstrativos da arrecadação e movimentação bancária do FUNDHAB, relativos ao mês de janeiro de 2002 - parecer favorável, nos termos da Resolução nº 5.119, de 13.7.92, aprovado; ao Deputado Wanderley Ávila, requerimento nº 2.794/2001, de autoria da Comissão de Direitos Humanos - parecer pela rejeição - aprovado; requerimento nº 2.795/2001, de autoria da Comissão de Direitos Humanos - parecer pela rejeição - aprovado; requerimento nº 2.914/2002, de autoria da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia - parecer pela aprovação - aprovado; requerimento nº 2.981/2001, de autoria do Deputado Adelmo Carneiro Leão - parecer pela rejeição - aprovado; ao Deputado Ivo José, o requerimento nº 2.806/2001, de autoria do Deputado Marcelo Gonçalves - parecer pela aprovação - aprovado; requerimento nº 2.856/2001, de autoria da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária - parecer pela aprovação, com a Emenda nº 1 - aprovado; requerimento nº 2.894/2001, de autoria do Deputado Eduardo Hermeto - parecer pela aprovação, na forma do Substitutivo nº 1 - aprovado; ao Deputado Álvaro Antônio, requerimento nº 2.832/2001, de autoria do Deputado Arlen Santiago - parecer pela aprovação - aprovado; requerimento nº 2.901/2001, de autoria do Deputado Adelmo Carneiro Leão - parecer pela aprovação, na forma do Substitutivo nº 1 - aprovado; requerimento nº 2.915/2001, de autoria da Comissão de Administração Pública - parecer pela rejeição - aprovado; requerimento nº 2.928/2001, de autoria da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas - parecer pela aprovação - aprovado; requerimento nº 2.955/2001, de autoria da Comissão de Direitos Humanos - parecer pela aprovação, com a Emenda nº 1 - aprovado; requerimento nº 2.957/2001, de autoria da Comissão de Direitos Humanos - parecer pela aprovação - aprovado; requerimento nº 2.980/2001, de autoria da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária - parecer pela aprovação - aprovado; ao Deputado Olinto Godinho, requerimento nº 2.877/2001, de autoria do Deputado Rogério Correia - parecer pela aprovação - aprovado; requerimento nº 2.895/2001, de autoria do Deputado Miguel Martini - parecer pela aprovação, na forma do Substitutivo nº 1 - aprovado; requerimento nº 2.903/2001, de autoria da Deputada Elbe Brandão - parecer pela rejeição - aprovado; requerimento nº 2.956/2001, de autoria da Comissão de Direitos Humanos - parecer pela rejeição - aprovado; requerimento nº 2.994/2001, de autoria da Comissão de Administração Pública - parecer pela rejeição - aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no "Diário do Legislativo", de conformidade com a estrutura estabelecida nas Deliberações da Mesa nºs: 2.162, 2.171, 2.176, 2.209, 2.215, 2.217, de 2001, e 2.229, 2.233, 2.241, de 2002. Para finalizar, o Presidente assina os seguintes atos: exonerando Renata Alves Rodrigues do cargo de Assistente Administrativo, com exercício no Gabinete do Deputado Dimas Rodrigues, Presidente da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização; nomeando Aldimar Rodrigues Filho para o cargo de Assistente Administrativo, com exercício no Gabinete do Presidente da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 28 de fevereiro de 2002.

Antônio Júlio, Presidente - Alberto Pinto Coelho - Ivo José - Olinto Godinho - Mauri Torres - Wanderley Ávila - Álvaro Antônio.

ATA DA 25ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Às dez horas do dia vinte e oito de fevereiro de dois mil e dois, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia os Deputados Antônio Júlio, Presidente; Alberto Pinto Coelho, 1º-Vice-Presidente; Ivo José, 2º-Vice-Presidente; Olinto Godinho, 3º-Vice-Presidente; Mauri Torres, 1º-Secretário; Wanderley Ávila, 2º-Secretário e Álvaro Antônio, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa aprova as novas estruturas dos Gabinetes dos Deputados Adelmo Carneiro Leão, Rogério Correia, Miguel Martini, Cristiano Canêdo, Dalmo Ribeiro Silva, João Batista de Oliveira, Glycon Terra Pinto, Rêmoló Aloise, Mauri Torres, Maria José Hauelsen, Antônio Carlos Andrada, Sargento Rodrigues, através das Deliberações nºs: 2.245, 2.246, 2.247, 2.248, 2.249, 2.250, 2.251, 2.252, 2.253, 2.254, 2.255, 2.256, de 2002. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no "Diário do Legislativo", de conformidade com a estrutura estabelecida nas Deliberações da Mesa nºs: 2.125, 2.143, 2.144, 2.147, 2.162, 2.177, 2.178, 2.181, 2.184, 2.185, 2.186, 2.187, 2.191, 2.196, 2.198, 2.201, 2.205, 2.208, 2.209, 2.212, 2.214, 2.219, 2.220, 2.225, de 2001, 2.229, 2.232, 2.238, 2.245, 2.246, 2.247, 2.248, 2.249, 2.250, 2.251, 2.252, 2.253, 2.254, 2.255 e 2.256, de 2002. Para finalizar, o Presidente assina os seguintes atos: exonerando Juliana Pires Antunes do cargo de Chefe de Gabinete, com exercício no gabinete da Liderança do Partido Trabalhista Brasileiro; nomeando Maria José Lages de Oliveira para o cargo de Chefe de Gabinete, com exercício no gabinete da Liderança do Partido Trabalhista Brasileiro; exonerando Regina Coeli de Oliveira Fazzi do cargo de Assistente Administrativo, com exercício no gabinete da Liderança

do Partido dos Trabalhadores; dispensando Alexandre Costa Pereira da Função Gratificada de Nível Superior, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Coordenação de Saúde e Assistência; designando Francisco José Bernardes Cardoso para a Função Gratificada de Nível Superior, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Coordenação de Saúde e Assistência; exonerando, a partir de 4/3/2002, Adriana Guimarães Penêdo do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, 8 horas; nomeando Adriana Guimarães Penêdo para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, 8 horas; nomeando Regina Célia dos Santos Guimarães para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, 8 horas; dispensando Maria Elisabete Gontijo dos Santos da Função Gratificada de Nível Superior-FGS, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Consultoria Temática; designando José Alcione Bernardes Júnior para a Função Gratificada de Nível Superior-FGS, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Consultoria Temática; exonerando Raniere Lage Reis do cargo de Assistente Administrativo, com exercício no gabinete da Liderança do Partido da Social Democracia Brasileira; nomeando Silvana Moraes Ribeiro para o cargo de Assistente Administrativo, com exercício no gabinete da Liderança do Partido da Social Democracia Brasileira; nomeando Anderson José de Abreu Braga para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, 8 horas; nomeando Aparecida da Consolação Pereira de Oliveira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, 8 horas; nomeando Carlos Antônio Xavier para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, 8 horas; nomeando Liana Braga de Magalhães Silveira para o cargo de Atendente de Gabinete, 4 horas; nomeando Luciana Rios da Silveira Rabello para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, 4 horas; nomeando Maria Irinéia Stangherlin para o cargo de Atendente de Gabinete, 4 horas; nomeando Regina de Fátima Melandes Stangherlin para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, 4 horas; nomeando Ricardo Márcio Camargos para o cargo de Secretário de Gabinete, 8 horas; nomeando Rityer Costa Madeira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, 8 horas; nomeando Virgínia Rosa da Silva Teixeira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, 4 horas; exonerando Lucileide Amorim Soares do cargo de Assistente Administrativo, com exercício no gabinete da Vice-Liderança do PT; nomeando Carlos Magno Ribeiro Costa para o cargo de Assistente Administrativo, com exercício no gabinete do Deputado Edson Rezende, Vice-Líder do PT; nomeando Paulo César Funghi Alberto para o cargo de Assistente Administrativo, com exercício no gabinete da Liderança do PT; exonerando Maria Teresa Vilas Boas de Paula do cargo de Chefe de Gabinete, com exercício no Gabinete da Liderança do PT; nomeando Célio da Assunção Frois para o cargo de Chefe de Gabinete, com exercício no gabinete da Liderança do PT; aposentando, a pedido, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, a partir de 30/1/2002, conforme a sua situação funcional em 16/12/98, o servidor José de Souza, ocupante do cargo de Agente de Execução às Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal desta Secretaria; aposentando, a pedido, com proventos proporcionais, a partir de 14/8/2001, Márcia Regina Martins da Silva, ocupante do cargo em comissão de recrutamento amplo de Auxiliar de Gabinete, do Grupo Específico de Apoio às Atividades de Representação Político-Parlamentar do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com proventos taxados no cargo em comissão que exerce, e conforme a sua situação funcional em 16/12/98; aposentando, a pedido, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, a partir de 6/2/2002, conforme a sua situação funcional em 16/12/98, o servidor Célio José de Melo, ocupante do cargo de Agente de Execução às Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal desta Secretaria; aposentando, a pedido, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, a partir de 6/2/2002, conforme a sua situação funcional em 16/12/98, o servidor José Colares, ocupante do cargo de Agente de Execução às Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal desta Secretaria; aposentando, a pedido, com proventos integrais, a partir de 6/2/2002, conforme a sua situação funcional em 16/12/98, o servidor Raymundo Nonato, ocupante do cargo de Agente de Execução às Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal desta Secretaria; aposentando, a pedido, com proventos integrais, a partir de 9/2/2002, conforme a sua situação funcional em 16/12/98, o servidor José Rodrigues de Oliveira, ocupante do cargo de Agente de Execução às Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal desta Secretaria. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 12 de março de 2002.

Antônio Júlio, Presidente - Alberto Pinto Coelho - Ivo José - Olinto Godinho - Mauri Torres - Wanderley Ávila - Álvaro Antônio.

ATA DA 26ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Às dez horas do dia vinte e sete de março de dois mil e dois, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia os Deputados Antônio Júlio, Presidente; Alberto Pinto Coelho, 1º-Vice-Presidente; Ivo José, 2º-Vice-Presidente; Olinto Godinho, 3º-Vice-Presidente; Mauri Torres, 1º-Secretário; Wanderley Ávila, 2º-Secretário e Álvaro Antônio, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa decide determinar à Procuradoria-Geral da Casa que tome as providências necessárias à regularização do contrato de locação do Edifício Tiradentes, autorizando seja acrescentada cláusula relativa a obra de manutenção e reforma. Em seguida, a Mesa aprova as novas estruturas dos Gabinetes dos Deputados Amílcar Martins, Antônio Genaro, Pastor George, Dimas Rodrigues, Agostinho Silveira, Eduardo Hermeto, Sebastião Costa, Gil Pereira, Miguel Martini, Fábio Avelar, Antônio Carlos Andrada, Alencar da Silveira Júnior, Chico Rafael, através das Deliberações nºs: 2.261, 2.262, 2.263, 2.264, 2.265, 2.266, 2.267, 2.268, 2.269, 2.270, 2.271, 2.272, 2.273, de 2002. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Mauri Torres, as seguintes matérias: processo contendo o Termo de Aditamento ADT/20/2002 para exclusão de um motorista da relação de segurados do CTO-102/2000 celebrado entre esta Assembléia e a empresa Sul América Aetna Seguros e Previdência S/A, cujo objeto é o seguro de acidentes pessoais e coletivo para motoristas - processo favorável, considerando as manifestações da Gerência-Geral de Manutenção e Serviços e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo o Termo de Contrato CTO/14/2002 a ser celebrado entre esta Assembléia e a Cooperativa de Especialidades Oncológicas-ONCOOP, tendo como objeto a prestação de serviços de assistência médica aos integrantes do plano de assistência da Casa - parecer favorável, inclusive ratificando a inexigibilidade de licitação, por inviabilidade de competição, com base no art. 25, "caput", da Lei Federal nº 8.666/93, autorizando a respectiva despesa, considerando as manifestações da Coordenação de Saúde e Assistência e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo o Termo de Aditamento ADT/22/2002 para a quarta e última prorrogação do CTO/6/1998 celebrado entre esta Assembléia e a Associação Profissionalizante do Menor de Belo Horizonte - ASSPROM, tendo como objeto a prestação de serviços de Comins - parecer favorável, autorizando a respectiva despesa, considerando as manifestações da Gerência-Geral de Manutenção e Serviços e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo o Termo de Aditamento ADT/17/2002 para terceira prorrogação do CTO/01/1999 celebrado entre esta Assembléia e a empresa Hidrobrás - Águas Minerais do Brasil Ltda., cujo objeto é o fornecimento de água mineral, sem gás, envasada em garrações de "makrolon" ou similar com capacidade de vinte litros, bem como o fornecimento das grades plásticas e de cem bebedouros elétricos - parecer favorável, autorizando a respectiva despesa, considerando as manifestações da Gerência de Serviços Gerais e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo o Termo de Convênio CNV/2/2002 a ser celebrado entre esta Assembléia e a Câmara Municipal de Governador Valadares, tendo como objeto o apoio da Escola do Legislativo à implementação da Câmara-Escola em Governador Valadares - parecer favorável, com inexigibilidade de licitação nos termos do art. 24, XIII, da Lei nº 8.666/93, considerando as manifestações da Escola do Legislativo e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo o Termo de Contrato CTO-13/2002 a ser celebrado entre esta Assembléia e Livraria Mandamentos e Editora Ltda., oriundo do Convite nº 056/2001, tendo como objeto o fornecimento de livros para a "Biblioteca Deputado Camilo Prates" deste Poder - parecer favorável, autorizando a despesa, considerando as manifestações da Gerência-Geral de Documentação e Informação e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo o Termo de Aditamento ADT/19/2002 para reajuste dos componentes do preço do CTO-216/1999 celebrado entre esta Assembléia e a empresa Sudoeste Serviços Gerais Ltda., cujo objeto é a prestação de serviços de adaptação de instalações, consertos, reparação e manutenção predial das dependências do Palácio da Inconfidência e seus anexos - parecer favorável, autorizando a respectiva despesa, considerando as manifestações da Gerência de Manutenção e Serviços e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo o Termo de Contrato de Doação CTO-149/2001 a ser celebrado entre esta Assembléia e a Prefeitura Municipal de Araújos, tendo como objeto a doação de bens móveis inservíveis, avaliados em R\$ 860,00 (oitocentos e sessenta reais) - parecer favorável, considerando as manifestações da Gerência-Geral de Material e Patrimônio e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo o Termo de Aditamento ADT/10/2002 para prorrogação e acréscimo de cláusulas relativas a obras de manutenção e reforma ao CTO-0094/92 celebrado entre esta Assembléia e o Instituto de Previdência do Legislativo do Estado de Minas Gerais-IPLEMG, cujo objeto é a locação do Edifício Tiradentes - parecer favorável, autorizando a respectiva despesa, considerando as manifestações da Diretoria-Geral e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo oriundo do Convite nº 064/2001, contendo o Termo de Contrato CTO-17/2002 a ser celebrado entre esta Assembléia e a empresa Almeida e Galvão Associados Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de confecção de clipping para elaboração do boletim "Assembléia na Imprensa" e de página na Internet com noticiário (clipping digital) - parecer favorável, autorizando a respectiva despesa, considerando as manifestações da Gerência-Geral de Imprensa e Divulgação e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo o Termo de Aditamento ADT/21/2002 para prorrogação do CTO-0216/1999 celebrado entre esta Assembléia e a empresa

Sudoeste Serviços Gerais Ltda., cujo objeto é a prestação de serviços de adaptação de instalações, consertos, reparação e manutenção predial das dependências do Palácio da Inconfidência e seus anexos - parecer favorável, autorizando a respectiva despesa, considerando as manifestações da Gerência de Manutenção e Serviços e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo o Termo de Aditamento ADT/23/2002 para segunda prorrogação e reajustamento de preço ao CT0-49/2000 celebrado entre esta Assembléia e a empresa Stand up Consultoria e Assessoria em Comunicação Ltda., cujo objeto é a prestação de serviços de consultoria e reportagem para a TV Assembléia - parecer favorável, autorizando a respectiva despesa, considerando as manifestações da Gerência-Geral de Rádio e Televisão e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo o Termo de Aditamento ADT/24/2002 para segunda prorrogação e reajustamento de preço do CT0-19/2000 celebrado entre esta Assembléia e Lúcia Scoralick Pinto, cujo objeto é a prestação de serviços de assessoria e planejamento de coberturas e edição de programas jornalísticos da TV Assembléia - parecer favorável, autorizando a respectiva despesa, considerando as manifestações da Gerência-Geral de Rádio e Televisão e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo o Termo de Aditamento ADT/27/2002 para prorrogação do CT0-73/2001 celebrado entre esta Assembléia e a PRODEMGE-Companhia de Processamento de Dados do Estado de Minas Gerais, cujo objeto é a prestação de serviços de informática - parecer favorável, autorizando a respectiva despesa, considerando as manifestações da Gerência-Geral de Sistemas de Informática e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo o Termo de Contrato CT0-157/2001 a ser celebrado entre esta Assembléia e a Patologia Clínica Dr. Geraldo Lustosa Cabral Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de assistência médica na especialidade de Análise e Patologia Clínica aos integrantes do plano de assistência da Casa - parecer favorável, inclusive ratificando a inexigibilidade de licitação, por inviabilidade de competição, com base no art. 25, "caput", da Lei Federal nº 8.666/93, autorizando a respectiva despesa, considerando as manifestações da Coordenação de Saúde e Assistência e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no "Diário do Legislativo", de conformidade com a estrutura estabelecida nas Deliberações da Mesa nºs: 2.029, 2.155, 2.162, 2.166, 2.174, 2.181, 2.195, 2.198, 2.199, 2.202, 2.206, 2.214, 2.217, 2.220, 2.225, 2.227, de 2001, 2.231, 2.233, 2.239, 2.247, 2.253, 2.255, 2.256, 2.261, 2.262, 2.263, 2.264, 2.265, 2.266, 2.267, 2.268, 2.269, 2.270, 2.271, 2.272, 2.273, de 2002. Para finalizar, o Presidente assina os seguintes atos: designando o servidor Eduardo de Mattos Fiúza para a Presidência da Comissão Permanente de Licitação, ficando dispensado o atual presidente, servidor Sérgio José Barcelos; aposentando, a pedido, a partir de 18/2/2002, com proventos integrais, a servidora Maria das Graças Corrêa Maciel, ocupante do cargo de Técnico de Apoio às Atividades da Secretaria-Consultor, do Quadro de Pessoal desta Secretaria; aposentando, a pedido, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, a partir de 19/2/2002, conforme a sua situação funcional em 16/12/98, o servidor Alcir Rodrigues Rezende, ocupante do cargo de Agente de Execução às Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal desta Secretaria; aposentando, a pedido, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, a partir de 20/2/2002, conforme a sua situação funcional em 16/12/98, o servidor Júlio Rodrigues Chaves, ocupante do cargo de Oficial de Execução às Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal desta Secretaria; aposentando, a pedido, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, a partir de 6/2/2002, conforme a sua situação funcional em 16/12/98, o servidor Oswaldo Carvalho do Amaral, ocupante do cargo de Agente de Execução às Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal desta Secretaria; aposentando, a pedido, com proventos integrais, a partir de 20/2/2002, conforme a sua situação funcional em 16/12/98, a servidora Edvirgem de Souza Peixoto, ocupante do cargo de Agente de Execução às Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal desta Secretaria; aposentando, a pedido, com proventos integrais, a partir de 27/2/2002, conforme a sua situação funcional em 16/12/98, o servidor Manoel José de Andrade, ocupante do cargo de Agente de Execução às Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal desta Secretaria; aposentando, a pedido, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, a partir de 5/3/2002, conforme a sua situação funcional em 16/12/98, o servidor Alfredo Martins de Oliveira, ocupante do cargo de Agente de Execução às Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal desta Secretaria; aposentando, a pedido, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, a partir de 1/3/2002, conforme a sua situação funcional em 16/12/98, o servidor Pedro Batista de Oliveira Maia, ocupante do cargo de Agente de Execução às Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal desta Secretaria; aposentando, a pedido, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, a partir de 21/3/2002, conforme a sua situação funcional em 16/12/98, o servidor Elso Neves Hott, ocupante do cargo de Agente de Execução às Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal desta Secretaria; aposentando, a pedido, com proventos integrais, a partir de 21/3/2002, conforme a sua situação funcional em 16/12/98, o servidor Wilton de Almeida, ocupante do cargo de Agente de Execução às Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal desta Secretaria; exonerando, a partir de 1/4/2002, Rafael Augusto Domingues Costa do cargo de Assistente Administrativo, com exercício no gabinete do Deputado Amílcar Martins, Vice-Líder do PSDB; nomeando José Alves Lamounier para o cargo de Assistente Administrativo, com exercício no gabinete do Deputado Amílcar Martins, Vice-Líder do PSDB; exonerando, a partir de 1/4/2002, Patrícia de Melo Miziara do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, 8 horas; nomeando Márcia Eny dos Santos para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, 8 horas; nomeando Maria José Lages de Oliveira para o cargo de Chefe de Gabinete, com exercício no gabinete da Liderança do Partido Trabalhista Brasileiro; provendo Suely Nogueira da Silva no cargo em comissão e de recrutamento amplo de Agente de Serviços de Gabinete, 8 horas; exonerando, a partir de 06/4/2002, Carlos J.M. da Silva do cargo de Técnico Executivo Gabinete, 8 horas; nomeando Edson Alves Pereira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, 8 horas; exonerando Virgínia Rosa da Silva Teixeira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, 4 horas; nomeando André Gustavo Félix do Nascimento para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, 4 horas; dispensando Cristiane Costa Pereira da Função Gratificada de Nível Superior, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Imprensa e Divulgação; dispensando Aloísio de Araújo Monteiro da Função Gratificada de Nível Superior-FGS, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Apoio às Comissões; exonerando Maurício Machado de Castro do cargo em comissão de recrutamento limitado de Assessor, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Apoio ao Plenário. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 9 de abril de 2002.

Antônio Júlio, Presidente - Alberto Pinto Coelho - Ivo José - Olinto Godinho - Mauri Torres - Wanderley Ávila - Álvaro Antônio.

ATA DA 27ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Às dez horas do dia vinte e quatro de abril de dois mil e dois, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia os Deputados Antônio Júlio, Presidente; Ivo José, 2º-Vice-Presidente; Olinto Godinho, 3º-Vice-Presidente; Mauri Torres, 1º-Secretário; Wanderley Ávila, 2º-Secretário e Álvaro Antônio, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa homologa os resultados relativos aos processos de promoção, referente ao triênio 1999/2000/2001, e de progressão, referente ao biênio 2000/2001, dos servidores efetivos e do grupo de execução da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, nos termos da legislação vigente e com base no parecer emitido pela Gerência-Geral de Administração de Pessoal. Continuando a reunião, a Mesa indefere os diversos recursos apresentados pelos seguintes servidores: Renato Dantés Macedo, mantendo, portanto, a decisão do Conselho de Administração de Pessoal, tomada em sua reunião de 20/12/2001 e ratificada pelo Conselho de Diretores em 25/02/2002; Nora Lúcia de Moraes, considerando que as pretensões já foram objeto de pareceres da Procuradoria-Geral da Casa; Mari Stella Coelho, mantendo, portanto, a decisão do Conselho de Administração de Pessoal, tomada em sua reunião de 25/10/2001 e ratificada pelo Conselho de Diretores em 29/01/2002; e Lincoln Alves Miranda, mantendo, portanto, a decisão do Conselho de Administração de Pessoal, tomada em sua reunião de 25/10/2001 e ratificada pelo Conselho de Diretores em 26/11/2001. Em seguida, a Mesa aprova as novas estruturas dos Gabinetes dos Deputados Arlen Santiago, Alberto Bejani, Cristiano Canêdo, Sávio Souza Cruz, Maria José Haueisen, Sargento Rodrigues, Agostinho Silveira, Elaine Matozinhos, Fábio Avelar, através das Deliberações nºs: 2.281, 2.282, 2.283, 2.284, 2.285, 2.286, 2.287, 2.290, 2.291, de 2002. Isto posto, a Mesa toma as seguintes deliberações: Deliberação nº 2.288, de 2002, que dispõe sobre a assistência odontológica complementar prestada pela Assembléia Legislativa, e a Deliberação nº 2.289, de 2002, que abre crédito suplementar à dotação orçamentária da Assembléia Legislativa. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Ivo José, os seguintes requerimentos: Requerimento nº 2.952/2001, de autoria da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais - parecer pela aprovação, com a Emenda nº 1, aprovado; Requerimento nº 2.954/2001, de autoria da Comissão de Direitos Humanos - parecer pela aprovação, com a Emenda nº 1, aprovado; Requerimento nº 3.151/2002, de autoria do Deputado Alberto Pinto Coelho - parecer pela rejeição, aprovado; Requerimento nº 3.229/2002, de autoria do Deputado Marco Régis - parecer pela rejeição, aprovado; Requerimento nº 3.240/2002, de autoria da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais - parecer pela aprovação, aprovado; ao Deputado Olinto Godinho, os seguintes requerimentos:

Requerimento nº 2.916/2001, de autoria da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária – parecer pela rejeição, aprovado; Requerimento nº 3.074/2002, de autoria da Deputada Elbe Brandão – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 3.120/2002, de autoria do Deputado Doutor Viana – parecer pela rejeição, aprovado; Requerimento nº 3.157/2002, de autoria do Deputado Antônio Carlos Andrada – parecer pela rejeição, aprovado; Requerimento nº 3.221/2002, de autoria do Deputado Hely Tarquinio – parecer pela aprovação, com as Emendas nºs 1 e 2, aprovado; Requerimento nº 3.254/2002, de autoria do Deputado Gil Pereira – parecer pela rejeição, aprovado; ao Deputado Mauri Torres, as seguintes matérias: Requerimento nº 3.065/2001, de autoria da Comissão de Direitos Humanos – parecer pela aprovação, na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 3.097/2002, de autoria da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia – parecer pela aprovação, com a Emenda nº 1, aprovado; Requerimento nº 3.102/2002, de autoria do Deputado Antônio Carlos Andrada – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 3.195/2002, de autoria da Comissão Especial dos Servidores Designados – parecer pela aprovação, com a Emenda nº 1, aprovado; parecer para 1º turno do Projeto de Resolução nº 2.083/2002, que aprova o encaminhamento de propostas de emenda constitucional ao Congresso Nacional na forma do art. 60, III, da Constituição da República – parecer favorável, aprovado; processo licitatório oriundo da Concorrência nº 003/2001, destinada à contratação de 02 (duas) agências de publicidade e propaganda, pelo período de 12 (doze) meses, para prestação de serviços de planejamento, criação, produção, distribuição à veiculação, supervisão, avaliação e acompanhamento de campanhas publicitárias, promoção, pesquisas, eventos, incluindo o fornecimento de todos os materiais de divulgação pertinentes e demais serviços necessários à complementação das ações de comunicação social da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais – parecer favorável à homologação da licitação e autorizando a respectiva despesa em favor das empresas SMP&B Comunicação Ltda. e Perfil Promoções e Publicidade Ltda., vencedoras do certame na forma prevista no edital, aprovado; processo contendo o Termo de Aditamento ADT-38/2002 para redução do objeto contratual, com correspondente redução de preço e alteração do Anexo Único do CT0-242/99 celebrado entre esta Assembléia e a empresa Telecon Ltda., cujo objeto é a prestação de serviços de assistência técnica e manutenção corretiva em centrais privadas de comutação telefônica (CPCT) do tipo "Key System (KS)" e serviços de instalação, desativação ou mudança de pontos da rede de telefonia e da rede corporativa – parecer favorável, considerando as manifestações da Gerência-Geral de Manutenção e Serviços e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo o Termo de Contrato CT0-20/2002 a ser celebrado entre esta Assembléia e a Clínica Vânia Diniz Ltda., tendo por objeto a prestação de serviços de assistência médico-hospitalar, incluindo a realização de exames complementares, em regime de internação e ambulatorial aos integrantes do plano de assistência da Casa – parecer favorável, inclusive ratificando a inexigibilidade de licitação, por inviabilidade de competição, com base no art. 25, "caput", da Lei Federal nº 8.666/93, autorizando a respectiva despesa, considerando as manifestações da Coordenação de Saúde e Assistência e da Procuradoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo o Termo de Aditamento ADT-25/2002 para prorrogação do CT0-283/2001 celebrado entre esta Assembléia e João Paulo Pires Vasconcelos, cujo objeto é a prestação de serviços de consultoria e assessoria à Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga atividades de carvoarias em Minas Gerais – parecer favorável, autorizando a respectiva despesa, considerando as manifestações da Procuradoria e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo a prestação de contas da execução orçamentária, financeira e contábil, os demonstrativos da arrecadação e movimentação bancária do Fundhab relativos ao mês de março de 2002, com os esclarecimentos apresentados pela Gerência-Geral de Finanças e Contabilidade e parecer técnico da Controladoria – parecer favorável nos termos da Resolução nº 5.119, aprovado; ao Deputado Wanderley Ávila, os seguintes requerimentos: Requerimento nº 3.077/2002, de autoria da Deputada Elbe Brandão – parecer pela aprovação, na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 3.149/2002, de autoria da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização – parecer pela aprovação, com a Emenda nº 1, aprovado; ao Deputado Álvaro Antônio, os seguintes requerimentos: Requerimento nº 2.912/2001, de autoria do Deputado Ermano Batista – parecer pela aprovação, na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 3.008/2001, de autoria do Deputado Alberto Bejani – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 3.029/2001, de autoria da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas – parecer pela aprovação, com a Emenda nº 1, aprovado; Requerimento nº 3.046/2001, de autoria do Deputado Irani Barbosa – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 3.115/2002, de autoria da Deputada Elaine Matozinhos – parecer pela rejeição, aprovado; Requerimento nº 3.219/2002, de autoria do Deputado Hely Tarquinio – parecer pela aprovação, com as Emendas nºs 1 e 2, aprovado; Requerimento nº 3.220/2002, de autoria do Deputado Hely Tarquinio – parecer pela aprovação, com a Emenda nº 1, aprovado. Ato contínuo, a Mesa registra o recebimento dos seguintes requerimentos: Requerimento s/nº, de autoria do Deputado Alencar da Silveira Jr., mediante o qual solicita a realização de um ciclo de debates sobre a legalização do jogo em Minas Gerais e no Brasil – a Mesa determina o encaminhamento à Gerência de Projetos Institucionais para as providências cabíveis; Requerimento s/nº, de autoria da Comissão de Assuntos Municipais, mediante o qual solicita seja contratada uma instituição especializada para realizar um estudo técnico do PL nº 1.756/2001 – aguardando providências; Requerimento s/nº, de autoria da Comissão de Trabalho, da Previdência e da Ação Social, mediante o qual solicita a realização de um fórum técnico para debater sobre o tema "Doenças Ocupacionais" – a matéria está sendo objeto de estudos; Requerimento s/nº, de autoria do Deputado Irani Barbosa, mediante o qual solicita sejam tomadas as devidas providências no sentido de se exigir o encaminhamento de respostas às solicitações feitas pela CPI do Sistema Prisional a diversas autoridades estaduais – a Mesa determina o encaminhamento à Procuradoria-Geral; Requerimento s/nº, de autoria do Deputado Eduardo Brandão, mediante o qual solicita averiguação das declarações feitas pelo Deputado Irani Barbosa, em discurso, na reunião ordinária do dia 20 de março do corrente no Plenário desta Casa – a Mesa determina o encaminhamento à Corregedoria; Requerimento s/nº, de autoria dos Deputados Adelmo Carneiro Leão e Edson Rezende, mediante o qual solicita seja realizado um seminário legislativo sobre o tema "Segurança e Saúde" – a Mesa determina o encaminhamento à Gerência de Projetos Institucionais para as providências cabíveis; Requerimento s/nº, de autoria da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, mediante o qual solicita a realização de um fórum técnico para se debater regiões metropolitanas e planejamento no Estado de Minas Gerais – em estudo; Requerimento s/nº, de autoria do Deputado Bené Guedes, mediante o qual solicita seja dado o nome do ex-Deputado José Laviola ao Salão Nobre desta Casa – aguardando providências. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no "Diário do Legislativo", de conformidade com a estrutura estabelecida nas Deliberações da Mesa nºs: 2.145, 2.170, 2.171, 2.186, 2.206, de 2001, 2.234, 2.236, 2.248, 2.249, 2.254, 2.256, 2.265, 2.269, 2.270, 2.275, 2.281, 2.282, 2.283, 2.284, 2.285, 2.286, 2.287, 2.290, 2.291, de 2002. Para finalizar, o Presidente assina os seguintes atos: aposentando, a pedido, com proventos integrais, a partir de 13/3/2002, conforme a sua situação funcional em 16/12/98, o servidor George Moreira Guilhermino, ocupante do cargo de Agente de Execução às Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal desta Secretaria; aposentando, a pedido, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, a partir de 2/4/2002, Virgínia Caetano Porto, ocupante do cargo em comissão de recrutamento amplo de Auxiliar de Gabinete, do Grupo Específico de Apoio às Atividades de Representação Político-Parlamentar do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com proventos taxados no cargo que exerce, e conforme a sua situação funcional em 16/12/98; exonerando Sueli Rejane Pinto Lopes do cargo de Atendente de Gabinete, 8 horas; exonerando Alberto Tadeu da Costa do cargo de Técnico Executivo de Gabinete, 8 horas; nomeando Júnia Alcione Ferreira da Silva para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete, 8 horas; exonerando, a partir de 1/5/2002, Rita de Cássia Tannus Oliveira do cargo de Chefe de Gabinete, com exercício no gabinete da Liderança do Partido Liberal; nomeando Ricardo Teixeira de Carvalho para o cargo de Chefe de Gabinete, com exercício no gabinete da Liderança do Partido Liberal. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 7 de maio de 2002.

Antônio Júlio, Presidente - Alberto Pinto Coelho - Ivo José - Olinto Godinho - Mauri Torres - Wanderley Ávila - Álvaro Antônio.

ORDENS DO DIA

Ordem do dia da 96ª reunião ordinária da comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social, a realizar-se às 10 horas do dia 11/6/2002

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.000/2002, do Deputado Edson Rezende; 2.072/2002, do Deputado João Leite; 2.110/2002, do Deputado Marcelo Gonçalves; 2.111/2002, do Deputado Eduardo Brandão; 2.134 e 2.135/2002, do Deputado Wanderley Ávila; 2.136/2002, do Deputado Djalma Diniz; 2.137/2002, do Deputado Luiz Menezes.

Requerimento nº 3.390/2002, do Deputado Alencar da Silveira Júnior.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 91ª reunião ordinária da comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, a realizar-se às 15 horas do dia 11/6/2002

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 3.383/2002, do Deputado Ambrósio Pinto; 3.388/2002, do Deputado Eduardo Brandão; e 3.392/2002, do Deputado Cristiano Canêdo.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 93ª reunião ordinária da comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais, a realizar-se às 15 horas do dia 11/6/2002

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.214/2000, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 1.529/2001, do Deputado Márcio Kangussu.

Requerimentos nºs 3.362/2002, da Comissão de Turismo, Indústria e Comércio, e 3.389/2002, do Deputado Dimas Rodrigues.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 59ª reunião ordinária da comissão de Redação, a realizar-se às 14h30min do dia 12/6/2002

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discussão e votação de pareceres sobre proposições em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

Edital de Convocação

Reuniões Especiais da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reuniões especiais da Assembléia para as 8h30min e 14h30min horas do dia 10/6/2002, destinadas à realização do Fórum Técnico sobre a Consolidação das Leis e o Aperfeiçoamento da Democracia.

Palácio da Inconfidência, 7 de junho de 2002.

Antônio Júlio, Presidente.

Edital de Convocação

Reunião Especial da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembléia para as 20 horas do dia 10/6/2002, em homenagem à 8ª Igreja Presbiteriana.

Palácio da Inconfidência, 7 de junho de 2002.

Antônio Júlio, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 87/2002

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Elaine Matozinhos, os Deputados Rogério Correia, Márcio Cunha e Sargento Rodrigues, membros da supracitada Comissão, para a reunião destinada para a realização de audiência pública em 14/6/2002, às 9 horas, na Câmara Municipal de Varginha, com a finalidade de se discutir sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 87/2002 e demais projetos em tramitação na Casa relacionados com o tema.

Sala das Comissões, 5 de junho de 2002.

Anderson Adauto, Presidente.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

361ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 28/5/2002

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, Srs. Deputados, povo que nos vê pela TV Assembléia, pessoas presentes nas galerias, externamos, nesta tarde, nossa preocupação com a chamada indústria das multas. O Estado continua sofrendo com o DNER e com a empresa Consórcio Rodovia. Apesar de os marqueteiros terem lhe dado esse nome, entendemos que deveria ser chamado "Consórcio Rodolucro", porque, afinal de contas, o cidadão, o proprietário do veículo, o motorista, a cada dia reclama da forma como o DNER, junto com essa empresa, vem tratando as questões das multas nas rodovias federais. Há poucos dias, vimos, pelo jornal "Estado de Minas", entrevista do Sr. Paulo Miranda, representante da Federação Nacional dos Transportes. Como membro da Junta Administrativa do DNER, veio a público externar sua preocupação em relação ao funcionamento da JARI. Há tempos, na função de relator na Comissão Especial das Multas, tive, juntamente com o Deputado Alberto Bejani, Presidente da Comissão, a felicidade de, junto a outros parlamentares desta Casa, ao longo de três meses, cancelar 131 mil multas, bem como fazer com que o DNER devolvesse o dinheiro a 13 mil pessoas notificadas por outras multas. Portanto, foi um trabalho sério e coerente, em que conseguimos mostrar a safadeza, a roubalheira que se instalou no Estado, por meio dessas empresas que estão lidando com a indústria das multas.

O cidadão que paga seus impostos, - como IPVA, Taxa de Licenciamento, IPI, ICMS - ainda tem de conviver com essa roubalheira do DNER, em conjunto, parceria, co-autoria com o Consórcio Rodovia. Não podemos permitir que fatos como esse continuem acontecendo no Estado. O relatório final da Comissão Especial, de que fui relator, concluiu pela necessidade de instalação de CPI, a fim de que pudéssemos ter a competência legal para quebrar os sigilos bancários dessas empresas e de seus sócios, além de arguir o DNER. Infelizmente, não tivemos a melhor acolhida por parte da Presidência desta Casa, cujo entendimento foi o de que a Comissão Especial não poderia ser transformada numa CPI.

Naquela ocasião, centenas de cidadãos procuraram o meu gabinete e o do Deputado Alberto Bejani, solicitando ajuda para resolver a questão das multas. Até hoje nossos gabinetes estão fazendo, gratuitamente, recursos para quem nos procura relatando seu problema, sua angústia e, acima de tudo, a revolta para com a indústria das multas que se instalou em Minas.

Assumimos o compromisso de que não deixaríamos esse assunto em banho-maria. Portanto, retornamos à tribuna para denunciar a forma fraudulenta e inescrupulosa com que os radares continuam multando os cidadãos nas rodovias federais que cruzam o Estado.

O Deputado Dinis Pinheiro (em aparte)* - Deputado Sargento Rodrigues, parabeno-o, não só pelo excelente trabalho que está desempenhando nesta Casa, mas também pelo pronunciamento, que revela a sua vontade de proteger e resguardar os direitos do povo mineiro. Rendo as minhas homenagens ao Deputado Alberto Bejani, que, no ano passado, ao lado de V. Exa. e de inúmeros outros Deputados, teve a oportunidade de realizar grande trabalho, combatendo a ganância da indústria de multas em todo o País.

Demonstrando preocupação para com essa crueldade imposta pela indústria de multas, apresentamos projeto de lei, que já foi aprovado em duas comissões e se encontra na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária para, espero, ser também aprovado pelos ilustres pares. Trata-se de um projeto importantíssimo, cujo objetivo é eliminar definitivamente a indústria de multas, que reina não só em Minas Gerais, mas em todo o Brasil.

Esse projeto determina que o Estado só poderá celebrar contratos - obviamente, por meio de licitação, - com as administradoras de radares se fixar, antecipadamente, valor mensal a ser pago. Hoje, testemunhamos que as indústrias de multas têm os seus ganhos, os seus rendimentos por meio de um percentual estipulado. Dessa forma, a própria administradora de radares faz o seu faturamento, o rendimento.

Os radares ficam no meio do mato, atrás das placas, das árvores. São colocados de forma sorrateira, desrespeitando milhares de mineiros e enriquecendo meia dúzia de empresários.

Espero que esta Assembléia Legislativa compartilhe dessa luta e agilize a aprovação desse projeto, que pode servir de exemplo para os municípios que já implantaram esse tipo de serviço, principalmente Belo Horizonte, e que também pode servir de modelo para os outros Estados da Federação. O Governo Federal - antigamente pelo DNER e, agora pelo DENIT - poderá também implantar esse nosso projeto e até - quem sabe? - aperfeiçoá-lo, aprimorá-lo, de forma que esses radares tenham perfil educativo, e não punitivo e arrecadador de recursos, conforme estamos observando. Parabéns, Deputado.

O Deputado Sargento Rodrigues - Agradeço o do Deputado Dinis Pinheiro. Seu projeto terá a melhor acolhida de nossa parte, bem como da Bancada do PDT. Solicitamos ao Presidente desta Casa, Deputado Antônio Júlio, que coloque o projeto na pauta o mais rápido possível, porque o cidadão não agüenta mais transitar nas rodovias federais que cruzam Minas Gerais.

O Deputado Luiz Menezes (em aparte) - Cheguei à conclusão de que aquilo que recebo na Assembléia não dá para pagar as multas. Estamos dispostos até a vir de Itabira a Belo Horizonte a pé, porque, senão, acabaremos perdendo a furreca que temos. Por essa razão, bato palmas pela sua atitude. Muito obrigado.

O Deputado Sargento Rodrigues - Agradecemos o do Deputado Luiz Menezes. V. Exa. também está sendo extremamente prejudicado, porque a rodovia que o leva até sua cidade, Itabira, que todos conhecemos, é a antiga BR-262, hoje BR-381, e ali não se pode passar de 80km por hora. Certamente os cidadãos mineiros que utilizam essa rodovia sofrem muito ao se deslocarem para aquela região, pois, além dessa limitação, há os radares ao longo de toda a rodovia. Esses radares pertencem à Rodovia. É brincadeira. Sabemos que o cidadão que criou essa mensagem, do ponto de vista de "marketing", criou-a justamente para evitar que as pessoas chamassem o consórcio de "rodolucro".

Portanto, como estava esclarecendo, entendemos que o cidadão Paulo Miranda, quando fez a denúncia, estava coberto de razão. Disse, com muita clareza, que sempre é voto vencido na Junta Administrativa de Recursos ao Infrator, porque os demais representantes são do DNER e, certamente, optam pela manutenção da multa imposta.

Já existem várias decisões judiciais que concluem não poder o cidadão ser apenado antes de ser notificado para apresentar a sua defesa e contraditório. Mas, hoje, a JARI determina a penalidade. É como se o cidadão fosse levado a julgamento e, antes de o advogado fazer a sua defesa, fosse condenado.

O Código de Trânsito Brasileiro não pode se sobrepor à Carta Magna, que prevê que todos têm amplo direito à defesa e ao contraditório. Toda multa notificada por radar ou por agente deve prescrever um prazo para que o cidadão apresente a sua defesa por escrito. Ai, sim, após ter apresentado sua defesa, com os prazos preestabelecidos em lei, essa multa seria julgada pela JARI e, com certeza, seria dada a penalidade ao infrator, caso não conseguisse comprovar sua inocência naquele auto de infração de trânsito.

A JARI foi denunciada, aquilo está um absurdo, as pessoas que lá se encontram já estão sendo manipuladas há muito tempo. A denúncia do Sr. Paulo Miranda, do jornal "Estado de Minas", veio simplesmente confirmar todas as suspeitas que tínhamos, quando fomos relator da Comissão Especial das Multas.

Após investigação, descobrimos que o contrato milionário de R\$500.000.000,00, em cinco anos, é o que o Consórcio Rodovia firmou com o DNER. Certamente a empresa quer multar para que possa, cada vez mais, arrecadar. Pasmem: o DNER fica com a quantia de R\$55,50 numa multa no valor de R\$400,00, R\$500,00, R\$600,00, e o restante vai para o Consórcio Rodovia, empresa vencedora da licitação e que firmou, com o DNER, esse contrato de R\$500.000.000,00, ou seja, meio bilhão de reais, para assaltar o bolso do contribuinte mineiro, do cidadão mineiro, que transita por essas rodovias federais.

Portanto, deixamos claro que não podemos nos calar no momento em que o cidadão está sendo assaltado e, pior, de forma conivente com o órgão federal, que é o DNER. Acredito que os Deputados Federais, que o Presidente Aécio Neves poderiam, e podem muito bem, por intermédio da Câmara Federal, instalar uma CPI para investigar isso, já que é de competência exclusiva do Deputado Federal investigar os órgãos federais. Portanto, apelamos ao Deputado Aécio Neves para que instale uma CPI para que possamos pôr fim nessa roubalheira que se instalou no Estado. Muito obrigado.

*- Sem revisão do orador.

362ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 29/5/2002

O Deputado Carlos Pimenta - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, povo de Minas Gerais, há alguns anos, precisamente há sete anos, esta Casa discute, principalmente com a região norte-mineira, com as suas autoridades, lideranças e Prefeitos Municipais, a implantação do Programa de Desenvolvimento do Turismo, com recursos do Governo Federal, do Governo do Estado e das Prefeituras.

O PRODETUR foi acertado pelo então Presidente Itamar Franco. Fez-se convênio com o Banco Mundial e com o Banco do Nordeste. Esperamos durante algum tempo. Na época, o Presidente Itamar Franco deixou o Governo Federal, e passamos a viver uma expectativa muito grande em relação a esse sonho de que os recursos do PRODETUR chegassem a Minas Gerais.

Na mesma época, os Estados nordestinos apresentaram propostas, estudos, projetos. Cada Estado teve os recursos aportados, e fez-se a implantação de programas que levaram a um desenvolvimento sustentado de todo o Nordeste brasileiro. À medida que íamos assistindo às vitórias dos Estados nordestinos, da Bahia ao Rio Grande do Norte, mudando substancialmente a cara do Nordeste brasileiro, pouco a pouco, víamos as nossas esperanças irem por água abaixo. Passou o PRODETUR I, passou a expectativa das Prefeituras do Norte de Minas. Muitos Prefeitos investiram muitos recursos na elaboração de projetos, e, dia após dia, não tínhamos nenhuma certeza, e a Assembléia e o Governo do Estado ficavam em situação complicada diante das lideranças e do povo norte-mineiro.

O Nordeste vem realizando a segunda etapa do PRODETUR II, e Minas Gerais, mais uma vez, fica na expectativa da liberação de recursos, principalmente por parte do Governo Federal, para implantar esses projetos. Hoje, estivemos na Secretaria do Turismo, acompanhando Prefeitos de municípios às margens do São Francisco. Mesmo desacreditado, atendendo a um convite desses Prefeitos, embora, repito, não acreditando na possibilidade de vitória ou na possibilidade da liberação de recursos, chega a notícia de que foram selecionados dois pólos de desenvolvimento do turismo para o Norte de Minas: o do Vale do São Francisco e o Caminhos do Norte. O primeiro deles, Vale do São Francisco, recebeu recursos para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável, no valor de R\$600.000,00. O Caminhos do Norte recebeu - e já estão depositados - R\$540.000,00, para a elaboração do seu plano.

Não sei se acredito - e confesso-me cético, descrente das novas informações que nos chegam -, mas vamos tratar desse assunto no próximo dia 4, na Comissão de Turismo, com a presença do Sr. Secretário de Turismo, Dr. Antônio Henrique, e do Superintendente do Banco do Nordeste, porque, se essas informações se concretizarem, o Governo terá o prazo de 30 dias para abrir o processo de licitação, a fim de preparar os dois pólos para, efetivamente, receberem os recursos do PRODETUR a partir do ano que vem. Se se concretizarem essas informações, devo reconhecer que renascem as nossas esperanças, e poderemos, pelo menos, sonhar que o PRODETUR I possa vir para Minas Gerais.

Gostaria de citar as cidades, mas, antes, concedo aparte à colega Elbe Brandão. Aliás, fazendo justiça, quero reconhecer na sua pessoa e no seu trabalho uma batalhadora incansável, que sonhou, acreditou e deve ter-se sentido frustrada nos seus trabalhos e na sua caminhada. Mas

há uma luz no fim do túnel, e ainda podemos sonhar com o aporte de recursos do Governo Federal e do Banco Mundial para a região norte-mineira.

A Deputada Elbe Brandão (em aparte)* - Agradeço, Deputado.

Quero pedir a V. Exa. que não pare de sonhar. Em 2003, completar-se-ão 10 anos que estamos na luta pela efetivação e consolidação do PRODETUR para a nossa região. Nunca parei de sonhar ou trabalhar por isso.

Dois fatos precisam ser colocados. Com relação ao PRODETUR I, Minas Gerais não foi incluída e não estava no primeiro decreto, e o Governo Hélio Garcia não conseguiu operacionalizar força suficiente para nos incluir. No Governo Eduardo Azeredo, houve conversas e um avanço com o Banco do Nordeste, que estaria viabilizando recursos, mais ou menos, da mesma ordem. O programa não estava, mas caracterizava-se como o PRODETUR do Norte de Minas, que avançou muito.

No Governo Itamar Franco, foi realizado, inicialmente, um trabalho pelo Manoel Costa e pelo Antônio Henrique, cujo objetivo era a construção dos planos macroestratégicos.

Os dois que V. Exa. está recebendo tiveram um pouco do nosso trabalho, porque há cerca de um mês estive no Ministério do Turismo, e, segundo o próprio Banco do Nordeste - tenho correspondências comprovando isto -, Minas Gerais só tinha indicado o caminho do Jequitinhonha, compreendendo Diamantina e a outra região. Fiquei indignada, porque todo o trabalho em prol do turismo na região começou pelos pólos do Caminho do Norte e do São Francisco. Esses recursos, federais, serão liberados pelo Banco do Nordeste, para que possamos construir os nossos planos de desenvolvimento sustentável integrado, cuja licitação já foi aprovada. Acredito que o Governo do Estado deverá cumprir o prazo.

Lembro que 80% desses recursos são de Minas, porque os 60% pertencentes ao BIRD o nosso Estado irá contratar, é um empréstimo que terá de pagar no futuro, 20% representam a contrapartida do Governo do Estado, e 20% são do Governo Federal. Estão alocados para este ano R\$59.000.000,00 de contrapartida do PRODETUR II. Estamos fazendo um esforço para que Minas consiga a sua cota-parte proporcional nisso. Encaminhamos requerimento à Comissão de Turismo, já que o Deputado Gil Pereira é o relator da nova lei que o Governo do Estado encaminhou a esta Casa, pedindo autorização de endividamento para o PRODETUR, em torno de R\$300.000.000,00. Espero contar com V. Exa., com sua dedicação e parceria. Não podemos deixar de sonhar, porque há cerca de uma década temos faculdade de turismo e escola técnica nessa área, no Norte de Minas. Naquela época, eu era chamada de louca, porque já falava em turismo. Hoje, é uma realidade. Portanto, parabéns V. Exa. por continuar acreditando nisso.

O Deputado Carlos Pimenta - Agradeço o seu aparte, Deputada Elbe Brandão. Motivos não nos faltaram para deixar de acreditar ou sonhar. Os fatos que se sucederam foram altamente negativos, pois percebemos que o Nordeste estava avançando, enquanto Minas Gerais estava passando por uma situação complicada. Cito como exemplo as grandes obras estruturantes de desenvolvimento, como a construção da estrada Transfranciscana, que margeia o rio São Francisco, ligando Pirapora às cidades de Brasília de Minas e de São Francisco. Assim, fomos descreditando cada vez mais.

O Governo do Estado, por meio da Secretaria de Turismo, tem a possibilidade de abrir o processo de licitação, pelo menos, para esses dois caminhos importantes, que beneficiarão o vale do São Francisco e as cidades próximas de Montes Claros, num processo de desenvolvimento sustentável, que modificará aquela região. Esperamos que isso venha a acontecer.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, queremos tratar de um tema muito palpitante e que nos chama à responsabilidade. Estou vendo a repercussão da novela "O Clone", da Rede Globo. O enredo chama a sociedade a participar de uma discussão maior sobre a dependência química e sobre como agir com tantos usuários de drogas, que estão por aí e não contam com porta aberta para fazer tratamento adequado.

A sociedade hoje discute, de forma muito clara, aberta, a questão da dependência química, motivada pelo maior veículo de comunicação deste País, que é a Rede Globo. Mas é necessário que os órgãos governamentais, as Casas Legislativas e o próprio Congresso Nacional façam essa discussão.

Vemos ações de combate ao narcotráfico; vemos o trabalho desesperado do Governo do Estado do Rio de Janeiro para coibir o tráfico de drogas, com policiais sendo mortos todos os dias; vemos um aumento sem precedentes da escalada da violência em Belo Horizonte, cuja sociedade se sente indefesa e impotente. Mas pouco se vê com relação à assistência aos dependentes químicos.

Proporemos um programa mineiro de apoio aos dependentes químicos, porque Minas Gerais não pode tapar o sol com a peneira. Minas Gerais tem de dar uma resposta às famílias mineiras, aos pais que estão sem saber o que fazer; tem de dar uma resposta à juventude, que está indefesa. Os traficantes estão invadindo as escolas, como aconteceu recentemente em Montes Claros, espancando os jovens e obrigando-os a fazer uso de drogas.

É necessário que o jovem que queira livrar-se das drogas tenha, pelo menos, uma porta de entrada aberta.

Hoje, infelizmente, a única opção que existe são atitudes isoladas de organizações não governamentais, a maioria delas Igreja Católica e igrejas evangélicas, que tentam abrir essa porta e dar assistência aos jovens.

Estivemos em contato com a diretoria da Rede Globo e decidimos que, a partir do mês de agosto, promoveremos uma ampla discussão do assunto em Minas Gerais, com a participação de autoridades e das pessoas que querem, efetivamente, pôr um ponto final nesses episódios, ajudando nossos jovens. Infelizmente, Minas não tem nenhum programa de apoio aos dependentes químicos. Mas, embasados nessa discussão que hoje toma conta de todo o País, vamos propor um seminário para saber o que devemos fazer antes mesmo de votar e analisar o orçamento do Estado para o próximo ano.

Com certeza absoluta, vamos sensibilizar o Governo Itamar Franco, para que acate emendas, insira no orçamento do ano que vem alguma ação de apoio aos dependentes químicos de Minas Gerais, os quais, infelizmente, não têm nenhuma assistência por parte dos governantes. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Deputadas, público presente nas galerias, telespectadores da TV Assembléia, a nossa presença nesta tribuna se deve à necessidade de continuar uma discussão que, de alguma maneira, interessa a todos nós: a busca, que é responsabilidade de todos, do fortalecimento do parlamento, de fortalecimento do Poder Legislativo.

Creio que muitos dos problemas que vivemos hoje no País poderiam não estar ocorrendo se tivéssemos um parlamento atuante, que acompanhasse efetivamente as ações, especialmente do Poder Executivo. Estamos acompanhando, lamentavelmente, a cada dia, o enfraquecimento do Poder Legislativo no País, estamos vendo o Poder Executivo, no nível federal, legislando por meio de medidas provisórias e, nos níveis estadual e municipal, por intermédio de decretos. Estamos vendo, a cada dia, uma peça importantíssima, que passa pelo cuidado do parlamento, o orçamento, tornar-se uma peça de ficção, tirando toda a possibilidade de os parlamentares, de o Poder Legislativo, acompanhar as ações, a função de governo, nas diversas áreas. Acompanhamos o momento que o Estado de Minas está vivendo em relação às suas finanças, mas, ao mesmo tempo, não conseguimos, a partir deste parlamento, identificar onde estão sendo utilizados os recursos públicos. O Governo, no último ano, deixou de investir em diversas funções de governo ou diminuiu esse investimento nas funções de governo, como a educação, especialmente. Em anos anteriores, tivemos um investimento de até 50% em educação e, no último ano, o investimento em educação foi de 34%. Apesar disso, tivemos um aumento de arrecadação de R\$3.500.000.000,00, que não foram investidos em função de governo. Não foi investido na segurança, porque o Governo diminuiu o investimento em segurança; não foi investido na educação, porque também tivemos uma diminuição do investimento em educação.

Portanto, estamos vendo um Poder Legislativo que não pode ter conhecimento de todos esses gastos, porque não estão sendo feitos dentro daquilo que o Poder Legislativo acompanhou, que é o orçamento. Agora vemos, especialmente, a educação do Estado num momento de reavaliação e, de alguma forma, vemos todos exporem os números do Governo, dizerem que não têm condições de dar aumento para a área de educação, para o servidor. Mas, ao mesmo tempo, esse Governo arrecadou mais. Sem dúvida, o Poder que deveria fazer essa fiscalização, o Legislativo, não detém os instrumentos hoje, porque, de alguma forma, o Governo Estadual burlou o orçamento e investiu, muitas vezes, em contratos que o Poder Legislativo desconhece.

Não é diferente o que acontece em diversas Prefeituras, especialmente a de Belo Horizonte. Li que a Prefeitura de São Paulo já investiu, neste ano, R\$566.000.000,00 em contratos sem licitação. A Prefeitura de Belo Horizonte não é diferente. O Prefeito disse à imprensa e aos servidores que estão em campanha por salários que não tem dinheiro, o que tem é um déficit de R\$50.000.000,00, apenas nos dois primeiros meses deste ano, e propôs aos servidores públicos municipais de Belo Horizonte o seguinte acordo (- Lê:)

"Os servidores deixam de fazer greve até 2004 e, dependendo da receita do ano que vem, o Prefeito em exercício negociaria e sinalizaria a possibilidade de conceder um reajuste."

Ora, onde está esse déficit? A incoerência é muito grande, Deputado Márcio Cunha, que já foi Vereador da Câmara Municipal de Belo Horizonte, parlamentar experiente, que conhece muito bem a Capital. Tenho acompanhado as publicações no diário oficial do Município. Outro dia acompanhei a compra feita pela Prefeitura, sem licitação, de uma Blazer blindada, no valor de R\$90.000,00.

Hoje, traz termo aditivo da obra, já denunciada, da lagoa da Pampulha. O objeto do aditivo é compor recíprocos direitos e obrigações para reparação de ônus adicionais não previstos no contrato original. Ninguém sabe quanto a Prefeitura vai pagar de termo aditivo à Construtora Andrade Gutierrez.

O Deputado Márcio Cunha (em aparte)* - Ilustre Deputado João Leite, gostaria, em meu nome e no da Bancada do PMDB, de cumprimentar V. Exa. V. Exa. é um parlamentar atuante e experiente. Fomos Vereadores juntos, e muito embora V. Exa., por sua competência e pela sua vida profissional, tenha sido, na época, convidado pelo Prefeito para o cargo de Secretário Municipal de Esportes, sem dúvida alguma foi alguém que conheceu o Poder Legislativo Municipal.

Quero sublinhar um aspecto da sua fala que me chamou atenção e, neste momento, fazer coro com V. Exa. Trata-se da referência ao enfraquecimento, cada vez maior, do Poder Legislativo. Está na hora de modificarmos essa situação. Aprovamos na Casa, graças a Deus e ao comparecimento dos Deputados, em 2º turno, projeto de resolução da Mesa que delega à UNALE, entidade que congrega Deputados do Brasil inteiro, a competência de, junto ao Congresso Nacional, propor modificação na nossa Constituição para avocar ao Poder Legislativo Estadual mais competências e maiores prerrogativas.

Por isso, no que tange à fala de V. Exa., gostaria de extrair esse aspecto, e cumprimentá-lo pela crítica que faz. Repetirei aqui, pela enésima vez, que, infelizmente, o Poder Legislativo me frustrou, porque, como parlamentar, legislador, realizava-me muito mais como Vereador por Belo Horizonte do que como Deputado Estadual. Essa é uma crítica que eu faço. Os companheiros entendem perfeitamente isso. Hoje, esta Casa está na luta por seus direitos. Que se dê, efetivamente, ao parlamentar a competência legítima de legislar. Parabéns pelo seu discurso.

O Deputado João Leite - Muito obrigado, Deputado Márcio Cunha. Continuo falando sobre essa incoerência do discurso do Prefeito em exercício de Belo Horizonte, a respeito da falta de recursos disponíveis para os servidores, ao mesmo tempo em que ressalta a impossibilidade de o Poder Legislativo Municipal acompanhar o custo para Belo Horizonte desse termo aditivo com a Construtora Andrade Gutierrez. Isso não está explicitado no diário oficial do Município.

Há outros contratos sem licitação. Estou colecionando os contratos de prestação de serviço, com dispensa de licitação, da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, como, por exemplo, um que foi feito com a Fundação de Desenvolvimento de Pesquisa - FUNDEP. Temos vários contratos. Há um de R\$969.840,00, para prestação de serviço de consultoria e assessoria técnica. Não sabemos para quê. Não há explicação.

Há outro contrato de prestação de serviço com a FUNDEP para a realização do Seminário Brasil-Inglaterra, no valor de R\$19.541,62, o qual foi celebrado sem licitação. A Prefeitura de Belo Horizonte dispensa a licitação e contrata a FUNDEP para o seminário, que acontecerá em Belo Horizonte.

Há outro convênio de cooperação mútua, com vistas à divulgação do Programa BH Cidadania, no valor de R\$57.189,80.

Temos várias dispensas de licitação. Como o Poder Legislativo, neste País, vai dar conta dessa situação à população? Como vamos aceitar isso?

Prestação de serviço de digitalização do acervo da comissão da nova Capital - R\$223.000,00 -, sem licitação, novamente com a FUNDEP.

Contratação de estagiários para atuarem nas centrais de atendimento da Prefeitura de Belo Horizonte - R\$273.431,52, sem licitação. Depois, vem um termo de ratificação de dispensa de licitação. Novamente com a FUNDEP - R\$949.597,32. Para alterar a redação da cláusula quarta, o valor do contrato, a partir de 20/2/2002, passa a ser de R\$949.597,32.

Novamente sem licitação, temos a FUNDEP contratada para prestação de serviços, através do curso de especialização no Programa Saúde da Família - R\$2.200.000,00.

É inaceitável o que está acontecendo em Belo Horizonte. É inaceitável Belo Horizonte estar sendo administrada dessa maneira, sem transparência, sem a população e a própria Câmara Municipal de Belo Horizonte terem condições de conhecer como a Prefeitura está gastando dinheiro.

O servidor público municipal, os professores, os médicos recebem do Sr. Prefeito a resposta de que não há recursos. Como não há recursos, se a todo momento há dispensa de licitação? Como não há segurança, se o Prefeito de Belo Horizonte compra para ele, sem licitação, com recursos da população de Belo Horizonte, um carro blindado que custa R\$90.000,00? É inaceitável a falta de transparência na administração de Belo Horizonte. Estamos tendo o cuidado de guardar todos esses contratos. É uma fábula o que a Prefeitura de Belo Horizonte está gastando, contratando sem licitação a todo momento, sem o conhecimento do povo de Belo Horizonte, sem o conhecimento do Poder Legislativo de Belo Horizonte, que está sendo driblado com esses contratos sem licitação, que não obrigam o Governo a investir no orçamento, onde estão previstos os recursos para as funções de Governo. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Luiz Tadeu Leite* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, no dia 1º de junho, Pedra Azul comemora 90 anos de existência. Como Deputado votado naquela cidade, participo diretamente do esforço do Prefeito Municipal, Dr. Gérson Costa Filho, e de sua equipe, para colocar Pedra Azul na altura que merece no que tange ao seu desenvolvimento. As lideranças locais têm feito um esforço concentrado para a recuperação das finanças do município e a implementação das obras que tanta falta fazem ao povo daquela cidade. Estaremos em Pedra Azul, para participar de um périplo de inaugurações, em 1º de junho, quando dos 90 anos da cidade. A população bem merece nossa homenagem; o Prefeito, os Vereadores e as lideranças merecem o nosso aplauso pelo esforço que fazem para melhorar as condições de vida daquela tradicional e hospitaleira cidade.

Próximo a Pedra Azul, temos uma cidade chamada Salto da Divisa, entre Minas Gerais e Bahia. No Estado da Bahia, a poucos quilômetros de Salto, está sendo construída a barragem de Itapebi, pela Construtora Norberto Odebrecht, a qual produzirá energia elétrica para a Bahia, ICMS para aquele Governo, o que também beneficiará Salto da Divisa. Próximo a Salto da Divisa, temos a belíssima cachoeira, uma verdadeira obra de Deus, chamada Tombo da Fumaça. Com a construção da barragem, houve uma disputa, há alguns anos, já que a construtora queria inundar a cachoeira. Num esforço dos ambientalistas de Minas e da Bahia, num esforço concentrado das lideranças, foi preservada a queda d'água Tombo da Fumaça. Foi preservada de tal maneira, que a barragem será construída, concluída, sendo, nesta Casa, declarado que a cachoeira seria preservada.

Acabamos de receber uma comunicação das mais legítimas lideranças de Salto da Divisa, da Sra. Vilma Pimenta, Presidente do Diretório do PMDB daquela cidade, nossa candidata a Prefeita; do ex-Prefeito José Eduardo da Cunha Peixoto; do Vereador Valdemir Batista e de outras lideranças do partido. Tenho a certeza de que, em se tratando desse assunto, acima dos partidos, irmanam-se todas as correntes políticas daquela cidade, preocupadas com a decisão que esta Casa tomou, na semana passada, no final do 2º turno, tornando sem efeito uma lei que preservava a cachoeira Tombo da Fumaça. Revogada essa lei, poderiam, em tese, as águas da barragem, engolir a cachoeira, acabando com uma belíssima obra da natureza em Salto da Divisa. Contra a decisão precipitada desta Casa, estão os ambientalistas, os políticos, todos os defensores da permanência daquela beleza cinematográfica da cachoeira Tombo da Fumaça. Apelamos para que o IBAMA, o Ministério do Meio Ambiente interfiram na questão e esta Casa reveja a decisão que tomou. E esse apelo recebo das lideranças mais lúidas da cidade de Salto da Divisa, que, até agora, não entendem o motivo pelo qual essa decisão foi tomada, como foi tomada e baseada em que fator. Por que, dentro de um outro projeto de lei maior, uma simples emenda, no final do 2º turno, simplesmente revoga a lei que declarava imune e preservava uma cachoeira de valor turístico inestimável. Esse não é um gesto que se possa compreender com facilidade nesta Casa.

Por essa razão, penso que a Mesa tem a responsabilidade de averiguar como foi possível, no 2º turno, uma emenda ser aceita, apresentada e votada com tanta rapidez. Isso não está conforme a tradição desta Casa para com os assuntos polêmicos. Fosse assunto sem polêmica, não estaríamos levantando contestação, mas esse merece o maior cuidado. É preciso evitar esse grande prejuízo de ordem ambiental, em que a região será imensamente prejudicada em benefício de outro Estado, que é a Bahia, que vai ter uma barragem maior, com mais ICMS, maior produção hidrelétrica, e Minas Gerais terá perdido esse grande patrimônio da humanidade, a cachoeira Tombo da Fumaça.

Trago, portanto, o apelo dos Deputados, das lideranças daquela região do vale do Jequitinhonha em relação a esse grande equívoco que esta Casa está para cometer. É uma enorme injustiça essa perda irreparável do patrimônio da nossa comunidade.

O Deputado Durval Ângelo (em aparte)* - Deputado Luiz Tadeu Leite, quero elogiar o pronunciamento de V. Exa. e fazer dois registros. O primeiro é que o projeto original aprovado pelo IBAMA garantia a preservação da cachoeira. Posteriormente, um segundo projeto foi aprovado, modificando o primeiro. É muito estranha essa modificação em um empreendimento que vai trazer repercussão ambiental tão grande. Infelizmente, nesta Casa, temos muitos parlamentares que não são defensores do meio ambiente e, muitas vezes, colocam sua energia a serviço de empreendimentos como esse, de retorno duvidoso, até do ponto de vista da geração de energia.

A segunda questão é que não resta outro caminho à Mesa a não ser rever a votação feita nesta Casa. O PT, em solidariedade à Deputada Maria José Hau Eisen, não permitirá que projeto seja votado caso essa questão não seja revista. Fica claro que é emenda "Frankenstein", enroscada, como disse a Deputada Maria José Hau Eisen. É um projeto que fere de forma violenta o Regimento Interno desta Casa. Compactuar com essa votação coloca em risco o cumprimento do Regimento com relação a outras questões. Como Deputado do PMDB, do Norte de Minas e atento à questão ambiental, elogio e destaco a intervenção de V. Exa. Muito obrigado.

O Deputado Luiz Tadeu Leite* - Agradeço ao Deputado Durval Ângelo por se incorporar ao nosso pronunciamento e lembro que depende da Presidência desta Casa, da Mesa Diretora rever essa decisão, a meu ver apressada, na forma como foi realizada.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, volto a falar da falta de segurança em nosso Estado e em nossas cidades de porte médio. Particularizo Montes Claros, cidade da qual fui Prefeito por duas vezes, que sempre foi uma cidade tranqüila, onde se podia ficar à porta da casa, conversando animadamente, onde se podia deixar o carro aberto, e não acontecia nada.

De uns tempos para cá, as graves ameaças à integridade física e ao patrimônio das pessoas estão colocando em polvorosa a população. Sabemos, de antemão, que não poderíamos ter uma ilha de segurança em apenas uma cidade, quando o restante do Estado e do País passa por grave crise de insegurança, de violência. Mas assusta a maneira como, de repente, Montes Claros passou a ser assaltada, a violência e os sobressaltos de vidas ceifadas.

Ainda ontem, uma agência do Banco Itaú, em plena luz do dia, foi assaltada com êxito, e os assaltantes fugiram, levando dinheiro em grande quantidade. Mas esse não é um fato isolado. Montes Claros, de uns tempos para cá, talvez devido à ligação com a Rio-Bahia, começou a sofrer uma onda de assaltos superior à média que tinha. Levantamento feito pelo jornalista Elton Jacson Gomes da Mota, Diretor da revista "O Tempo", mostra-nos que, em 2000, ocorreram 28 assassinatos na cidade; em 2001, 24 assassinatos; em 2002, até agora, já houve 18 assassinatos, ou seja, a previsão é triste. Não queremos que se concretize, mas, nesse ritmo, Montes Claros terá mais de 50 assassinatos até o final do ano. Esse número é grave e fundamental para demonstrar às autoridades - Polícia Militar, Polícia Civil e Prefeitura - a necessidade de se fazer algo para reter esses índices de violência.

Esperamos que a Polícia Militar encontre uma forma de estar mais presente nos bairros. Há a idéia de criar postos avançados da Polícia Militar, e sugiro que se aproveitem os seis subcentros de serviço - pequenos "shopping centers" em cada uma das seis macrorregiões de Montes Claros, que construí durante o meu primeiro mandato como Prefeito. Se a PM ali instalar um comando avançado do 10º Batalhão de Polícia, estará mais presente, haverá mais policiamento, atendendo a cada macrorregião.

Além disso, a PM, que está altamente preparada, ressenha-se da falta de equipamento e de viaturas. Nesse momento, deveria haver sensibilidade do Prefeito Municipal, a fim de fazer a doação de veículos à PM, para que possa fazer melhor o policiamento dos bairros. Em 1985, quando Prefeito, fizemos a doação de cerca de dez veículos e cinco motos, o que melhorou sensivelmente a segurança. Hoje, é preciso que, novamente, a Prefeitura de Montes Claros faça a doação de mais veículos, pois certamente essa é a maneira de a Polícia Militar estar mais presente.

A Polícia Civil, também, pode concluir a obra da cadeia pública. Faltam R\$150.000,00, e isso é muito pouco para o Governo de Minas, para concluir uma obra de ampliação da cadeia pública de Montes Claros. Por sinal, é uma obra que realizei no primeiro ano de mandato e ainda está planejada para 60 presos, quando, na verdade, abriga quase 200. A Prefeitura Municipal poderia, fazendo doação, melhorá-la substancialmente.

Aliás, Sr. Presidente, quando falamos em segurança, lembro-me de um projeto de lei que propusemos a esta Casa e está tramitando: dá condições de haver assinatura de convênio entre a Polícia Militar, a Polícia Civil e as Prefeituras Municipais para a implantação das guardas municipais. Queremos que as Prefeituras criem suas respectivas guardas municipais, mas não de maneiras diferentes. Para fazer o convênio da PM, segundo a lei que estamos apreciando nesta Casa, é necessário submeter-se às normas, para unificarmos o estilo das guardas municipais, que, se bem administradas, podem ser de grande valia para diminuir os altos índices de violência das cidades.

No dia 12 de julho, às 9 horas, haverá um debate na Comissão Especial criada para apreciar o projeto das guardas municipais; serão ouvidos o Secretário da Segurança Pública, o Comandante da Polícia Militar e todas as cidades que já têm experiência com guarda municipal, para que provem que, bem administradas, podem ser de grande valia para o aumento do nível de segurança nas cidades mineiras. Muito obrigado.

*- Sem revisão do orador.

O Deputado Doutor Viana* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa, senhoras e senhores das galerias, telespectadores da TV Assembléia e funcionários desta Casa, inicialmente, parabeno a população da nossa cidade de Paraopeba, que, no dia 1º de junho, por coincidência, como Pedra Azul, cidade que o nobre colega Luiz Tadeu Leite homenageou, também completará 90 anos de emancipação. Parabenzamos essa população progressista, desejando-lhe muito êxito, sucesso e futuro promissor, principalmente no que diz respeito ao seu desenvolvimento.

Em segundo lugar, farei uma reflexão com relação aos Bancos. Há quatro assuntos relacionados à questão bancária. É necessário que nós, que ganhamos a representatividade do povo nos Poderes constituídos, façamos algo em benefício do usuário do sistema bancário. Por que essas entidades são aquelas que obtêm maior lucro em nosso País, onde não está havendo praticamente crescimento em setor nenhum? Os Bancos conseguem lucros extraordinários e exuberantes; são os que mais lucraram em todos os anos e em toda a história deste País. Por que isso acontece? Quem paga por isso, proporcionando esse lucro? Isso tudo é legal e está sendo conseguido de maneira correta? Não. Primeiro porque há abuso na cobrança de juros. Há uma extorsão do usuário do Banco. As taxas também são abusivas. É claro que não estamos desejando que os Bancos cumpram o que reza a Constituição Federal, que determina que os juros máximos permitidos para as cobranças bancárias sejam de 12% ao ano. Nem desejamos que cobrem isso. Mas não podemos aceitar que cobrem juros de mais de 160% ao ano em taxas e cheques especiais. Não podemos ficar de braços cruzados. Temos de denunciar e chamar a atenção do Banco Central. O Governo Federal tem de intervir nessa questão. O Banco Central e o CAD são os órgãos responsáveis pelo controle do sistema bancário e têm de observar isso em defesa do usuário. Sabemos que, infelizmente, os Bancos financiam o próprio Estado brasileiro. Por isso, fazem vistas grossas com relação aos abusos do sistema bancário.

A situação é tão palpitante que chegam a facilitar o crédito para que as pessoas peguem empréstimo, façam "leasing" e utilizem outros serviços. Só pelo fato de as pessoas terem dinheiro na conta corrente, os Bancos já lucram, porque cobram taxas para isso. São as chamadas apropriações indébitas, que acontecem, infelizmente, no sistema bancário. Isso, porque o usuário não gerencia a sua conta, deixando-a por conta dos Bancos, o que favorece, como sempre tem acontecido, a própria instituição, em detrimento do usuário. É por isso que conseguem um lucro exorbitante e participam muito pouco do desenvolvimento do nosso País.

Vamos fazer uma cobrança. Se estou usando um serviço do sistema bancário ou do sistema de crediário, tenho de ter garantias da própria instituição, o que não vem acontecendo. Falo principalmente com relação aos cartões bancários e aos cartões de crédito. Não vemos o Banco que oferece o serviço se responsabilizar pela sua devida proteção e segurança. É obrigação constitucional, mas não o fazem. Os cartões estão sendo clonados facilmente. Dinheiro está sendo retirado das contas dos usuários sem a devida legalidade, e os Bancos não assumem a responsabilidade. Orientamos as pessoas lesadas a procurarem imediatamente os Bancos. Se lhes for negado o ressarcimento, que procurem a justiça. É necessário que busquem o Judiciário, porque é deles a obrigação de ressarcir e de dar a segurança necessária para que o usuário não venha a ser lesado, como está acontecendo, devido a clonagens, retiradas e saques através da Internet e de outros meios, enquanto deveriam dar segurança absoluta ao usuário.

Outro assunto a respeito desse mesmo tema é o dinheiro fácil. Hoje, por todo lado, nas avenidas, nos postes, em edifícios, vemos propagandas de dinheiro fácil. Basta procurar uma agência de crédito qualquer e a pessoa sai dali com dinheiro, em meia hora. Mesmo que a pessoa esteja devendo ao SERASA, ou em qualquer outra situação, pega dinheiro fácil. Cuidado, porque, atrás dessa facilidade, estão escondidos juros muito altos, que vêm afetando e matando, aos poucos, o cidadão. Tomem cuidado com esse dinheiro fácil, porque depois a pressão será muito grande. É um sistema que age até com uma certa característica de agiotagem, e, como a pessoa não tem o seu salário corrigido, dentro de pouco tempo estará numa situação de inadimplência. Aí, sabemos da dificuldade para quitação desse outro débito que adquiriu. Estamos aqui para alertá-los, para terem cuidado com esses financiamentos, porque os juros são abusivos, e as pessoas não dão conta de pagar a dívida.

Quero chamar a atenção para a questão dos mutuários da extinta MinasCaixa. As pessoas que adquiriram empréstimos mobiliários por meio do SFH, do BNH e de entidades financeiras tiveram autorização do Banco Central, do Governo de cada Estado e do Governo Federal para quitar seus empréstimos, suas dívidas - isso, de acordo com uma lei que beneficiava o mutuário. Mas, infelizmente, até hoje os mutuários da extinta MinasCaixa não conseguiram quitar seus empréstimos. Mesmo aqueles que já acabaram de pagar seus financiamentos não conseguem a liberação dos seus documentos.

Quero avisar a todos que estão nessa situação que, no próximo dia 5, quarta-feira, estará em reunião a Comissão de Defesa do Consumidor. Teremos presentes todas as autoridades que estão inseridas nesse processo, porque foram convidadas. A maioria já confirmou a presença nessa reunião, que, provavelmente, será no Plenarinho II, às 10 horas, quando exigiremos todas as informações para tirar os mutuários da extinta MinasCaixa dessa situação discriminatória e injusta.

Fica aqui registrada mais essa denúncia de irregularidade, que está acontecendo principalmente em relação aos mutuários da extinta MinasCaixa. Até hoje, o Governo Federal e o Estadual não se entenderam para liberar a quitação de suas dívidas, sanando definitivamente essa situação.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte) - Essa reunião é muito esperada e fundamental para que se dê, pelo menos, orientação a esses mutuários.

O ex-Secretário de Habitação, Ronaldo Perin, conseguiu, em prazo recorde, acertar a situação de milhares de mutuários da COHAB, com base

em decreto-lei. Todos aqueles que fizeram convênios antes de 1986 receberam a quitação de suas casas, obedecendo à legislação e ao decreto-lei respaldado pelo Governo Federal e pelo Governo do Estado. Mas existe a outra parte da população mineira que também espera uma posição do Governo do Estado. Essa discussão é importante para que possamos traçar algumas diretrizes e orientar os mutuários.

Parabenizo V. Exa., mais uma vez, Deputado Doutor Viana. Todas as vezes que estiveram em jogo situações importantes, dessa natureza, relacionadas à MinasCaixa, V. Exa. esteve presente. Mais uma vez, V. Exa. mostra sua preocupação, sua presença e sua competência em promover essa discussão. Tenho certeza absoluta de que o Governo do Estado também acompanhará as mesmas diretrizes e aplicará os mesmos dispositivos aplicados aos mutuários da COHAB. Certamente, nesse dia, estaremos ombreados com V. Exa., ajudando na regularização da situação de milhares de mineiros que têm o dever e querem ter a quitação de sua casa própria. Parabéns pelo tema de seu pronunciamento.

O Deputado Doutor Viana* - Como último assunto, Sr. Presidente, vou denunciar a questão da caixa-preta dos radares móveis, dos famigerados "pardais", que estão enriquecendo empresas chamadas, hoje, de fábricas de ganhar dinheiro, porque a arrecadação é extraordinária. O Governo participa muito pouco, ao passo que as empresas, que fizeram contratos cujo teor não conhecemos, têm lucros exorbitantes, enriquecendo muitas pessoas, penalizando os usuários e educando muito pouco ou quase nada. A lei que regulamenta o trânsito é fundamentalmente educativa. Os radares, colocados, quase sempre, escondidos, não têm o objetivo de educar, mas de penalizar. Ficamos estarecidos, porque não existem critérios para a aplicação de multas, que são muito altas, o que dificulta sua quitação pelos usuários. Enfim, essa indústria de multas não ajuda a melhorar a segurança nas estradas. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 22/5/2002, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, observadas as estruturas estabelecidas pelas Deliberações da Mesa nºs 2.156, de 2001, 2.292, 2.305, 2.306, de 2002, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo, conforme abaixo discriminado:

Gabinete do Deputado Bené Guedes

exonerando, a partir de 10/6/2002, Júlio César Martins Gonçalves do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas;

exonerando, a partir de 10/6/2002, Junia Duarte Ferraz Demetrio do cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão AL-13, 8 horas;

exonerando, a partir de 10/6/2002, Marcos Alexandre Figueiredo do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 8 horas;

exonerando, a partir de 10/6/2002, Maria Aparecida Monteiro Machado do cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão AL-39, 8 horas;

exonerando, a partir de 10/6/2002, Marina Ferraz Venturi do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 8 horas;

exonerando, a partir de 10/6/2002, Marlene de Paiva do cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 4 horas;

exonerando, a partir de 10/6/2002, Raquel Martins Cesar do cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18, 8 horas;

exonerando, a partir de 10/6/2002, Sonia Maria Maranhã Chaves do cargo de Assistente de Gabinete, padrão AL-23, 4 horas;

nomeando Júlio César Martins Gonçalves para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 4 horas;

nomeando Junia Duarte Ferraz Demetrio para o cargo de Secretário de Gabinete II, padrão AL-20, 8 horas;

nomeando Maria Aparecida Monteiro Machado para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18, 8 horas;

nomeando Marina Ferraz Venturi para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 8 horas;

nomeando Monica Westin Maciel Mota de Faria para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 8 horas;

nomeando Raquel Martins Cesar para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo I, padrão AL-35, 8 horas;

nomeando Rosa Maria Ferreira Mota para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão AL-03, 8 horas;

nomeando Sonia Maria Maranhã Chaves para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 8 horas.

Gabinete do Deputado Miguel Martini

exonerando, a partir de 10/6/2002, Inez Maria de Assis Carvalho do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

exonerando, a partir de 10/6/2002, Maria Goretti Perdigão Pereira do cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão AL-15, 4 horas;

exonerando, a partir de 10/6/2002, Sebastião Fagundes de Carvalho do cargo de Auxiliar Técnico Executivo, padrão AL-34, 8 horas;

nomeando Fernando dos Santos Silva para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão AL-03, 8 horas;

nomeando Inez Maria de Assis Carvalho para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão AL-03, 8 horas;

nomeando Maria Goretti Perdigão Pereira para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão AL-12, 4 horas;

nomeando Sebastião Fagundes de Carvalho para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete, padrão AL-29, 8 horas.

Nos termos do inciso VI, art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, as Deliberações da Mesa nºs 400, de 22/11/89, 434, de 9/4/90, 845, de 11/3/93, 1.189, de 22/2/95, 1.360, de 17/12/96, 1.389, de 6/2/97, 1.418, de 12/3/97, 1.429, de 23/4/97, 1.522, de 4/3/98, 1.784, de 29/9/99, 1.821, de 2/12/99, e 1.945, de 20/12/2000, e Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria:

exonerando, a partir de 10/6/2002, Rosa Maria Ferreira Mota do cargo de Assistente Administrativo, AL-20, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete da Vice-Liderança do PDT;

nomeando Marcos Alexandre Figueiredo do cargo de Assistente Administrativo, AL-20, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete do Deputado Marcelo Gonçalves, Vice-Líder do PDT.

Nos termos das Resoluções nº 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, e 5.179, de 23/12/97, c/c as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

nomeando Cláudia Cezira Soldate para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas;

nomeando José Geraldo F. Martins para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, 8 horas;

nomeando Maria de Fátima Queiroz para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 8 horas;

nomeando Wellington José Pereira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas.

Aviso de Licitação

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 26/2002

CONVITE Nº 16/2002

Em 6/6/2002, o Sr. Diretor-Geral da Assembléia Legislativa negou provimento ao recurso interposto pela empresa ACV Engenharia e Projetos Ltda., com base nas informações prestadas pela Gerência de Suprimentos, e manteve a decisão recorrida.

AVISOS DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2002

TOMADA DE PREÇOS Nº 6/2002

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 26/6/2002, as 10 horas, na Rua Rodrigues Caldas, 79, 14º andar, Bairro Santo Agostinho, na sala de reuniões da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio, a abertura dos envelopes da Tomada de Preços nº 6/2002, do tipo menor preço por item, destinada à aquisição de ambulâncias zero-quilômetro com ano de fabricação 2002.

O edital poderá ser adquirido no endereço acima mencionado, mediante pagamento da importância não reembolsável de R\$1,00.

O edital retificado encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima, sem custo para aqueles que já o adquiriram anteriormente.

Belo Horizonte, 7 de junho de 2002.

João Franco Filho, Diretor-Geral.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/2002

TOMADA DE PREÇOS Nº 4/2002

Data de julgamento da proposta de preço: 5/6/2002.

Objeto: aquisição de diversas pastas e envelopes timbrados.

Licitantes vencedoras: Mercantil Mineira Material de Escritório Ltda. para os itens 1, 2, 4, 5 e 6; Fargráfica Ltda. para o item 3; Scrity Artefatos Ltda. para os itens 7, 8, 9 e 10.

Belo Horizonte, 6 de junho de 2002.

Eduardo de Mattos Fiuza, Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 7/2002

CONCORRÊNCIA Nº 1/2002

Data de julgamento da proposta de preço: 7/6/2002.

Objeto: fornecimento e instalação de sistemas de recepção e de sistemas de retransmissão de sinais de radiodifusão em sinal aberto da TV Assembléia, no interior do Estado de Minas Gerais, pelo período de 12 meses.

Licitante vencedora: Linear Equipamentos Eletrônicos S.A.

Licitante desclassificada: Richardson Electronics do Brasil Ltda.

Eduardo de Mattos Fiuza, Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

ERRATA

ATA DA 364ª REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 5/6/2002

Na publicação da ata em epígrafe, verificada na edição de 7/6/2002, na pág. 26, col. 1, sob o título "Votação de Requerimentos", no último requerimento votado, onde se lê:

"para a conservação do patrimônio histórico da rede ferroviária do Município de São João del-Rei", leia-se:

"para a conservação do patrimônio histórico da rede ferroviária do Município de Ribeirão Vermelho".